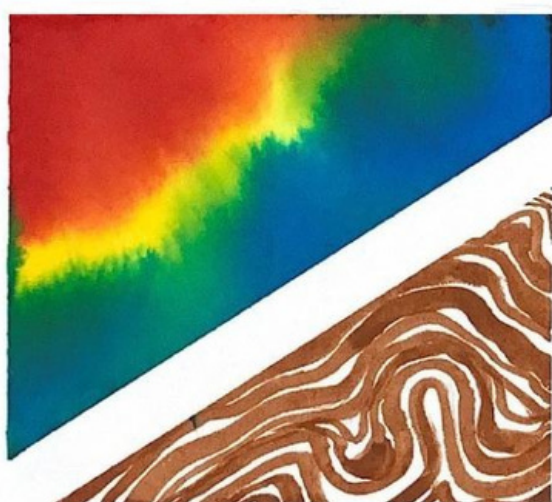


CADERNO DE RESUMOS

ISBN 978-65-00-83024-8

AMAZÔNIA

DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA



*em
fivela*

Catia Eliza Zuffo
Maria das Graças S. Nascimento Silva
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro
(Organizadoras)



Organizadoras

Catia Eliza Zuffo
Maria das Graças S. Nascimento Silva
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro

Realização

Departamento de Geografia
Universidade Federal de Rondônia

Eventos

XLI Semana de Geografia da UNIR
XVII Encontro da Pós-Graduação em Geografia da UNIR
VI Encontro dos Grupos de Pesquisa da UNIR
III Encontro de Desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação da
UNIR

Arte Capa

Jessica Martiniano Ribeiro

Revisão e Diagramação

Herta Maria de Açucena do N. Soeiro

A489a Amazônia: desafios e enfrentamentos da ciência geográfica /
Catia Eliza Zuffo, Maria das Graças S. Nascimento Silva,
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro (Org.) - Porto Velho, RO:
Departamento de Geografia (UNIR), 2023.

140 f. ; il., color.

Inclui referências bibliográficas

v.1

E-book

ISBN 978-65-00-83024-8

1. Geografia. 2. Região Norte - Brasil 3. Amazônia. 4. Rondônia. I. Zuffo,
Catia Eliza. II. Silva, Maria das Graças S. Nascimento. III. Soeiro,
Herta Maria de Açucena do N.

CDD 910
CDU 910.1



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o Caderno de Resumos, resultado dos anais da **XLI Semana de Geografia da UNIR, XVII Encontro da Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UNIR, VI Encontro dos Grupos de Pesquisas da Geografia – UNIR e III Encontro de Desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação – PDPG/UNIR**, realizado em maio de 2023. Sob o tema "*Amazônia: Desafios e Enfrentamentos da Ciência Geográfica*", os eventos reuniram graduandos e graduados; mestrandos e mestres; doutorandos e doutores que se disponibilizaram a apresentar suas pesquisas científicas e compartilhar conhecimento junto à comunidade acadêmica.

A Amazônia, com sua vasta biodiversidade, complexidade geográfica e desafios socioambientais, ocupa um lugar central nas discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente. Nesse contexto, a Ciência Geográfica desempenha um papel fundamental, fornecendo ferramentas analíticas e metodológicas para explorar e compreender as dinâmicas que moldam a região.

Os resumos expandidos presentes neste caderno refletem uma diversidade de pesquisas e abordagens que abrangem desde a geografia física e humana até questões interdisciplinares, como a interação entre sociedade e natureza, conflitos territoriais, desmatamento, mudanças climáticas, políticas públicas, estudos de gênero e a preservação da cultura amazônica. Os trabalhos aqui apresentados foram cuidadosamente revisados e selecionados com base em sua qualidade científica e contribuição para o entendimento dos desafios e oportunidades que a Amazônia oferece.

A comunicação científica desempenha um papel crucial na disseminação do conhecimento e na promoção do diálogo entre acadêmicos, pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral. Este caderno busca contribuir para esse processo, compartilhando descobertas, perspectivas e reflexões que têm o potencial de orientar políticas públicas, promover a conservação ambiental e impulsionar o desenvolvimento sustentável na Amazônia e além. Acreditamos que este volume seja uma valiosa fonte de referência para todos aqueles interessados na geografia e nos desafios da Amazônia, oferecendo inspiração para futuras pesquisas, projetos e ações em prol da região.

Agradecemos a todos os autores, revisores, participantes e apoiadores que contribuíram para o sucesso dos eventos e desta publicação. Esperamos que este trabalho coletivo possa iluminar caminhos e soluções para os complexos desafios enfrentados pela Amazônia e, assim, enriquecer o debate científico e a busca por um futuro mais sustentável para esta região tão preciosa.

Boa leitura e reflexão!

Catia Eliza Zuffo
Maria das Graças S. Nascimento Silva



SUMÁRIO



1-4

OS CAMINHOS ONTOLÓGICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INDÍGENA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Geanne Ferreira Leite

5-9

RIO ITUXI: MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA

Marcelo Horta Messias Franco

10-13

A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE GEOGRAFIA: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (RO)

Rozilete Ferreira da Costa

Raiane Florentino

14-18

PROCESSOS PEDAGÓGICOS E DESAFIOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE CARTOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO

Sidnei Gonzaga Branco

Catia Eliza Zuffo

19-23

EXTRATIVISMO DE QUELÔNIOS NO MÉDIO JURUÁ: UM ESTUDO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM

Wellington de Paula Nascimento

Nelcionei José de Souza Araújo

Sabrina Matos Santiago

24-27

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

Maiza Soares da Silva

28-32

DINÂMICA DE USO E COBERTURA DO SOLO EM RONDÔNIA E A RELAÇÃO COM GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Nara Diana Trindade Barata

Gean Magalhães da Costa

Laila Cíntia Mota Belforte

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

33-37

MULHERES AMAZÔNIDAS, FAZERES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE ESPACIAL DO CENTRO DE ARTESANATO DO TAPAJÓS, SANTARÉM/PA

Rayla de Lima Tavares

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

38-43

GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DA LEI 10.639.03 POR MEIO DAS EXPERIÊNCIAS DISCENTES COM OS PROJETOS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO

Deisiane Cardoso da Silva

Tatiana dos Santos Malheiros

44-48

HIDRELÉTRICAS E ÁREAS PROTEGIDAS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA AMAZÔNICA

Rafaela da Silva Pereira Reis
Laila Cíntia Mota Belforte
Giriany Valéria Lima da Silva Araújo
Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

49-52

GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO EM GÊNERO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES ENTRE O REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DE RONDÔNIA E O COTIDIANO DO ESPAÇO DA EEEFM MARECHAL CASTELO BRANCO

Freire da Silva Santos
Tatiana dos Santos Malheiros

53-57

PROJETO DE EXTENSÃO: PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES – SEGUNDA EDIÇÃO

Érica Lima Campos
Lineker Souza Ferreira dos Santos
Tatiana dos Santos Malheiros

58-62

MONITORAMENTO E DEFESA TERRITORIAL COM O USO DE GEOTECNOLOGIAS NAS TERRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

João Bosco Salles da Silva Júnior
Lidiane de Oliveira Moraes

63-67

AS DUAS FLORESTAS: O BEM VIVER NA LITERATURA INDÍGENA À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL

Éder Rodrigues dos Santos
Josué da Costa Silva

68-72

RECURSOS TECNOLÓGICOS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA, ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL MURILO BRAGA EM PORTO VELHO - RONDÔNIA

Vitor Hugo Nascimento Pinheiro
Catia Eliza Zuffo

73-78

SINISTROS DE TRÂNSITO NAS PRINCIPAIS VIAS DE PORTO VELHO EM 2020 E 2021

Gregori Henrique Lima Pinto
Catia Eliza Zuffo
Iremar Lima Torres

79-83

A GEODIVERSIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CBH-RSMVDG-RO

Grasiela Rocha Torres Goveia
Catia Eliza Zuffo
Ingrid Gabrieli Melo de Souza

84-88

“MULHERES DESOBEDIENTES”, CRÍTICA AO LIMITE DAS ESPACIALIDADES VIVIDAS POR MULHERES: UMA REFLEXÃO ARTÍSTICA

Jéssica Ribeiro Sousa
Maria das Graças Silva Nascimento Silva

89-94

GEOGRAFIA REGIONAL E A QUESTÃO DO DIREITO À MORADIA

Milena de Oliveira Conceição
Rodrigo Almeida Tereza
Raiane Florentino

95-99

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS NO SETOR PÚBLICO

Clebson Vasconcelos Pinheiro

100-105

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS COM USO DA METODOLOGIA BIM

Clebson Vasconcelos Pinheiro

106-109

PINTURA CORPORAL “GRAFISMO” E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL PARA O POVO INDÍGENA KAXARARI

Janaína de Souza Nascimento
Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Tainá Trindade Pinheiro

110-113

A IMPORTÂNCIA DO COCAR PARA O POVO INDÍGENA KAXARARI E SUAS REPRESENTAÇÕES

Jardel Gabrieli Domingos
Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Tainá Trindade Pinheiro

114-118

TECNOLOGIA NAS ÁREAS RURAIS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA E DE GÊNERO

Tainá Trindade Pinheiro
Maria das Graças Silva Nascimento Silva

119-123

GÊNERO E ÁGUA: COMO A FALTA DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO EVIDENCIAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Emily Soares dos Santos
Maria das Graças Silva Nascimento Silva

124-128

INVASÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS: ESTUDO DE CASO NO PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ-MIRIM

Léia Alves Pereira

129-133

ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS COM O AVANÇO DA OCUPAÇÃO NÃO PLANEJADA DA URBANIZAÇÃO NO BAIRRO ESPERANÇA DA COMUNIDADE

Tainária Almeida Pereira
Siane Cristhina Pedroso Guimarães



OS CAMINHOS ONTOLÓGICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INDÍGENA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Geanne Ferreira Leite

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
geanne.leite@unir.br

Introdução

É fato que as práticas de ensino em terras indígenas desde a colonização sempre tiveram como objetivo a catequese e a civilidade, deixando em segundo plano a formação crítica dos povos, seus saberes ancestrais, tecnologias e línguas. Dentro desse contexto, as Universidades têm sido um dos caminhos procurados pelos indígenas para apropriação de outros conhecimentos a fim de viabilizarem a formulação de estratégias e ocupação de espaços.

Nesta ótica, a pesquisa em andamento tem como principal objetivo compreender as configurações epistemológicas e ontológicas dos saberes ancestrais indígenas no diálogo com a ciência e a geografia, fazendo uso dos conceitos de interculturalidade e cidadania. Para alcançar este resultado, vamos averiguar se na construção dos saberes institucionalizados há diálogo intercultural com os sabedores das comunidades indígenas; Entender como o acadêmico/pesquisador indígena, interage no processo de sistematização e produção de conhecimento, considerando a perspectiva de lugar e espaço vivenciado; e compreender se a crise ambiental e das relações interpessoais abriram caminhos para a discussão de novas perspectivas epistemológicas.

Dentro desse contexto, as culturas indígenas apresentam-se com potencial de revolucionar nosso modo de interagir com a natureza e de pensar as relações sociais, ao questionar esse atual projeto de aceleração da produção e a acumulação do capital mediado pela exploração e pela alienação, no qual o utilitarismo é o alicerce.



Metodologia

A pesquisa é de cunho fenomenológico, com suporte teórico majoritariamente de autores indígenas conduzida por uma pesquisa de campo qualitativa, descritiva e analítica; e encontra-se em fase inicial. A fim de explicar a fenomenologia no espaço geográfico serão utilizadas concepções de Heidegger (2005), sua descrição do homem numa mudança de paradigma que supera a relação objetificadora que se instalou na civilização ocidental em um diálogo com as concepções dos indígenas brasileiros Davi Kopenawa (2015) e Ailton Krenak (2020) sobre o ser e sua relação indissociável com o meio.

Sobre as dimensões do ser que busca um retorno às coisas mesmas, temos o pensamento geográfico de Eric Dardel (2011). Segundo sua geograficidade, nas inscrições do terrestre no humano ou vice-versa, a população que nela vive, o ressignifica. Nessa linha, utilizaremos dentre as categorias de análise na geografia, o lugar apresentado por Tuan (2015) que ultrapassa a conotação locacional e mesmo com a “padronização” imposta pela pós-modernidade, há características da existência, no ser-no-mundo que independem de uma superestrutura, pois, embora influenciadas não possuem o “poder” de dissolver as sensações.

Ainda será utilizado o conceito de espaço vivenciado de Bollnow (2008) , uma vez que assim como o tempo, o espaço é indispensável para o desenvolvimento da vida, pois ela se expande, não uma expansão geométrica, de preenchimento, mas de desenvolvimento, não apenas espiritual, imaginado ou concebido, mas carregado de significado concebido pelo sujeito e sua experiência nele.

Com base nesses conceitos fundamentais, refletiremos sobre como o saber ancestral e o científico é compreendido na Amazônia, como meio a se discutir sobre as significações construídas a respeito do espaço e do lugar em que convivem, uma vez que, as relações que envolvem as comunidades da região ficaram por décadas à margem das análises, principalmente pelo fato dos recursos naturais atuarem como protagonistas.



Resultados Parciais e Discussões

O estudo será desenvolvido nas unidades universitárias de Rondônia, Roraima e Amazonas, uma vez que segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018) da Amazônia Ocidental, essas são as Universidades com maior percentual de indígenas em cursos presenciais, considerando a proporção de alunos em relação ao total.

De fato, presenciamos na contemporaneidade a desigualdade como marca do desequilíbrio nas relações sociais, na utilização dos recursos naturais e culturais. Assim, o modelo de progresso apresenta duas grandes consequências: trata os recursos da terra como inesgotáveis e permite que uma pequena parcela da humanidade acumule bens produzidos com o sofrimento e a morte de centenas de outras pessoas. Como diz Munduruku (2009, p. 20), “Talvez nada disso faça sentido para o ocidental acostumado com o pensamento linear, quadrado, senhorial, possessivo. Não importa. Nunca fomos entendidos mesmo. E ainda assim sobrevivemos”.

Dentro dessa perspectiva, acreditamos que os indígenas com suas experiências sustentáveis oriundas de saberes ancestrais podem orientar futuras gerações e assegurar a existência humana em equilíbrio, sob os princípios da reciprocidade, fraternidade, da convivência e respeito ao planeta (Kopenawa, 2015). Frente a esta difícil tarefa que é modificar um modelo consolidado da sociedade globalizada, as modificações no cotidiano podem ser voltadas para o restabelecimento das relações sociais e com a natureza, por isso é importante percebermos as próprias subjetividades e os problemas da homogeneização da humanidade (Krenak, 2019).

Considerações Finais

Os indígenas enquanto comunidade possuem enormes especificidades, comparados aos demais na sociedade, visíveis nos modos de pensar, falar e agir. Tal



contexto tende a se maximizar na Amazônia, enquanto espaço de singularidades e desafios constantes. Afinal, os indígenas devem alcançar a ciência ou a ciência precisa alcançá-los? Tais questionamentos são relevantes no sentido de reforçar sobre qual têm sido os modelos e critérios adotados para a produção de saberes. Na Amazônia temos uma imensa pluralidade cultural e o privilégio de conviver nos possibilita aprender que o belo da vida se faz presente na diferença, na diversidade, no novo; sem padrões monolíticos. A relevância desse paradigma não está na ruptura imediata de modelos, mas na possibilidade de se pensar em um futuro com justiça e equidade.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Ciência; Ontologia; Saberes Ancestrais.

Referências

BOLLNOW, O. **O homem e o espaço**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Parte I. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUNDURUKU, D. **Educação indígena: do corpo, da mente e do espírito**. Revista Múltiplas Leituras, v.2, 2009.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2015.



RIO ITUXI: MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA

Marcelo Horta Messias Franco

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
marcelo.franco@unir.br

Introdução

A presente pesquisa de doutorado em andamento tem como objetivo geral investigar o fenômeno da violência como manifestação extrema dos conflitos sociais decorrentes da pressão fundiária em comunidades localizadas na bacia hidrográfica do rio Ituxi, rio amazônico que corre em uma típica região de fronteira do Brasil.

Considerada como inexplorada até meados do século XIX, a bacia do rio Purus se torna rota de expedições exploratórias a partir do momento em que incursões pioneiras que objetivavam o atendimento à demanda do mercado mundial pelo látex chegam incorporando definitivamente esses espaços ao sistema comercial global. A rápida inserção desta fronteira no processo de redefinição estrutural do capitalismo na segunda revolução industrial é favorecida também pelo desenvolvimento dos sistemas de transportes, tais qual o ferroviário e o naval. Herdados de períodos históricos anteriores, como o colonialismo, que por sua vez trouxe da Europa padrões medievais de violência, tortura, coerção e repressão sobre o força de trabalho, do início do Brasil república ao período da ditadura militar, a violência, assim como o autoritarismo, foram aspectos persistentes, e são marcantes em regiões de fronteira (Velho, 2009). A violência se manifesta também de maneira simbólica nas relações de colonialidade (Quijano, 2009).

O Estado brasileiro, desde a sua formação, absorveu essas estruturas de poder e dominação e atuou em muitas circunstâncias contra o próprio povo, e em nome de modelos de desenvolvimento convenientes para as classes sociais dominantes enquanto detentoras do poder e no controle do aparato estatal. Contraditoriamente, entretanto, o mesmo Estado que garantiu e reconheceu direitos territoriais, em períodos democráticos e num contexto de modernização e globalização, ainda atua ou se omite em situações de violações e

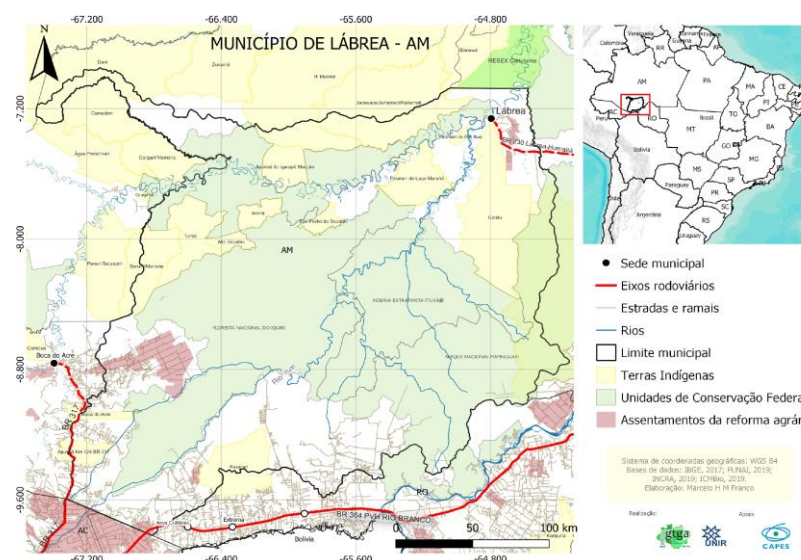


injustiças tão evidentes nas regiões de fronteira (Santos, 2000). Parte-se da hipótese de que a persistência dos conflitos sociais e da violência na fronteira do rio Ituxi tem a ver com a dinâmica do avanço do capitalismo sobre faixas da região amazônica. Com o movimento de apropriação de terras, com recursos naturais e humanos associados, essa frente objetiva a conversão de tudo em mercadoria, dentro da lógica hegemônica, que é a lógica de mercado.

Metodologia

Leva-se em consideração o conhecimento e vivência do autor na região por mais de quinze anos, trabalhando junto aos povos indígenas e às comunidades extrativistas da área do estudo, espacialidade e geograficidade que, internalizadas, darão consistência às reflexões e análises provenientes de novos percursos pelo espaço aplicando o método geográfico, como também o da observação social e observação espacial, com análise da paisagem e elaborações cartográficas.

Figura 1: Mapa de localização do município de Lábrea – sul do estado do Amazonas



Fonte: Do autor (2023).



A pesquisa privilegia a coleta de dados primários por meio do trabalho de campo, com a previsão da realização também de entrevistas com agentes públicos das três esferas de governo, além de membros de associações e organizações não governamentais com incidência no território, tudo isso após a fase de pesquisa bibliográfica e documental as quais embasam a parte teórica da tese.

Caso haja a possibilidade, será aplicada ainda a metodologia da cartografia social, especificamente junto aos povos indígenas, com a intenção de retornar para a comunidade material útil para a gestão ambiental e territorial dos territórios, caso seja de interesse e conforme se avance nas negociações nesse sentido com a FUNAI e a organização indígena regional.

Resultados Parciais e Discussão

A compreensão das dinâmicas sociais e territoriais que se tem observado na bacia hidrográfica do Ituxi se insere no contexto mais amplo que é o do sul do estado do Amazonas. Região marcada pela coexistência de políticas territoriais ambientais sobrepostas a políticas de desenvolvimento econômico demandando fortemente recursos energéticos, com procura intensa de terras públicas, o sul do Amazonas tem nas rodovias federais como a BR 230 (Transamazônica), BR 319 (Porto Velho – Manaus) e BR-364 (Porto Velho – Rio Branco), eixos de aquecimento das economias locais, mas que ao mesmo tempo exercem pressão sobre a paisagem e os meios de vida tradicionais amazônicos (Oliveira Neto, 2020; Silva *et al.*, 2019; Costa Silva *et al.*, 2021).

Tem-se observado, dessa maneira, que a questão agrária na região e os conflitos territoriais, se relacionam à dinâmica de fronteira vivenciada em Rondônia, levando aos mesmos problemas, como o da insegurança fundiária, descaracterização da paisagem, e conflitos ambientais, mesmo em áreas protegidas já reconhecidas pelo Estado (Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Assentamentos da Reforma Agrária).



Nesse sentido, tendemos a concordar com Becker (1988, p. 67) quando a autora fala no papel do indutor do Estado, propondo o ordenamento territorial e liderando as ações de fiscalização sobre os territórios. A autora ressalta, entretanto, que como a produção do espaço global vem se dando de forma fragmentada, a influência do setor privado e do capital transnacional nessas fronteiras acaba por trabalhar pela debilidade estatal, reforçando a contradição entre os interesses gerais e os interesses privados.

No sul do Amazonas e especificamente em Lábrea, na bacia hidrográfica do rio Ituxi, o que se observou nos últimos anos foi a continuidade e intensificação do desmatamento florestal e a conversão de terras públicas em pastagem (atividade econômica da pecuária) e as pressões para o avanço dessa atividade em áreas protegidas. Com a mudança recente na administração do governo federal do Brasil, entretanto, já se observa a retomada de políticas públicas ambientais de combate ao desmatamento e embargo de áreas ilegais.

Considerações Finais

Essa pesquisa visa contribuir para a compreensão das dinâmicas territoriais em uma fronteira ainda pouco estudada na região amazônica. Partindo-se da hipótese de que no sul de Lábrea, a bacia hidrográfica do Ituxi é uma região historicamente violenta, espera-se oferecer com esse trabalho, um apanhado qualitativo dos casos de violência relacionados à questão agrária na região. Espera-se ouvir os povos e comunidades tradicionais ao longo do rio Ituxi, buscando compreender as diferentes formas como se vivencia o rio, as pressões sobre os seus territórios, e os conflitos sociais.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em especial ao Grupo de pesquisa em gestão do território e geografia agrária da Amazônia (GTGA) e ao Laboratório de Gestão do Território (LAGET).



Palavras-chave: Violência Agrária; Territorialidades; Amazônia.

Referências

BECKER, B. Significância Contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (org.) **Fronteiras**. Brasília: UNB, 1988.

COSTA SILVA, R. G; SILVA, V. V; MELLO-THÉRY, N. A; LIMA, L. A.P. New frontier of expansion and protected areas in the state of Amazonas. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, e20025, p. 1-13, 2021. Disponível em:
<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e20025>. Acesso em: 13 ago. 2023.

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovias na Amazônia e as mudanças recentes a circulação regional. **Tamoios**, v. 16, nº 3, 2020, pp. 63-84.

QUIJANO, Anibal: Colonialidade do Poder e Classificação social. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa, e MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Editora Cortez. 2010.

SILVA, V. V; COSTA SILVA, R. G; LIMA, L. A. P. A estruturação da fronteira agrícola no sul do Estado do Amazonas. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 5, p. 67-82, 2019. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/37193>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SANTOS, J. V. T. Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. **Pontificia Universidad Javeriana**, Seminario Internacional, Bogotá, Colombia, 2000.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**, 2009 [1979]. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2009, 126p.



A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE GEOGRAFIA: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (RO)

Rozilete Ferreira da Costa

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
costarozilete@gmail.com

Raiane Florentino

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
raianeflorentino@unir.br

Introdução

A pesquisa apresenta um estudo sobre a formação dos professores que atuam na disciplina de Geografia, na rede pública básica de ensino do município de Porto Velho, com objetivo de analisar se a formação está de acordo com a Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017), que define que os profissionais da educação terão que ministrar a disciplina de Geografia por meio de itinerários formativos integrados às demais áreas que estão inseridas nas Ciências Humanas.

O foco do estudo está voltado para a análise da percepção dos professores sobre sua prática pedagógica, o processo formativo e as implicações de tais mudanças para o processo de aprendizagem dos alunos(as). A pesquisa tem caráter qualitativo e se fundamenta no método do Estudo de Caso. As escolas selecionadas para a realização da pesquisa são: i) Colégio D. Pedro II; ii) E.E.F.M Major Guapindaia; e iii) E.E.F.M Brasília.

Como técnica de coleta de dados será aplicado questionários com o intuito de elucidar a problemática. Acredita-se que os resultados possam contribuir para compreensão da reformulação do novo ensino médio e a aplicação da já citada Lei na disciplina de Geografia das escolas do município de Porto Velho-RO.

Metodologia

A presente pesquisa será qualitativa e desenvolvida através do Estudo de Caso, com foco voltado para o ensino da Geografia, que segundo Castellar (2005) deve ser analisada



para além de sua construção conceitual, contemplando também as práticas e vivências construídas nos espaços.

O universo dessa pesquisa serão as Escolas Estaduais de Ensino Médio: Major Guapindaia, Brasília e Colégio Dom Pedro II. A pesquisa será qualitativa, uma vez que nesta perspectiva o “fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa proposta integrada” (Godoy, 1995, p. 21). Outro fator que impulsiona a escolha é o fato de pretender investigar como os professores e professoras colocaram em prática a nova organização curricular da geografia entrelaçada em itinerários formativos.

A pesquisa se concretizará pelo método de estudo de caso, por ter como objetivo central a compreensão de uma situação particular dentro de um contexto geral. Além disso, o método permite o aprofundamento por parte da pesquisadora a realidade que se pretende pesquisar. O estudo de caso dialoga diretamente com pesquisas qualitativas, e permite a utilização de múltiplas fontes de dados para se alcançar o objetivo da pesquisa, onde o “importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um ‘caso’, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão” (Alves-Mazzotti, 2006, p. 650).

Neste sentido, o trabalho de campo será desenvolvido através da aplicação de questionários semiestruturados aos professores e professoras de geografia das escolas selecionadas para a pesquisa. O questionário será elaborado em consonância com os objetivos da pesquisa. Antes desta etapa se precederá as autorizações pertinentes e assim, prosseguir com procedimentos formais da pesquisa.

Resultados Parciais

Este projeto se encontra no estágio inicial de levantamento bibliográfico e ajustes no projeto, tendo em vista que esse estudo visa contribuir com o entendimento do ensino praticado e a formação dos professores de Geografia em relação à:

1. Destacar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de ensino que atuam na rede pública;



2. Valorizar as narrativas dos mesmos em relação à implantação das mudanças propostas pela Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017);

3. Contribuir com a comunidade escolar, nas experiências pedagógicas construídas à luz dessa nova organização curricular, através da prática dos professores das escolas selecionadas;

4. Apresentar os caminhos percorridos pelas escolas selecionadas para a oferta de formação continuada docente no que diz respeito às aulas com organização pedagógica estruturada à Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017).

Considerações Finais

O texto da Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017) traz estruturas e processos inéditos para o ensino médio, tais como: a) ampliação de carga horária; b) educação em tempo integral; c) educação técnica e profissional; d) flexibilidade curricular; e) eletivas; f) currículo definido por habilidades e competências; g) entre outros desdobramentos importantes. Dessa forma, particulariza-se a discussão para o tema central deste projeto que é o ensino da Geografia no ensino médio.

Além do exposto, a Geografia, enquanto componente curricular, deverá ser desenvolvida também por meio de trilhas de aprendizagem, além de ter a distribuição da carga horária, facultada às escolas, que definirão quanto tempo será necessário para ensinar a aprender conteúdos importantes no ensino médio. Diante disso, questiona-se: i) A Lei está em consonância com a proposta de formação dos cursos de licenciatura em Geografia? ii) Em caso positivo, esse processo formativo teve (ou terá) a duração que requer a complexidade desse processo? iii) Os professores de Geografia foram consultados acerca das mudanças? iv) A carga horária da disciplina e seus eventuais itinerários formativos, levam em consideração o processo de aprendizagem desses jovens?

Estas são apenas algumas das principais perguntas que motivaram este estudo, quando concluído pode contribuir para a melhoria do aprendizado dos alunos, pois seu objetivo, conforme proposto na introdução é compreender as mudanças no Ensino Médio.



Palavras-chave: Ensino de Geografia; Rondônia; Reforma Educacional.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CASTELLAR, S. **Ensino de Geografia**: teoria e prática docente. São Paulo: contexto, 2005.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.



PROCESSOS PEDAGÓGICOS E DESAFIOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE CARTOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO

Sidnei Gonzaga Branco

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
sidneitopografo.10@gmail.com

Catia Eliza Zuffo

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
catiazuffo@unir.br

Introdução

A cartografia é um dos conteúdos de Geografia trabalhados na educação básica, e é imperioso que seja oportunizado a todos os estudantes do ensino fundamental e médio (Baggio, 2017). O ensino deste requer ambientes atrativos para quem busca conhecimento e métodos inovadores para quem ensina cartografia, dada a importância desse conhecimento para a formação reflexiva e a interpretação dos episódios de espacialidades que se desenrolam na sociedade (Branco, 2022). O objetivo geral foi realizar uma análise das práticas pedagógicas cartográficas e das concepções de ensino aplicadas no ensino médio segundo as leis e diretrizes do currículo educacional brasileiro, bem como identificar as ferramentas pedagógicas atuais utilizadas pelos professores nas escolas.

Metodologia

O trabalho é fruto de uma pesquisa do tipo qualitativa, fundamentada em revisões bibliográficas e com objetivos exploratórios, em conformidade com o pensamento de Prodanov e Freitas (2013) e Apolinário (2006).

Resultados e Discussões

À luz da apresentação da disciplina, vê-se que ela abre oportunidades para compreender a relação entre cartografia e educação geográfica segundo os parâmetros do

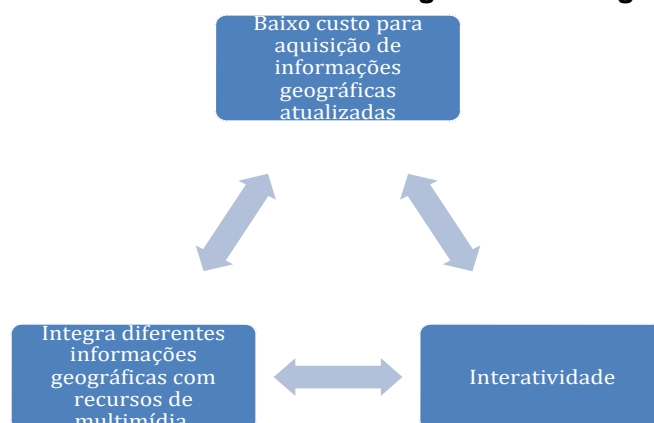


currículo nacional, enfatizando o processo encontrado no ensino médio. É na escola que se pode notar o reflexo da sociedade e ensinar os conteúdos de cartografia e Geografia, apresentando-se como um grande desafio, pois, apesar do grande avanço e transformações do ensino de Geografia no país, existe ainda grandes problemáticas em relação aos materiais cartográficos (Baggio, 2017). Um exemplo de diretriz específica são as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (Brasil, 2006), que contém recomendações sobre como abordar o ensino de cartografia no ensino médio e diz que esse conhecimento pode ser levado adiante no dia a dia. A DCEM diz que:

[...] os conceitos cartográficos (escala, legenda, alfabeto cartográfico) e os geográficos (localização, natureza, sociedade, paisagem, região, território e lugar) podem ser perfeitamente construídos a partir das práticas cotidianas. Na realidade, trata-se de realizar a leitura da vivência do lugar em relação com um conjunto de conceitos que estruturam o conhecimento geográfico, incluindo as categorias espaço e tempo. Ao trabalhar com os conceitos cartográficos e geográficos, tendo como interface as categorias de espaço e tempo, temos de incorporar outros componentes que servirão de referências (Brasil, 2006, p. 50).

Considera-se que o aproveitamento e uso dos recursos digitais podem trazer benefícios para a aprendizagem dos alunos, conforme demonstrado na Figura 1.

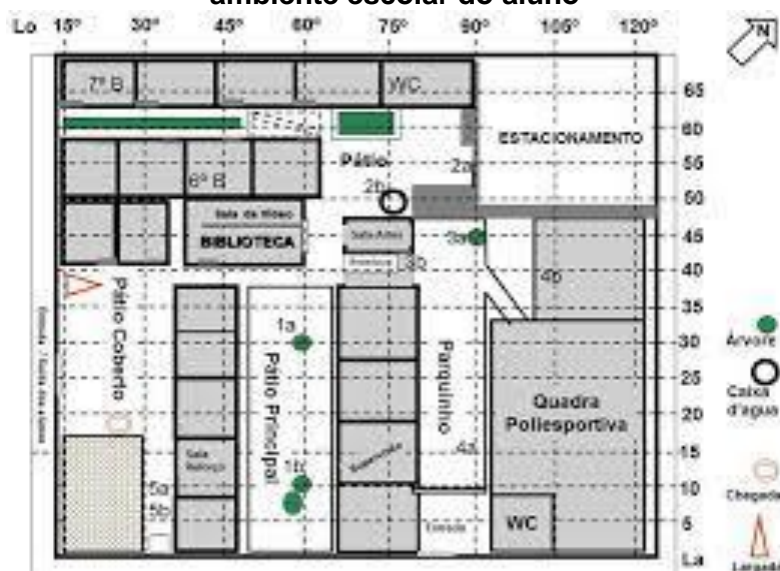
Figura 1 - Os benefícios do uso dos recursos digitais de cartografia em sala de aula



E a orientação desportiva na escola, demonstrada na Figura 2.



Figura 2 - Modelo de mapa para orientação desportiva na escola, este é representado do ambiente escolar do aluno



Fonte: Dos autores (2022).

Os resultados aqui apresentados, seja na compreensão da relação positiva da cartografia e a educação geográfica para o ensino-aprendizagem, ou por meio da aplicação de recursos digitais e dinâmicas que trazem para o alunado a experiência inovadora de protagonistas do próprio ensino, expressam a abrangência dos objetivos, o que significa que se pode demonstrar a importância do tema e criar subsídios para um ensino-aprendizagem de qualidade e a necessidade de discuti-lo, para que o mesmo tenha maior ênfase no currículo escolar voltado para o seguimento de ensino em questão. Para garantir oportunidades de aprendizagem de qualidade, a cartografia deve ser utilizada no ensino fundamental, pois é uma ferramenta importante devido ao seu papel interdisciplinar e multidisciplinar.

Embora a cartografia apareça nas diretrizes curriculares e nos parâmetros curriculares nacionais e, mais recentemente, no núcleo comum do currículo nacional, ela ainda não faz parte dos conteúdos desenvolvidos em muitas escolas do país. Para alguns autores, a razão disso é a falta de preparo dos professores para o ensino da disciplina, ou



mesmo de recursos materiais para o desenvolvimento de novos métodos e apoio estatal para o desenvolvimento de pesquisas nessa modalidade de ensino. Apesar das tecnologias existentes e suas inovações com mapas e atlas em diferentes plataformas, os alunos ainda lutam para utilizar os conceitos cartográficos. Nesse sentido, é importante que as escolas tenham o que a literatura chama de “alfabetização cartográfica”, que leva ao primeiro contato do aluno com esta alfabetização e outros conteúdos. Nessa perspectiva, alguns estudos identificaram a necessidade de ampliar as atividades extracurriculares para melhorar o ensino e a aprendizagem cartográfica com inovações extracurriculares e recursos tecnológicos digitais disponíveis na escola ou mesmo nos próprios smartphones dos alunos.

Considerações Finais

Avaliando diferentes modelos metodológicos de cartografia educacional, este estudo apresentou a orientação esportiva como uma proposta útil para o ensino de cartografia, pois além de reunir diversas disciplinas em seu próprio contexto, também se apresenta como uma atividade de lazer para os alunos. Outra proposta envolve, ainda que indiretamente, o uso de tecnologias digitais como o GPS para compreender o ensino de geografia, o que exige esforço, planejamento e comprometimento dos profissionais.

Evidencia-se a necessidade de melhorar o andamento da formação de professores para o ensino da cartografia nas escolas secundárias e preparar melhor o material didático fornecido aos professores para realizar tais atividades. que esta é a razão da dificuldade em aplicar este conhecimento. Nesse ponto, fica claro que o avanço da formação de professores em cartografia educacional no ensino médio precisa ser aprimorado, bem como a melhor preparação dos materiais didáticos disponibilizados aos professores para a realização de tais atividades, pois esta é a razão da dificuldade em aplicar este conhecimento.



Palavras-chave: Cartografia; Ensino-aprendizagem; Educação.

Referências

APPOLINARIO, F. **Metodologia da Ciência:** filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BAGGIO, L. M. A importância do uso da cartografia nas aulas de Geografia. In: Paraná. Secretaria de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE.** v. 2. Paraná: Secretaria de Educação, 2017. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cademospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_geo_uenp_lucilmamariabaggio.pdf. Acesso em: 11 set. 2021.

BRANCO, S. G. **Mecanismos para o ensino de cartografia no ensino médio:** desafios do processo de ensino-aprendizagem. 2022. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia, 2022.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio:** ciências humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEMTEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, D. A. Atividade esportiva no ensino de geografia: experiência a partir da corrida de orientação na escola. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 4, n. 8, p. 87- 99, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5528/552856432010.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SOUZA, I. B. de. Plataforma de mapeamento online aplicada à cartografia escolar para o estudo do meio ambiente: o exemplo do mapeando meu rio. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, vol. 22, e21, p. 01 -10. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/25372>. Acesso em: 02 nov 2021.



EXTRATIVISMO DE QUELÔNIOS NO MÉDIO JURUÁ: UM ESTUDO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM

Wellington de Paula Nascimento

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
wellingtonnascimentogeo@gmail.com

Nelcioneý José de Souza Araújo

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
nelcioneýgeo@gmail.com

Sabrina Matos Santiago

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
sabrina.matossc@gmail.com

Introdução

O desenvolvimento ao longo da história, impulsionado principalmente pelos avanços tecnológicos, levou a humanidade a se destacar sobre a natureza, resultando em uma relação cada vez mais intensa e prejudicial para as espécies animais e vegetais do planeta. Através de uma série de interações entre sociedade e ambiente, com localizações geográficas específicas, a natureza tem sido substancialmente modificada ao longo do tempo, enfrentando uma crescente frequência e magnitude de fragmentação dos habitats e perda de biodiversidade (Guerra; Coelho, 2009, p. 31).

Nesse contexto, conforme observado por Araújo (2007, p. 20), a falta de equilíbrio entre o homem e a natureza resulta de uma relação negativa, na qual a sociedade entra em contradição com o próprio ambiente, recriando-o e alterando-o constantemente. Isso contribui significativamente para as "mudanças no equilíbrio dinâmico das relações processuais da natureza, levando ao surgimento de impactos ambientais" (Araújo, 2007, p. 20). Considerando essa perspectiva, o extrativismo se configura como uma atividade que, ao longo do tempo, adquiriu relevância e novos significados. Essa prática não se encontra isolada, frequentemente associando-se a outras atividades como agricultura, caça e pesca. Em sua maioria, ela é executada por pessoas e famílias residentes em áreas rurais que



fazem parte de cidades, comunidades ou povoados, delimitando assim um território específico dentro do contexto geográfico.

A partir dessa premissa, o foco da pesquisa recai sobre a análise do "manejo extrativista de quelônios no médio Juruá: um estudo a partir do município de Itamarati-AM". Tal abordagem é justificada por sua relevância no campo da ciência geográfica. Além de ser uma área pouco explorada na região em destaque, o estudo assume importância ao desvelar a relação entre a população de Itamarati e as espécies de quelônios, por meio da atividade extrativista. Paralelamente, visa compreender o papel dos agentes ribeirinhos na preservação e manutenção dos locais de desova dessas espécies animais. Nesse cenário, o objetivo central da pesquisa consiste em "Analisar a importância dos Tabuleiros e Comunidades Ribeirinhas para a preservação e manutenção das espécies de quelônios no município de Itamarati-AM".

Metodologia

Os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa têm sua base no método observacional e dialético. Assumindo a dialética como pilar para a compreensão e explicação do fenômeno estudado, compreendo ser fundamental o engajamento com todos os agentes envolvidos, a fim de compreender as questões territoriais existentes no espaço da pesquisa (Lakatos; Marconi, 2003).

Dentro da categoria de análise geográfica, o território destaca-se, especialmente as comunidades onde se encontram os tabuleiros de preservação das espécies de quelônios. O objetivo é compreender como a relação da população Itamaratiense com a natureza, através do extrativismo de quelônios, tem influenciado o espaço e gerado novas territorialidades, fruto das diversas relações sociais e naturais presentes, que se desenvolvem ao longo da história do município.

Como embasamento teórico para a discussão sobre o "território", serão utilizadas principalmente as concepções de autores como Rogério Haesbaert, Robert Sack, Saquet,



Milton Santos e Araújo. Esses referenciam e aproximam-se da proposta apresentada como temática central da pesquisa em questão. Para a obtenção e processamento de dados, serão empregadas técnicas como a observação direta intensiva e extensiva.

A pesquisa desdobra-se em etapas, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo, este último dividido em duas partes. A primeira ocorrerá na sede do município e a segunda nas comunidades ribeirinhas onde estão localizados os tabuleiros de preservação dos quelônios.

Resultados e Discussão

Como compreender o espaço geográfico a partir das interações entre sociedade e natureza? Como essa dinâmica evoluiu ao longo do tempo e do desenvolvimento humano? E, a partir dessa compreensão, como podemos analisar as transformações que o ser humano impôs sobre o espaço geográfico?

O espaço geográfico é inerentemente mutável. O processo de sua construção está profundamente entrelaçado com a trajetória da humanidade sobre o planeta. Ao longo dessa jornada, os seres humanos se apropriaram da natureza, transformando-a e deixando suas marcas por meio do trabalho e das relações estabelecidas em diferentes períodos e sociedades (Araújo, 2007, p. 23).

É amplamente conhecido que na Amazônia, especialmente no município de Itamarati, o consumo de quelônios é uma tradição. O consumo dessas espécies faz parte da cultura alimentar da comunidade local. No entanto, o aumento dessa atividade na região pode estar contribuindo para a diminuição das espécies, levando inclusive à supervalorização dos indivíduos dessas espécies. Esse cenário é preocupante quando analisado em uma perspectiva de curto prazo.

No que tange à redução dessas espécies, Bates (1979) destaca que "a tradição indígena afirmava que nos primórdios, havia tartarugas em números tão grandes na água quanto mosquitos no ar", uma realidade que se desvaneceu em tempos atuais devido à significativa diminuição das espécies. A percepção geral entre os habitantes da região do Alto-Amazonas é que o número de tartarugas reduziu de forma extraordinária e continua decrescendo a cada ano (Bates, 1979, p. 231).



Nesse contexto, Ferrara (2017) argumenta que "as principais ameaças aos quelônios na Amazônia estão relacionadas à perda de habitats, construção de barragens, mineração e, principalmente, ao comércio ilegal". Essas ameaças têm impactos diretos sobre a população desses animais, contribuindo para a diminuição das espécies e para o surgimento de conflitos territoriais entre os envolvidos. Nesta perspectiva, buscando respaldo na pesquisa científica, objetiva-se compreender o fenômeno do extrativismo de quelônios na região. Simultaneamente, reflete-se sobre a importância dos tabuleiros e agentes envolvidos, ou seja, as comunidades locais, que desempenham um papel fundamental na preservação e manutenção dessas espécies e do meio ambiente como um todo.

Considerações Finais

É importante considerar que a Ciência Geográfica desempenha um papel crucial na compreensão e explicação das interações entre a sociedade-natureza. Isso abrange não apenas a atividade extrativista discutida ao longo deste texto, mas também diversas outras práticas existentes no espaço geográfico. A geografia contribui de maneira significativa para a compreensão da organização social, bem como para a análise da distribuição territorial dos elementos naturais e humanos. Essa ampla perspectiva inclui a investigação de inúmeros fenômenos que merecem destaque e demandam estudos aprofundados no âmbito científico.

A pesquisa em desenvolvimento aponta os fenômenos associados ao aumento da atividade extrativista de quelônios no município de Itamarati. Além disso, busca identificar estratégias para conter esse crescimento sem prejudicar os agentes envolvidos, sobretudo as comunidades ribeirinhas. É inegável que essa prática tem raízes culturais profundas na Amazônia, e está vinculada à ancestralidade dos povos que habitavam a região. Estudos e descrições detalhadas, como as realizadas por naturalistas notáveis, incluindo Henry Walter Bates, contribuem para lançar luz sobre essa relação complexa. Bates, em



particular, conduziu suas explorações pela extensão territorial do município de Tefé, que compreendia parte do território que hoje corresponde a Itamarati-AM.

Nesse cenário, a pesquisa desempenha um papel fundamental dentro da Ciência Geográfica, permitindo fazer uma análise aprofundada da relação entre a população de Itamarati e a natureza, bem como o impacto dessa interação nas espécies animais, em especial os quelônios. Ao traçar esses paralelos, almeja-se identificar os agentes e fenômenos subjacentes nessa relação complexa, compreendendo melhor os desdobramentos e impactos decorrentes dessa dinâmica intrincada.

Palavras-Chave: Tabuleiro; Território; Geografia; Extrativismo, Quelônios.

Referências

ARAÚJO, Nelcionei José Souza. **As tensões territoriais ribeirinhas na reserva extrativista médio Juruá - AM.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, 2007, p.328.

BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas.** Tradução Regina Régis Junqueira; apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

FERRARA, Camila Rudge et al. **Quelônios amazônicos: guia de identificação e distribuição.** Manaus: WCS, 2017. 180p. ISBN 978-85-93844-00-3 (broch).

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos.** Niterói, RJ: Contexto, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MENARIN, Carlos Alberto. GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. (Orgs.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 296p. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 195-201, 2007.



HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

Maiza Soares da Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
arqmaizasoares@gmail.com

Introdução

O trabalho a se desenvolver tem a intenção de ouvir histórias de pessoas relacionadas, direta ou indiretamente à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, por considerar que eles são parte integrante desse patrimônio com suas histórias de vidas, mesmo que não sejam reconhecidas e nem registradas.

Considerando esse pressuposto, busca-se reflexões na Geografia que correspondem aos anseios do tema, e encontramos na corrente humanista, fundamentada na Fenomenologia, a valorização das relações subjetivas do sujeito com seu lugar.

A pesquisa terá como fio condutor a busca por transformar a história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré relevante, tendo em face que um dos sentimentos que ele pode resultar é o de pertencimento e territorialidade ao espaço. Estamos constantemente nos relacionando com espaços e essas relações podem alterar a forma como reagimos ao cotidiano. A preocupação com a história local e os sentimentos que resultam dele podem causar consciência patrimonial à sociedade.

O trabalho se torna geográfico quando compreendemos por meio do conceito de lugar e de espaço vivido e vivenciado as relações de vivências, cotidiano e história, tendo assim, a estrada de ferro Madeira-Mamoré e seu entorno como objeto de estudo.

Segundo Tuan (1983, p. 83), “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Portanto, podemos dizer que espaço e lugar se relacionam. O espaço se torna lugar à medida em que é experienciado e valorizado, tendo significado para a pessoa. Lugar é mais concreto que espaço (Fu Tuan, 1983).



Assim, a percepção da geografia humanista aproxima as lembranças do sujeito que estão associadas ao lugar, sejam boas ou ruins, que definem a sensação que este tem ao entrar em contato com aquele lugar. Essa relação que o homem estabelece com o ambiente pode indicar uma associação entre a espacialidade geográfica e a perspectiva temporal de uma vida, pois a Geografia, antes de ser definida como ciência, é a relação do homem com o mundo que o cerca, a “temporalização de nosso ambiente terrestre, espacialização de nossa finitude, a geografia se dirige, além do saber e da inteligência, ao próprio homem como pessoa e sujeito”, como concebe Dardel (2011).

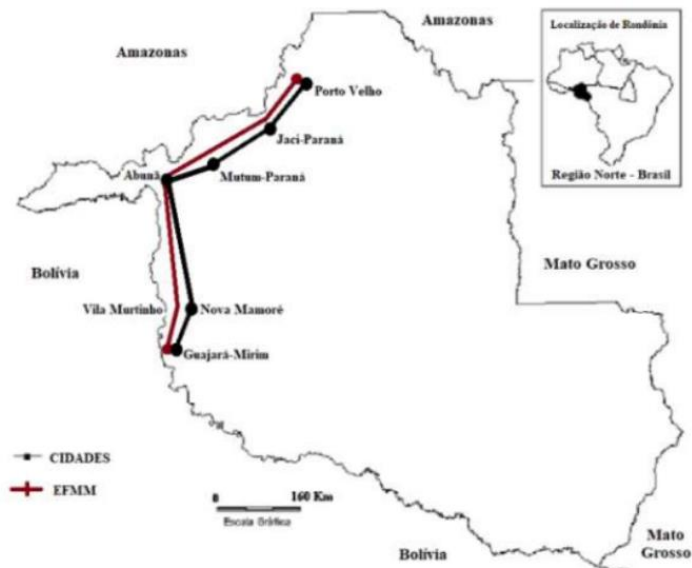
Metodologia

A pesquisa, em fase inicial, contará com pesquisa de campo após pesquisa bibliográfica, onde também haverá coleta de dados utilizando os seguintes instrumentos de pesquisa: observação, entrevistas, rodas de conversa, registro de imagens ou gravações. Os locais visitados para a realização da pesquisa serão as cidades de Porto Velho, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Abunã, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, além da comunidade Vila Murtinho (Figura 01).

Quanto ao método será desenvolvido com base na fenomenologia em Merleau-Ponty (2018), que busca romper com o conceito de espaço único e absoluto, propondo um espaço como superfície da existência, vivenciado por meio da experiência perceptível. De abordagem qualitativa, a pesquisa está ligada à interpretação das relações que perpassam a questão do espaço construído, o espaço urbano e a história do lugar.



Figura 1: Mapa representando as cidades a serem visitadas durante a pesquisa de campo



Fonte: Adaptado de Murilo Mendonça Oliveira (2010).

Sob essa ótica, o espaço geográfico aproxima-se do sentido fenomenológico, pois a busca pela aproximação do homem com o mundo é o que também caracteriza a Fenomenologia. Para compreendermos o fenômeno do espaço e os sentimentos relacionados a ele, adotamos abordagens fenomenológicas e uso da metodologia qualitativa, uma vez que o objetivo do trabalho é relacionar o sentimento e a percepção que o espaço causa nas pessoas que moraram ou tiveram, de alguma forma, algum contato íntimo com a história da EFMM e analisar o modo de vida delas.

Considerações Finais

Portanto, ao considerar que a construção do espaço não é somente uma construção individual, mas é também uma construção coletiva e de pertencimento ao lugar. Assim uma construção de identidade, que possa ter se perdido, e de lembranças e memórias.



Então, na compreensão de que a geografia das emoções pode contribuir para uma leitura do espaço com maior profundidade, espera-se responder nessa pesquisa como as pessoas se relacionam com o espaço construído e o espaço vivenciado, trazendo suas percepções do ambiente bem como os sentimentos que afloram quando trazem à memória sua história com a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Porto Velho, RO.

Palavras-chave: Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; Percepção; Lugar.

Referências

ALBUQUERQUE, H. L. de; SILVA, J. da C. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Nova Mamoré: sentimentos territoriais em face à globalização.** Porto Velho, 2014.

AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a Fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza.** v. 11. jan/dez 1999. p. 67-87.

BESSE, J. Geografia e existência. *In:* DARDEL, E. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica.** Tradução: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 111-139.

DARDEL, E. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica.** Tradução: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. *In:* CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da geografia.** São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

SILVA, K. C. S. **A experiência cotidiana do lugar [manuscrito]: relatos de espaço dos velhos moradores da cidade patrimônio.** 2016. CCCL, 350 f.

SOUZA, M. **Mad Maria.** Editora Círculo do Livro S.A, 1980.



DINÂMICA DE USO E COBERTURA DO SOLO EM RONDÔNIA E A RELAÇÃO COM GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Nara Diana Trindade Barata

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
naradiana85@gmail.com

Gean Magalhães da Costa

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
gean72@gmail.com

Laila Cíntia Mota Belforte

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
lailabelforte@gmail.com

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
mada.geoplan@gmail.com

Introdução

A Amazônia brasileira ao longo das sete últimas décadas (1960 a 2020) tem apresentado variadas formas de uso e ocupações, dinâmica que pode ser constatada, na sua porção Sul-ocidental, em específico no estado de Rondônia, dado ao contexto deste estado ser alvo de projetos de colonização e implantação de obras de infraestruturas, mobilizando, neste caso, tanto ao avanço destas, assim como da própria agropecuária (pecuária e agricultura), que ao se incidir sobre o território acarreta consecutivas alterações sobre o uso e cobertura do solo, interferindo sobre os vários usos tradicionais, dispostos pelo estado, e que se espraia sobre os limites das áreas protegidas (Unidades de Conservação, Território Indígena e Território Quilombolas).

Esta pesquisa tem como período de análise para investigação dos dados os anos de 1990 a 2020. O objetivo geral consiste em analisar e identificar as principais causas das alterações do uso e cobertura do solo no estado de Rondônia entre 1990 a 2021.



Metodologia

A metodologia encontra-se estruturada em 3 fases operacionais, que englobam a revisão bibliográfica, obtenção dos dados, e por fim, a sistematização dos mesmos. A mesma encontra-se descrita a seguir: I) A primeira consistiu na revisão bibliográfica sobre os conceitos teórico-geográficos utilizado na pesquisa; II) A obtenção dos dados, primeiro compreende os arquivos em planilha e vetoriais, através da plataforma de uso e cobertura do solo, do banco de dados do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil – MAPBIOMAS (2020). A identificação e análise dos dados, dos anos de 1990, a 2020. O segundo tipo de dado, compreende aos arquivos vetoriais dos limites do estado de Rondônia, disponibilizadas no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE (IBGE, 2020; 2022); III) Foi realizado a sistematização dos mesmos, de modo a evidenciar as causas e tipologias das alterações dos usos e cobertura do solo, entre 1990 a 2020, e a elaboração dos gráficos, quadros e mapas temáticos, foi feita através do apoio de software em Excel, E os produtos cartográficos (mapas) foram elaborados através do Sistema de Informação Geográfica – SIG, por meio do software QGiz, versão 3.16.3.

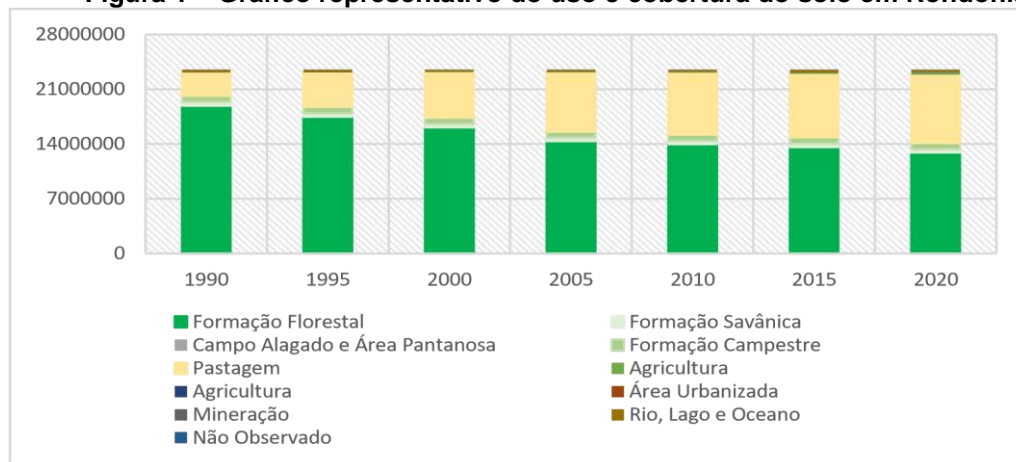
Resultados Parciais e Discussões

No estado de Rondônia, pode-se compreender que a relação de uso do território é associada a diferentes formas e intensidades, sendo essas associadas as partes do território voltadas a atividades urbanas, rurais, territórios destinados a proteção e conservação, como as áreas protegidas (Territórios Indígenas e Unidades de Conservação), as áreas destinadas a atividades de indústrias e entre outros usos. Sendo assim, torna-se necessário compreender quais usos tornam-se conflitantes com os demais, e uma vez havendo conflito, são necessárias ações de estado para melhor ordenar o uso do território, principalmente quando estes envolvem dinâmicas de desmatamentos, alteração do uso e cobertura do solo, como tem ocorrido nas últimas décadas (1990 a



2020). O estado de Rondônia, assim como nos demais estados que estão situados na faixa do arco do desmatamento na Amazônia, apresenta alterações do uso e cobertura do solo (Cavalcante; Costa, 2021). Segundo Théry (1997), essas alterações, mescladas com as ocupações encontram-se intimamente ligadas as políticas de povoamento e abertura de estradas. O processo de alteração do uso e cobertura do solo entre os anos 1990 e 2020 no estado de Rondônia, conforme o Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil – MAPBIOMAS, na coleção de número 06, evidencia a conversão de áreas de florestas para áreas de pastagens e agricultura, conforme pode ser expresso entre os anos de 1990 a 2020 a partir da figura 1, demonstrado a seguir.

Figura 1 – Gráfico representativo do uso e cobertura do solo em Rondônia

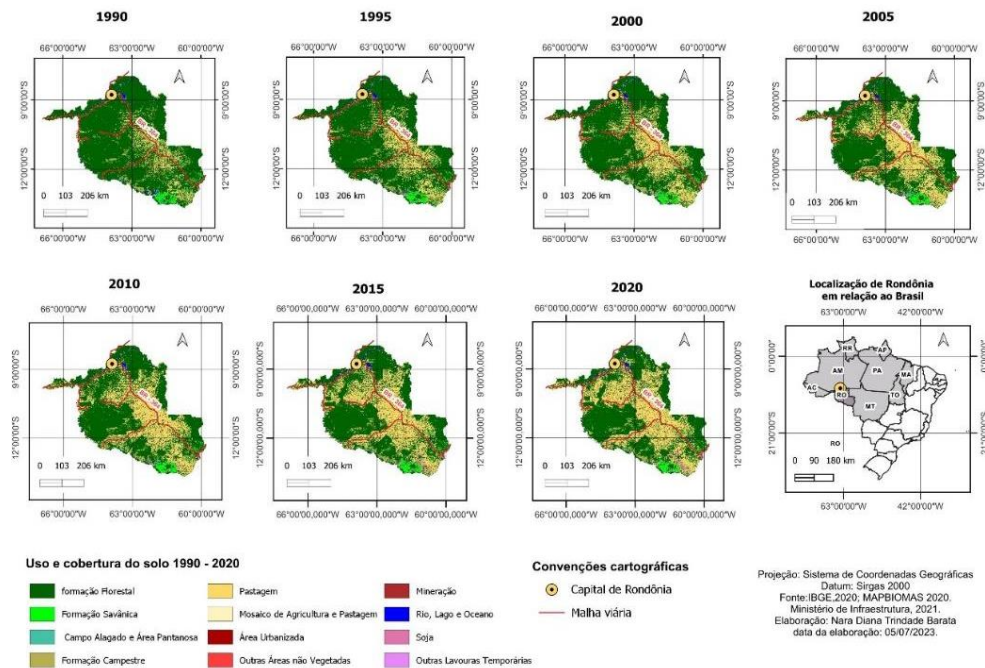


Fonte: Dos autores (2023).

Todo esse processo de alteração do uso e cobertura do solo no estado de Rondônia, está atrelado a uma agropecuária pujante e forte. Sendo destaque na produção e comercialização de grãos e nas atividades de pecuária. Essas de alterações, está margeando, quando não avançado sobre os limites das áreas protegidas e se intensificando ao longo do período em análise. Conforme a figura 2, constata-se que dos anos de 1990 a 2020, o avanço da conversão de áreas de florestas em áreas para uso agropecuário é forte e intenso.



Figura 2 – Gráfico representativo do uso e cobertura do solo em Rondônia



Fonte: Dos autores (2023).

Conforme constatado a partir dos resultados dessa pesquisa, é visível o aumento da alteração do uso e cobertura do solo ao longo de período analisado, abrangendo os anos de 1990 a 2020. O estudo teve objetivo de analisar e identificar as principais causas das alterações do uso e cobertura do solo no estado de Rondônia entre 1990 a 2020, frente as tensões ambientais que este atual modelo de uso e ocupação do solo traz para o estado de Rondônia, pressionando os seus limites, sendo já constados vários exemplos, das Terras Indígenas e Unidades de Conservação em Rondônia, a partir de estudos de Cavalcante; Costa (2021), e Costa; Pimentel; Cavalcante (2021).

Considerações Finais



Tendo em vista essas transformações, conclui-se pelos métodos utilizados, que as principais causas dessas alterações foi o aumento populacional que se iniciou a partir dos projetos de colonização, crescimento agropecuária, as grandes obras de infraestrutura, destacando as aberturas de rodovias, estradas, transporte, serviços como as grandes construções de UHE e centros de distribuição de energia. Sendo de grande importância a identificação, quantificação e compreensão dos processos de alterações do uso e cobertura do solo no estado de Rondônia, necessitando discutir como são implantados, usados e impostos os variados usos do território e como estes se revestem nas alterações do uso e cobertura do solo.

Palavras-chave: Infraestrutura; Território; Amazônia; Solo; Uso e Ocupação do solo.

Referências

CAVALCANTE, M. M. A; COSTA, G.M. Dinâmica de uso e cobertura do solo na Amazônia: repercussões sobre as áreas protegidas em Rondônia. *In:* RIBEIRO, W. C; JACOBI, P. R. **Amazônia: alternativas à devastação**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2021. p. 58 – 73.

COSTA, G.M; PIMENTEL, H.V.C; CAVALCANTE, M. M. A. Gestão ambiental do território: Unidades de Conservação frente ao uso e cobertura do solo em Rondônia. *In:* GOBO; J.P. A; NUNES, D. D; FILHO, E.P.S. **Amazônia em pesquisa: Paisagem, meio físico e gestão ambiental**. 1 ed. Rondônia: EDUFRO, 2021. p. 114 – 130.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MAPBIOMAS - Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e uso do Solo no Brasil. **Plataforma de uso e cobertura do solo no Brasil**. Coleção 06. 2020. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 04 mai. 2023.

THÉRY, H. **Routes et déboisement en Amazonie brésilienne**: Rondônia 1974-1996. *Mappemonde*. n.3, p.35-40, 1997.

**MULHERES AMAZÔNIDAS, FAZERES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE ESPACIAL DO CENTRO DE ARTESANATO DO TAPAJÓS, SANTARÉM/PA****Rayla de Lima Tavares**Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
detavaresraila@gmail.com**Maria das Graças Silva Nascimento Silva**Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
mgsnsilva@unir.br**Introdução**

A produção da análise geográfica transcorreu no silenciamento de expressões espaciais e saberes de determinados grupos, tais como os grupos de mulheres, de não brancos e daqueles que não se encaixam em uma tal norma heterossexual e cisgênero, o que traduz a naturalização dos discursos hegemônicos da Geografia. Assim, o fazer científico que busca promover visibilidade aos corpos invisibilizados e resistentes na Geografia “só é possível quando compreendemos que a invisibilidade não é casual, mas produzida pelo poder da tradição dos aspectos teóricos e metodológicos que delimitam uma determinada visão de mundo” (Silva; Ornat, 2020, p. 166).

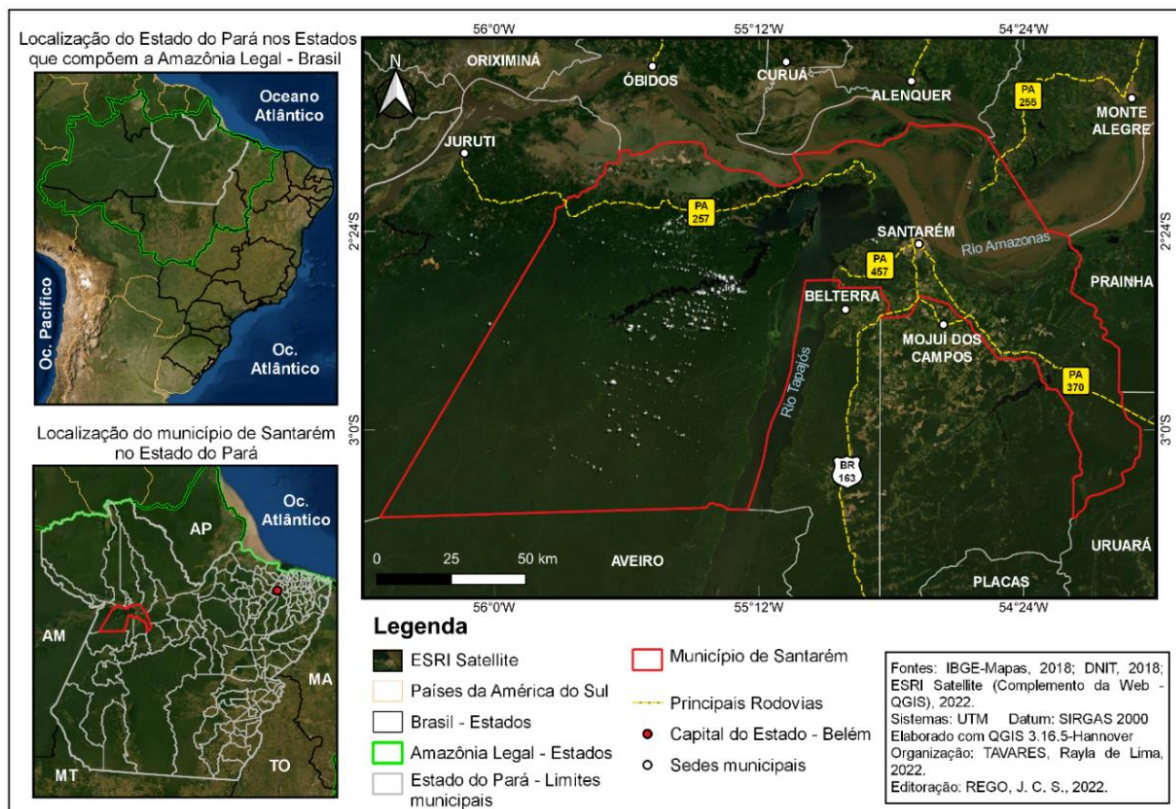
Pesquisar sobre mulheres na ciência geográfica é ter a possibilidade de contar histórias partindo de outra perspectiva que não a patriarcal, branca e colonizadora. É evidenciar na análise espacial a compreensão de um espaço múltiplo e diverso. Assim, pautar a temática de mulheres amazônidas artesãs é destacar como o trabalho atravessa de forma diferente os gêneros, os corpos e as interseccionalidades, bem como, os modos de organização dos diversos grupos de mulheres que trabalham com artesanato em Santarém-PA.

A pesquisa visa compreender as relações socioespaciais a partir do lugar, enquanto categoria de análise, pois as construções simbólicas e materiais das relações de gênero perpassam primeiramente em escala micro, com ações subjetiva e se escalam na



naturalização do apagamento das mulheres enquanto sujeitas de ação. Desta maneira a problemática que norteia a pesquisa diz respeito a: “Como se dá as relações de gênero no Centro de Artesanato do Tapajós e quais os desafios enfrentados pelas artesãs de Santarém no contexto de Amazônia brasileira, no oeste do estado do Pará?”. O município de Santarém (figura 01) vem se destacando no setor do turismo em escala regional e nacional, pertencendo à Região Turística do Baixo Tapajós, junto de Belterra e Mojuí dos Campos. Já em nível nacional faz parte do Mapa do Turismo Brasileiro, além disso é o único município da região na categoria B, categoria que indica que o município tem um fluxo considerável de turismo (nacional e internacional), podendo solicitar apoio do Mistério do Turismo.

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Santarém-PA



Fonte: Das autoras (2022).



Entre as atividades do setor de turismo, o artesanato será o foco da pesquisa, haja vista sua importância, pois o fazer artesanal envolve os saberes, cultura e as relações espaciais, tanto na cidade, como também, dos povos da floresta e das águas. Assim buscando contribuir com uma ciência geográfica plural e diversa, bem como trazer à tona as vivências, conhecimentos, enfrentamentos, cultura e arte das mulheres amazônicas paraense. Que compartilhando do que foi dito por Dourado (2020, p. 22) sobre a importância de ecoar vozes silenciadas na “tentativa voraz de reavivar as memórias e as trajetórias” é nessa perspectiva que se dá a questão de gênero no contexto da Amazônia brasileira.

Metodologia

De abordagem qualitativa, a pesquisa está ligada à interpretação das relações que perpassam a questão gênero e trabalho de mulheres artesãs da Amazônia do oeste paraense, por meio da compreensão do espaço e o lugar enquanto conceitos geográficos para análise em questão. Assim como metodologia adotaremos revisão bibliográfica e pesquisa documental por meio de autores e autoras que tratam sobre a temática: mulheres artesãs, mulheres artesãs da Amazônia brasileira, trabalho, associativismo, corporeidade e geografias feministas. Para coleta dos relatos das mulheres trabalhadoras, os trabalhos de campo serão realizados no Centro de Artesanato do Tapajós, município de Santarém-PA, por meio de entrevistas semiestruturadas, com o roteiro de campo acompanhado por um diário de campo. Ressaltamos que o presente texto é fruto de uma pesquisa em andamento em fase de revisão bibliográfica.

Resultados Parciais e Discussões

O protagonismo dos grupos de mulheres em Santarém tem seu início nos anos de 1980, com a criação da Associação das Mulheres Domésticas de Santarém, já na década



de 1990 o trabalho de mobilização realizado por essas primeiras mulheres se fortaleceu e surgiu, então, a Associação de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas, fomentando o debate e outras perspectivas de mulheres em sindicatos urbanos e rurais da região.

Sousa (2018) em seu rico trabalho sobre as mulheres artesãs de cuias bordadas de Aritapera, área de várzea do município de Santarém, na região do Baixo Amazonas, nos elucida que devido a criação da associação de artesãs ribeirinhas (Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém – ASARISAN), as mulheres artesãs passaram a sentir orgulho de seus produtos pelo reconhecimento do trabalho (remunerado) nas cuias bordadas e por conseguirem gerir seus próprios recursos financeiros. Ao contrário de antes da criação da associação o trabalho com as cuias não era reconhecido, como um trabalho artesanal, pois o fazer das cuias eram incluídas ao trabalho doméstico (não remunerado). Nesse sentido a naturalização do trabalho doméstico, se apresenta como uma característica da personalidade feminina, Federici (2019, p.42) evidencia que essa “naturalização do trabalho doméstico” se dá por meio “da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora”, ora se algo é “natural” dificilmente é questionado. Contudo o romper desse trabalho não remunerado, pelo menos em partes da invisibilidade, no contexto das mulheres de Aritapera se deu por meio da organização espacial na criação da associação a partir dos aspectos de suas vivências no lugar.

Considerações Finais

A questão de gênero na geografia brasileira ainda é pouco abordada e o número fica menor quando se trata de mulheres amazônicas trabalhadoras e do artesanato. Nesse sentido, espera-se contribuir com a produção científica e na possibilidade de visibilizar a história de mulheres e dos grupos de mulheres trabalhadoras do artesanato e de tantas outras que contribuíram no processo de produção do espaço da cidade Santarém-PA, mas



que ficaram ocultas nas narrativas histórico-geográficas, por conta de discursos hegemônicos e colonizadores.

Portanto, a pesquisa em andamento visa o fazer crítico e político de uma geografia plural e diversa. O que torna pertinente abordar a existência dos diversos grupos sociais, apesar dos embates em relação a comunidade geográfica brasileira no âmbito do pensar científico. Assim, potencializar a presença significativa de mulheres da Amazônia paraense que fazem arte com as mãos e divulgam a diversidade da cultura é uma das expectativas da pesquisa em andamento.

Palavras-chave: Gênero; Interseccionalidades; Amazônia brasileira.

Referências

DOURADO DA SILVA, Suzanna; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia Acreana**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 11, n.1, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/14831> Acesso em: 1 jan. de 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; SILVA, Joseli Maria (Org.). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**. 1. ed. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2014.

SOUSA, Ádria Fabíola Pinheiro de. **As cuias bordadas de Aritapera: conhecimento, saber e arte**. 2018, 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2013. 1 ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SILVA, Joseli M.; ORNAT, Marcio J. **Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes**. Journal of Latin American Geography, Volume 19, Número 1, p. 163-171, Janeiro, 2020.



GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DA LEI 10.639.03 POR MEIO DAS EXPERIÊNCIAS DISCENTES COM OS PROJETOS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO

Deisiane Cardoso da Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
deisianecrds@outlook.com

Tatiana dos Santos Malheiros

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
tatiana.malheiros@unir.br

Introdução

A presente pesquisa pretende compartilhar experiências obtidas nos projetos de extensão PIBEC, do projeto *Mojubá: arte, ciência e educação geográfica* na perspectiva pedagógica decolonial. De igual modo, do projeto: *Conversando Sobre Geografia*, em parceria com o LABCART - Laboratório de Geografia e Cartografia, no canal do YouTube. Ambos contribuíram nas possibilidades da educação das relações étnico raciais na educação básica em correspondência com a lei 10.639.03, que determina a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 2003).

Com o intuito de afirmar a diversidade étnico-racial para a prática de respeito à liberdade e o apreço à tolerância (Brasil, 1996), em conjunto com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013), para a educação das relações Étnico-Raciais e em Direitos Humanos. Nesse sentido, articulamos as vivências, o ordenamento jurídico e os documentos prescritivos e, as perspectivas de Geografias Negras para a construção de métodos e metodologias, no intuito de uma educação qualitativa, democrática, igualitária e diversa (Guimarães, 2020).

Portanto, os objetivos da pesquisa propõem-se com a identificação das experiências discentes obtidas nos programas de extensão, na contribuição das possibilidades de aplicação plena da lei 10.339.03, em aproximação entre o documento jurídico e os documentos prescritivos de currículo referenciados, por fim, descrever quais foram os materiais didáticos pedagógicos autorais produzidos.



Metodologia

O percurso dos procedimentos acadêmicos-operacionais ocorreu de maneira qualitativa de pesquisas em ciências sociais, de caráter descritivo por meio de relatos das experiências de formação dentro do contexto em que foram vivenciadas (Goldenberg, 2004). Sinalizando as percepções interpretativas na utilização das referências da ciência geográfica, Geografias Negras, ordenamento jurídico e os documentos prescritivos de currículo. Correlacionados com o encaminhamento de cada módulo temático: Alfabetização/Letramento Geográfico-Cartográfico; Categorias Geográficas Natureza e Território e do Ensino da Geografia da Natureza; Geografia e Educação das Relações Étnico-Raciais; Geografia e Educação em/para os Direitos Humanos e a Geografia. Na sequência, o uso de plataformas digitais e suas respectivas produções de materiais didáticos pedagógicos autorais, utilizando plataformas digitais como: Google Meet; Google Classroom; Google Drive; InShot; Spotify; YouTube.

Em síntese, será descrito o processo anteriormente exposto. As experiências e suas aproximações no ensino-pesquisa-aprendizagem, a autonomia metodológica, os desafios, as dificuldades encontradas dadas ao cenário pandêmico da COVID-19 durante o ensino remoto emergencial – ERE, que ocasionou a cogitação de outras alternativas e adaptações não planejadas.

Resultados Parciais e Discussões

➤ Experiências

O Projeto *Mojubá*, que tem como objetivo promover processos qualitativos de educação inicial e continuada de professoras/es de Geografia. Envolvendo o diálogo entre a educação básica e o ensino superior; a articulação de garantias de direitos, uso das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica e o ensino superior, a educação geográfica por meio de uma epistemologia e uma perspectiva pedagógica decolonial e, a



promoção de uma educação geográfica com valores norteadores de um estado democrático de direito (Malheiros, 2020).

Proporcionando assim, experiências significativas para a formação, tanto profissional, quanto cidadã. Compreendemos a necessidade emergente de ter compromisso social no enfrentamento das questões da sociedade brasileira, sobretudo no que envolve a educação (Brasil, 2018).

À medida em que era feito na devida ordem, a leitura das referências, interpretações e sínteses. Foi perceptível certa dificuldade em relacionar a geografia em algo que não fosse hegemônico e dominante, era um repertório de leitura pouco familiarizado. No que diz respeito ao diálogo e cruzamento de outras perspectivas e histórias subalternizadas, como a diáspora negra, para a diversidade em práticas de saberes, para além da dominação do ser, do saber e do poder (Rufino, 2018).

Ao longo das produções de materiais didático pedagógico, utilizou-se plataformas digitais para a viabilização do trabalho, dada excepcionalidade pandêmica da COVID -19 e o ensino remoto emergencial, o que infelizmente impossibilitou o acesso e extensão com as escolas. Sucedeu-se então adaptações para as buscas em alternativas de dispositivos digitais que fossem acessíveis gratuitamente e igualmente no aprendizado do manuseio, o que demandou muito tempo, paciência e dedicação, especialmente na edição de material audiovisual.

➤ **Possibilidades de aplicação da Lei 10.639.03 e aproximações entre o documento jurídico e os documentos prescritivos de currículo referenciados**

O exercício de conhecimento e reivindicação de direitos no que tange a minorias da sociedade, essencialmente, pessoas negras, é necessário para o processo de reconhecimento, justiça, igualdade de direitos sociais, civis, culturais e econômicos. Desse modo, as/os discentes de licenciatura durante a formação possam identificar a indispensabilidade de reivindicar políticas educacionais, que estejam em consonância com



formulações de estratégias pedagógicas, a fim de superar a desigualdade étnico-racial em todos os espaços sociais (Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013).

Resultados dos módulos temáticos

Alfabetização/Letramento Geográfico-Cartográfico: Ler, interpretar e associar as representações cartográficas social, cultural e político, no contexto do cotidiano (Breda; Stroforini, 2020). Viabilizando o protagonismo de sujeitas/os na reivindicação e confecção visual do seu território, na mobilidade, cultura, identidade, pertencimento, experiência, conflitos e entre outros.

Categorias Geográficas Território e Natureza e do Ensino da Geografia da Natureza: Correlação de leitura de mundo da ciência geográfica clássica, com a leitura de mundo na perspectiva indígena, trabalhando o conceito de natureza além de objeto de lucro econômico. Problematizando um modelo de vida que tem como único sentido, a utilidade do que se produz (Krenak, 2020).

A Educação das Relações Étnico-Raciais e a Geografia e a Educação em/para os Direitos Humanos e a Geografia: a formação inicial e continuada com aproximações e encaminhamentos teóricos e práticos com respaldo entre documento jurídico e os documentos prescritivos de currículo referenciados, permitiram a reflexão e elaboração de um projeto de sociedade e de vida. Ampliando possibilidades educacionais contra violação de direitos, dando destaque a diversidade da nação brasileira, exercendo outras práticas de saberes que não se limitam somente na escola, mas que refletem de modo positivo na sociedade, para a reivindicação e defesa dos direitos, da dignidade humana, a fim de superar a indiferença, injustiça e desqualificação (Brasil, 2013).



➤ **Materiais didáticos pedagógicos produzidos dos módulos temáticos**

Figura 1 a 6: Fotografias, Playlist Projeto Mojobá e Material Audiovisual



Fonte: <https://www.portovelho.ro.gov.br> e materiais do Projeto (2022).

Considerações Finais

Diante disso, as experiências obtidas ao longo dos projetos se demonstram significativas no processo contínuo de ensino-pesquisa-aprendizagem. O que procedeu no exercício da reflexão, dúvida, indagação e investigação. Movimento que afirma que a licenciatura também é pesquisa, que a docência e seus encaminhamentos teóricos e práticos em metodologias didáticas pedagógicas, precisam de um viés emancipatório. Buscando reconstrução de outras práticas de saberes, mantendo sempre a linearidade entre documento jurídico e os documentos prescritivos de currículo referenciados. Para o respaldo na reivindicação e defesa de direitos, no que tange o fortalecimento da democracia.



Palavras-chave: Geografia e Educação; Formação Docente; Relações Étnico-Raciais; Experiência.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Brasília: MEC, 2014.

BREDA, Thiara. STROFORINI, Rafael. Alfabetizar Letrando: Possibilidade para uma cartografia porosa. **Ateliê Geográfico**, v.14, n. 2, ago, 2020, p. 280-297.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Geny. Geo-Grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da ABPN**, v. 12, n. ed. Especial, 2020, p. 292- 311

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Companhia das letras. 2020

MALHEIROS, Tatiana dos Santos. **PROJETO MOJUBÁ: arte, ciência e educação geográfica na perspectiva pedagógica decolonial**. Projeto de Extensão – PJ039. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2020.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. **Revista Periferia**, v. 10, n. 1, p. 72-88, 2018.



HIDRELÉTRICAS E ÁREAS PROTEGIDAS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA AMAZÔNICA

Rafaela da Silva Pereira Reis

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
rafaelareis1986@gmail.com

Laila Cíntia Mota Belforte

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
lailabelforte@gmail.com

Girlany Valéria Lima da Silva Araújo

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
girlanyvaleria@gmail.com

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
mada.geoplan@gmail.com

Introdução

Na bacia hidrográfica do rio Amazonas, existe um elevado número de áreas protegidas. No entanto, essas áreas estão sob ameaça em relação à proteção e conservação dos recursos naturais. Isso se deve às consequências da concentração de Usinas Hidrelétricas (UHEs) controladas ou em operação, pois, estas são intensificadoras de atividades que causam desmatamento, a exemplo da agropecuária. O objetivo deste estudo é evidenciar a concentração hidrelétrica nos limites das bacias que compõem a região hidrográfica amazônica, que afetam diretamente as áreas protegidas. As UHEs podem causar modificações nos limites das Unidades de Conservação (UCs) quando estas atingem os seus limites territoriais e resultam no deslocamento forçado de comunidades e grupos tradicionais, como os ribeirinhos e indígenas (Costa; Pimentel; Cavalcante, 2020).

Metodologia

A pesquisa baseia-se em dados bibliográfico e documental a partir de estudos já realizados e disponíveis em livros, artigos científicos, dissertações, teses e relatórios oficiais, este último, provenientes de sindicatos, órgãos públicos e instituições de pesquisa.



Esses documentos foram analisados e extraído informações de modo a contemplar os objetivos da pesquisa, mas que pudessem ser alvo de novas análises, gerando novas interpretações, como relatório de empresas e tabelas (Gil, 2008).

A pesquisa bibliográfica e documental foi conduzida com o propósito de compreender a construção de hidrelétricas na bacia hidrográfica e seus impactos em áreas protegidas, o que possibilitou uma compreensão mais ampla da territorialização das Usinas Hidrelétricas (UHEs), abrangendo a região hidrográfica e sua relação com as áreas protegidas.

O Sistema de Informação Geográfica (SIG) foi empregado para mapear o fenômeno da territorialização das hidrelétricas por bacia hidrográfica, permitindo identificar sua concentração por bacia e influência sobre áreas protegidas. O software utilizado foi o QGIS, versão 3.16, datado de 24 de outubro de 2020. Os dados geográficos são essenciais para projetos em um SIG. Eles são representados por pontos, linhas e polígonos, e refletem elementos do mundo real, como rios, zonas agrícolas e infraestruturas. Devido a essa relevância, é essencial que a fonte dos dados seja segura, o que irá garantir a autenticidade dos produtos elaborados (QGIS, 2020).

Resultados e Discussões

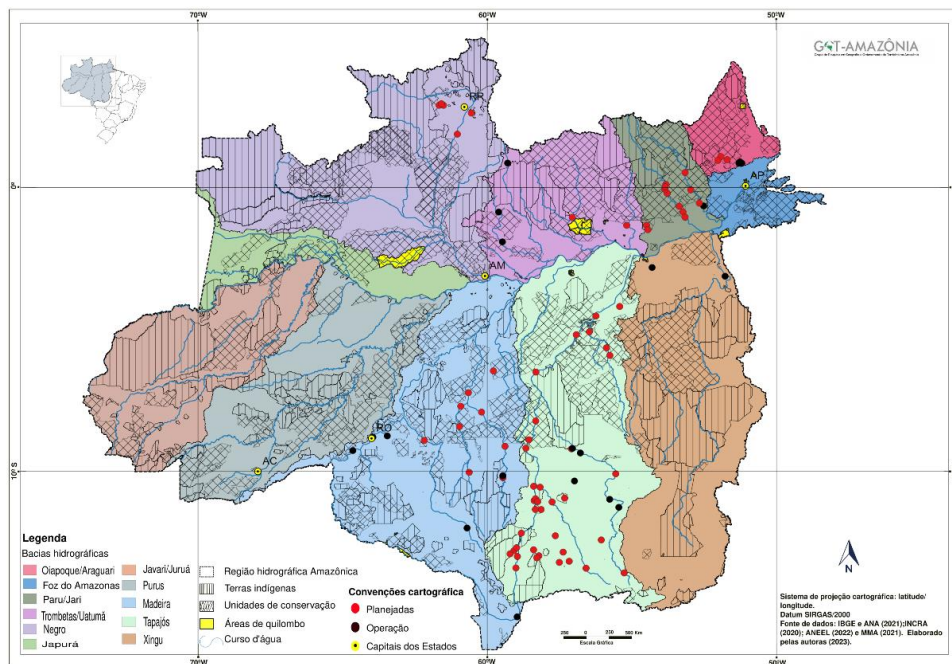
Foi constatado um número considerável de áreas protegidas na região hidrográfica amazônica; e quando sobreposto aos números de UHE em operação e planejado permite evidenciar que as áreas protegidas estão em iminentes ameaças. Conforme Figura 1.

A concentração de Usinas Hidrelétricas (UHEs) na região gera preocupações substanciais, uma vez que isso pode acarretar modificações nos limites das Unidades de Conservação (UCs), supressão da biodiversidade e no deslocamento compulsório de comunidades e grupos tradicionais, como ribeirinhos, indígenas e quilombolas. Portanto, a concentração de UHEs na bacia hidrográfica amazônica vão além das questões ambientais, pois afeta diretamente as comunidades e a preservação das áreas protegidas. Isso destaca



a necessidade de um planejamento cuidadoso e de estimativas abrangentes antes da implementação de projetos desse tipo.

Figura 1 – Localização das hidrelétricas e áreas protegidas na região hidrográfica amazônica



Fonte: Das autoras (2023).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, a bacia hidrográfica amazônica é composta por 56% de áreas protegidas e 44% de outras áreas, abrangendo zonas urbanas, rurais, entre outras. Esse dado ressalta a importância da bacia hidrográfica amazônica na preservação e conservação das áreas protegidas. É crucial enfatizar que a implementação de Usinas Hidrelétricas (UHEs) pode ter projetos de eficiência no ecossistema. A construção de UHEs frequentemente potencializa atividades como a agropecuária e, por conseguinte o desmatamento na região (Cavalcante, 2012). Afetando a biodiversidade, mas também pode ter efeitos duradouros sobre as comunidades locais e sua maneira de vida.



Na região hidrográfica amazônica foram identificadas três bacias hidrográficas significativas, dada a concentração de Usinas Hidrelétricas (UHEs) registradas ou já em operação e o alto percentual de áreas protegidas a serem impactadas direta e indiretamente. São elas: a bacia do Tapajós ao concentra a maior a quantidade de UHEs planejadas; bacia do Madeira detêm mais UHEs em plena operação; bacia Paru/Jari destaca-se como a segunda em número de UHEs planejadas, um alto percentual de áreas protegidas nos seus limites em relação a área total. Conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de hidrelétricas por bacia hidrográfica

Bacias formadoras da região hidrográfica Amazônica	Operação	Planejadas	(%) Percentual de áreas protegidas
Tapajós	5	37	39,10
Paru/Jari	1	12	77,10
Madeira	7	9	47
Negro	0	6	86,60
Oiapoque/Araguari	3	3	80,40
Trombetas/Uatumã	3	2	71,60
Xingu	2	0	36,11
Foz do Amazonas	0	0	57,30
Japurá	0	0	37,40
Javari/Juruá	0	0	56,11
Purus	0	0	44

Fonte: Das autoras (2023).

Considerações Finais

A expansão das Usinas Hidrelétricas (UHEs) nas bacias hidrográficas que compõem a região hidrográfica amazônica é motivo de preocupação. Entre as 11 bacias hidrográficas, aquelas do Tapajós, Madeira e Paru/Jari se destacam por abrigar inúmeras UHEs e por concentrar áreas protegidas próximas umas das outras. Isso resulta na perda dessas áreas e na conseqüente restrição do acesso aos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, pelo seu deslocamento compulsório.



A proporção significativa de áreas protegidas ressalta a abundância de recursos naturais e sociais, porém, a construção de hidrelétricas tem levado ao represamento dos rios, dificultando ou restringindo o acesso a esses recursos pelas comunidades tradicionais. Essa situação é particularmente evidente nas áreas de influência das usinas em operação.

Palavras-chave: Hidrelétricas; Áreas Protegidas; Região Hidrográfica Amazônica.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Sistema de Informação Geográfica do Setor Elétrico – SIGEL**. 2021. Disponível em: <https://sigel.aneel.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=c1716d81d491426197bf497ace41db8d>. Acesso em: 15 de mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bacias Hidrográficas Nacional**. Diretoria de Geociências. Coordenação de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2021.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2012.

COSTA, Gean Magalhães; PIMENTEL, Hemili Vitória do Carmo; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Implicações da implantação de usinas hidrelétricas e unidades de conservação na bacia hidrográfica do rio Amazonas. **Revista Equador (UFPI)**, v. 9, nº 3, p. 233 – 251, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Sistema de Informação Geográfica – Quantum GIS (QGIS). **QGIS Desktop 3.16 User Guide**, abr. de 2022. Disponível em: https://docs.qgis.org/3.16/en/docs/user_manual/preamble/foreword.html. Acesso em: 3 de mar. 2023.



GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO EM GÊNERO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES ENTRE O REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DE RONDÔNIA E O COTIDIANO DO ESPAÇO DA EEEFM MARECHAL CASTELO BRANCO

Freire da Silva Santos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
freire17@gmail.com

Tatiana dos Santos Malheiros

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
tatiana.malheiros@unir.br

Introdução

O estudo de gênero é relacionado como agente central na construção do espaço e a geografia uma ciência que analisa a organização e produção do espaço. Conforme a conceituação anterior, Reis (2015) afirma que a geografia pode e deve ampliar as reflexões sobre as relações de gênero, como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica social.

Durante o período de Estágio Supervisionado na EEEFM Marechal Castelo Branco, a temática do ensino de gênero trouxe dúvidas a respeito de como o assunto é abordado dentro de sala de aula no estado de Rondônia e quais são os documentos públicos que permitem o ensino no âmbito educacional, além de fazer uma relação entre o que as leis, diretrizes e resoluções em educação dizem e a prática cotidiana dentro do espaço escolar. Assim, estudo busca analisar se o tema de estudo de gênero está incluso nas normas e leis e quais os documentos podem estar servindo de embasamento nas matrizes curriculares das escolas de Rondônia que dão aval aos professores ensinarem a temática.

Dessa forma, a problemática em questão na pesquisa se dá em: os documentos normativos que justificam a questão de gênero são aplicados na nova matriz curricular do estado de Rondônia?



Metodologia

Para realização desta pesquisa, serão realizados estudos e buscas em sites acadêmicos e feitas revisões bibliográficas sobre a temática. Coelho (2021) afirma que a revisão bibliográfica de forma geral é a revisão das pesquisas e das discussões de outros autores sobre o tema que será abordado. A revisão bibliográfica é importante pois traz confiabilidade e qualidade técnica em um trabalho. Dessa forma, a pesquisa trata análise de artigos e livros sobre a temática Geografia e gênero e a educação brasileira. A tipologia da pesquisa abordará o modelo descritivo, pois descreverá o processo da legislação sobre a diversidade na educação e correlacionada a experiência de estágio.

Resultados Parciais e Discussões

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação e Direitos Humanos preveem o ensino de gênero dentro do âmbito educacional, pois, segundo elas, a educação é um instrumento imprescindível para que o indivíduo se reconheça como um agente ativo na modificação da mentalidade do seu grupo (Brasil, 2013).

Além disso, a nova matriz curricular escolar do estado de Rondônia abrange o conteúdo de gênero dentro do espaço escolar nos três anos do ensino médio (Rondônia, 2021). Especificando as etapas do ensino médio, no primeiro ano, o aluno aprende as desigualdades de renda a partir do gênero. No segundo ano, são abordadas as formas de preconceito e as desigualdades de gênero e suas expressões e, no terceiro ano, aprende sobre os diferentes tipos de violência, incluindo a de gênero, além de conceituar o que é gênero na sociedade (Rondônia, 2021).

Figura 1 – Capa do Referencial Curricular para o Ensino Médio de Rondônia



Fonte: Rondônia (2021).

Os Direitos Humanos, como o nome sugere, são direitos civis, sociais, econômicos, culturais e ambientais; sejam individuais, coletivas transindividuais ou difusas que necessitam de igualdade e de defesa da dignidade como ser humano. A Resolução para Educação em Direitos Humanos estabelece que é preciso promover a educação para mudança e transformação social, e se fundamenta em princípios a atender a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e a valorização das diferenças e diversidades; laicidade do estado (Brasil, 2012). Esta resolução é o principal documento que pode autorizar o ensino de gênero nas escolas, pois vemos que nela, a sociedade é posta como igual e não deveriam ocorrer distinções e nem discriminações

Considerações Finais

O estudo de gênero dentro do espaço escolar é uma maneira de entendermos o outro. A legislação brasileira possui algumas leis sobre a temática gênero. Dessa forma, pode-se afirmar que o ensino de gênero no âmbito educacional é permitido através das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Direitos Humanos e principalmente na



nova matriz curricular escolar do estado de Rondônia. Além disso, foi evidenciado no período de Estágio Supervisionado que o assunto é abordado dentro da sala de aula no cotidiano e que os professores conseguem instruir aos alunos a não progredirem com atitudes preconceituosas sobre a questão de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Referenciais; Diretrizes.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio 2012. Seção 1, p. 48. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17810-2012-sp-1258713622>. Acesso em 20 abr. 2023.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos:** Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2016.../32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

COELHO, Beatriz. **Revisão Bibliográfica:** saiba como fazer em seu trabalho acadêmico. Blog da Mettzer, 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/revisao-bibliografica/>. Acesso em 16 mar. 2023.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, v. 38, p. 11-34, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067>. Acesso em: 26 abr. 2023.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Castelo Branco**, 2022.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular para o Ensino Médio de Rondônia**, 2021.

**PROJETO DE EXTENSÃO: PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES –
SEGUNDA EDIÇÃO****Érica Lima Campos**Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
ericalimaelc27@gmail.com**Lineker Souza Ferreira dos Santos**Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
linekersouza2722@gmail.com**Tatiana dos Santos Malheiros**Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
tatiana.malheiros@unir.br**Introdução**

O Projeto *Pra não dizer que não falei das flores – Segunda Edição*, em conformidade aos dialogar sobre questões do cotidiano do espaço escolar, da Geografia e Educação das Relações-Étnicos Raciais e de Gênero Sobretudo as práticas de ensino-aprendizagem. Buscou-se, por meio dos Trabalhos devolvidos na instituição de ensino, estabelecer aproximações entre as relações de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade junto a Instituição de Ensino. Traz-se para o diálogo questões pertinentes como o Racismo Estrutural, do Feminismo, do Sexismo e, da Equidade de Direitos Territorial às meninas e às mulheres, referenciando o espaço geográfico e as suas categorias de análises em conformidades aos que nos orientam as Resoluções que estabelecem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004).

Metodologia

A colaborações entre a Universidade Federal de Rondônia, O Grupo de Pesquisa Beatriz Nascimento – LaBia – e a EEEMTI Brasília, serão produzidas Playlists e Podcasts que tratarão dos contextos pertinentes as questões de Relações Étnicos Raciais e



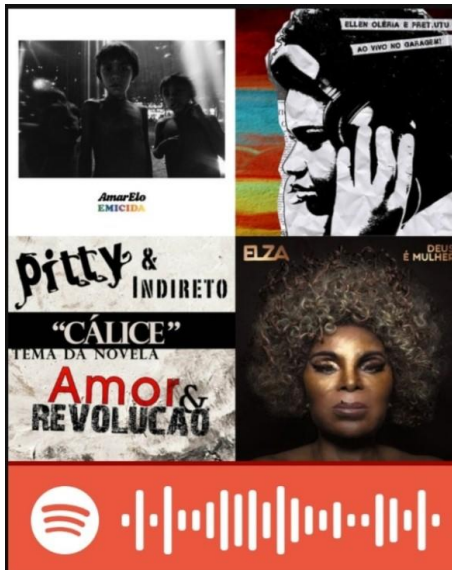
Equidade de Direitos Territoriais referenciando o espaço geográfico e as suas categorias de análises. Esses materiais serão disponibilizados para acesso no canal “Pra não dizer que não falei das flores” na Plataforma do Spotify através do link de acesso:

<https://open.spotify.com/show/2Ni5sMWJ78uOgqFuSHliaJ?si=e92aac3bf3f64d6c>.

As listas elaboradas são as seguintes:

1. **“Gente é pra ser gentil”** (Malheiros, 2021): Qr Code, lista de reprodução de referências musicais a respeito da temática.
2. **“Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis”** (Arraes, 2017; Malheiros; Guimarães Silva, 2021; Malheiros, 2022): Qr Code, lista de reprodução da leitura dos cordéis da referência literária.

Figura 1 - Playlist Gente é pra ser gentil



Fonte: Material do Projeto (2023).

Figura 2 - Podcast Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis



Fonte: Material do Projeto (2023).



Figura 3. Cartaz do Projeto PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES – Segunda Edição. Fonte: Material do Projeto (2023).

3. **“Querem nos Calar:** poemas para serem lidos em voz alta” (Duarte, 2019): Lista de reprodução da leitura das poesias da referência literária;
4. **Escuta Essa!** Lista de reprodução em áudio com a veiculação de dados científicos, de conceitos acadêmicos, de referências do campo e de procedimentos atitudinais e experienciais relacionados à Geografia e a Educação em Direitos Humanos;
5. **Conversa com A Especialista:** Lista de reprodução de um diálogo sintético com uma docente/cientista/pesquisadora/extensionista mulher a respeito da garantia do direito ao exercício profissional em relação à temática do Projeto (Malheiros, 2022, p. 8-9).

Resultados Parciais e Discussões

Buscou-se estabelecer diálogos e vínculos entres esses espaços através da relação entre o Ensino Superior e a Educação básica por intermédio da Radio Escolar Situada na EEEMTI Brasília na Cidade de Porto Velho/RO.

Apresentara aos estudantes da rede de educação Básica uma correlação através dos materiais desenvolvidos pelo projeto de metodologias de ensino-aprendizagem por meios de referências musicais e literárias e, com isso, proporcionar espaços de compartilhamento de experiencias voltadas as questões de educação em direitos humanos e equidade de gênero. Utilizando-se deste recurso tecnológico a acessibilidade dessas



informações ao público em geral e principalmente, ao público feminino através dos canais “Pra não dizer que não falei das flores” na plataforma do Spotify (<https://open.spotify.com/show/2Ni5sMWJ78uOgqFuSHliaJ?si=e92aac3bf3f64d6c>). Com isso, o público poderá reconhecer os tipos de violências que são acometidas diariamente as nossas meninas e mulheres logo, identifica-los e buscar os respectivos encaminhamentos da situação de violação de direito.

Considerações Finais

Com o uso de alternativas metodológicas que contribuam para o ensino aprendizagem aplicadas aos projetos de extensão Universidade - Instituição de Ensino, desenvolvido na Rádio da EEEMTI Brasília, o projeto visa através da produção de materiais como os apresentados na parte metodológicas anteriormente o auxílio, por meio do uso de ferramentas tecnológicas da informação e da comunicação o fortalecimento da divulgação de informações sobre o combate às violências contra as mulheres, além da garantia plena do direito à vida, à educação e do direito ao exercício seguro da profissão docente, assim como, o alcance do direito à educação por meio do serviço público, multicultural, de qualidade, democrático e emancipatório (Malheiros, 2022).

Palavras-chave: "Pra não dizer"; Geografia; Educação em Direitos Humanos; Direito à Vida; Equidade de Gênero.

Referências

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras**: em 15 Cordéis. São Paulo: Pólen, 2017.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências Brasília: MEC, 2003.



BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africanas.** Brasília: MEC, 2004.

DUARTE, Mel (Org.). **Querem nos calar:** poemas para serem lidos em voz alta. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

MALHEIROS, Tatiana dos S; GUIMARÃES SILVA, Siane Cristhina Pedroso. **Pra não dizer que não falei das flores:** Dúvidas da vida na Universidade. Projeto de Extensão – PJ093. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2020. Disponível em: https://open.spotify.com/show/2Ni5sMWJ78uOgqFuSHliaJ?si=ATaZoMhMSVmPoLNuZEkf-w&dl_branch=1.

MALHEIROS, Tatiana dos S. **Gente é pra ser gentil:** lista de reprodução do projeto de ensino. Projeto de Ensino: Fundamentos e Prática do Ensino da Geografia. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/playlist/3cmtsn5lkmgf1LZtU6wLuV?si=996aad9efcc44b47>.

MALHEIROS, Tatiana dos S. **Pra não dizer que não falei das flores:** Segunda Edição. Projeto de Extensão – PJ052. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2022.



MONITORAMENTO E DEFESA TERRITORIAL COM O USO DE GEOTECNOLOGIAS NAS TERRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

João Bosco Salles da Silva Júnior

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
joaboscosalles12@gmail.com

Lidiane de Oliveira Morais

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
lidiane_18morais@hotmail.com

Introdução

As constantes pressões sofridas nos territórios indígenas espelham a passividade dos órgãos estatais no combate as práticas agressivas contra o meio ambiente. Essa realidade ainda é mais contundente no avanço das terras protegidas na Amazônia, como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas.

O Relatório de Violência contra os povos indígenas do Brasil – 2020, publicado pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário – evidenciou que a gestão federal da época foi omissa e conivente com uma política de invisibilidade e não proteção as comunidades indígenas, incentivando as práticas ilícitas e agressoras ao meio ambiente com a revogação de artigos da legislação ambiental, dando permissividade a ilegalidade.

Algumas comunidades indígenas do estado de Rondônia, como a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, onde boa parte da sua área está localizada no município de Guajará-Mirim é onde se localizam os maiores conflitos territoriais como a grilagem, avanço de fazendeiros e o roubo de madeiras. Dentro desse território se encontra parte da Serra dos Pacaás Novos que possui o ponto mais elevado de Rondônia, o Pico do Tracoá, com 1.230 m de altitude. É um patrimônio natural de uma beleza cênica inigualável que está sob ameaças.

Organizações não governamentais como a WWF-Brasil (Fundo Mundial para a Natureza) vêm trabalhando, principalmente em áreas do Bioma amazônico, cerrado e pantanal com mais atenção nessas regiões na preservação da natureza e redução do



impacto humano no meio ambiente. Destaca-se, em Rondônia, o seu trabalho em parceria com a Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental, que já atua no estado há 30 anos, na coordenação da Neidinha Suruí, e tem como missão a luta pelos direitos dos povos indígenas.

Mediante isso é importante a realização dos trabalhos destas instituições nas aldeias no monitoramento e defesa territorial com o uso de geotecnologias, no intuito de possibilitar a constituição de uma base de apoio e proteção em amparo as comunidades indígenas e permitir assim o protagonismo dos próprios indígenas envolvidos, no aprendizado, uso das ferramentas tecnológicas e no trabalho de fiscalização e gestão de seus territórios e meio ambiente.

O objetivo do estudo é analisar o monitoramento e a defesa territorial e ambiental com o uso de geotecnologias nas Terras Indígenas de Rondônia e como são potencializados esses conhecimentos na gestão de seus territórios.

Metodologia

A pesquisa é de abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e empírica através de relato de experiências com análises e percepções *in loco* na Terra Indígena Igarapé Lourdes em Ji-Paraná/RO, na realização do curso de monitoramento e gestão territorial indígena em março/2023.

A participação dos pesquisadores se deu através da Kanindé, que inicialmente foram duas semanas de atividades internas no aprendizado com o uso de geotecnologias: configuração e instalação de aplicativos de Georreferenciamento em celulares *smart*. Com os drones os processos já foram mais extensos, pois são ferramentas muito sensíveis e delicadas, pois foi em primeiro momento estudado toda a base teórica do equipamento para depois trabalhar os acessórios, controle, baterias, a própria aeronave em suas particularidades, até ser alcançado o estágio de alçar voo.



Depois de finalizada toda a parte teórica, os pesquisadores participariam como monitores na atividade que foi realizada nos dias 13 a 18 de março de 2023 na Terra Indígena Igarapé Lourdes em Ji-Paraná, no curso de monitoramento de defesa territorial e ambiental com o uso de drones nas Terras Indígenas de Rondônia, que contou com a participação de seis povos indígenas de Rondônia, três do Acre e uma de Mato Grosso.

Resultados Parciais e Discussões

Se discute a inserção de tecnologias nas aldeias, principalmente entre os sabedores tradicionais, mas também as lideranças indígenas entendem que o acesso é benéfico no sentido da contribuição do fortalecimento de suas culturas e tradições no intuito de melhorar as condições de vida, sem a perda de duas identidades e modos de vida.

Algumas aldeias indígenas de Rondônia dispõem do serviço de internet, citando como exemplo a Terra Indígena Igarapé Lourdes e a Terra Indígena Sete de Setembro, localizadas em Rondônia e Mato Grosso. Os recursos tecnológicos e digitais representam novas possibilidades de recuperação e de consolidação dos processos autônomos dos povos indígenas, na medida em que, efetivamente, podem contribuir decisivamente para a autogestão de seus territórios e para a sustentabilidade de seus projetos sociopolíticos, econômicos e espirituais (Luciano, 2006, p. 91-92).

O papel dos sistemas de comunicação e informação digital são necessários na luta pela defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas. Para a juventude indígena a inserção tecnológica está tornando-os protagonistas nesta luta a favor de seus direitos, como evidencia-se o ativismo ambiental, muito bem representado por várias lideranças como a Txai Suruí e a Samela Sateré-Mawe que são as representações da COP climática na discussão sobre tratativas na mitigação dos efeitos dos impactos ambientais e climáticos.

Em 2019 foi realizado o curso e oficinas na parceria entre a WWF e a Kanindé, na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia, onde os próprios indígenas aprenderam a



pilotar drones e a usar ferramentas no apoio a gestão territorial e monitoramento. Awapy, indígena Uru-Eu-Wau-Wau, fala sobre a importância de aprender e levar esse conhecimento aos parentes que tem uma facilidade em assimilar e dominar as tecnologias.

Awapy relata: "antes, sem o drone, a gente dava de cara com os invasores nas atividades de monitoramento da Terra Indígena. E, muitas vezes, eles estavam armados. Agora, enviamos o drone para uma área a dois quilômetros, por exemplo, e vemos os acampamentos dos invasores, quantos eles são e se estão armados.... Localizamos com precisão, registramos e fazemos denúncias com imagens e Georreferenciamento"(WWF-Brasil, 2019).

O uso de geotecnologias através do monitoramento se faz presente na utilização de ferramentas como drones, celulares e GPS. Alguns benefícios gerados são a realização de fiscalizações, fazer registros fotográficos e gravação de vídeos para as demarcações de uso de seus territórios, identificação de desflorestamento, grupos de invasores, composição de provas documentais para apresentar aos órgãos públicos, dentre outros.

No curso de monitoramento com o uso de drone realizado na Terra Indígena Igarapé Lourdes (2023) muitas atividades práticas de voo foram realizadas e a cada instante, os grupos participantes falavam das suas percepções e experiências, apontando as maiores dificuldades na utilização das ferramentas de geotecnologias.

A grande participação entre os indígenas foi da juventude e rápido foi a assimilação das ferramentas. Ao final foi planejado a realização futura de voos monitorados dentro de cada território das aldeias participantes, nos locais onde há situações de maiores conflitos como a pressão de grileiros, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, dentre outros, que dos órgãos governamentais e não governamentais.

Considerações Finais

O trabalho de monitoramento está evidenciando o protagonismo dos próprios indígenas nas ações de aprendizado das ferramentas geotecnológicas e fortalece assim as suas ações dentro de seus territórios.



É importante reconhecer que as geotecnologias para as comunidades indígenas, favorecem na gestão e monitoramento de seus territórios e ampliam e potencializam a defesa ambiental. Os recursos naturais são finitos e estão ameaçados, e através da sabedoria tradicional e dos modos de vida, da relação dos indígenas com o território, o sentido do cuidar, de pertencimento, potencializam ações que mitigam os impactos provocados pela sociedade do capital.

Palavras-chave: Monitoramento Territorial; Defesa Territorial; Geotecnologias; Terras Indígenas; Rondônia.

Referências

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório - **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020**. / Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em 15 abril 2023.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje** / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 232 p. – (Coleção Educação para Todos; 12).

WORLD WILDLIFE FUND - BRASIL. **Sistema de Monitoramento Ambiental completa 6 meses em Rondônia**; janeiro-2023. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?84741/Sistema-de-Monitoramento-Ambiental-completa-6-mesesem-Rondonia>. Acesso em 28 abril 2023.

WORLD WILDLIFE FUND - BRASIL. **Uso de drones auxilia no monitoramento de áreas remotas da Amazônia**; 15 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/emergencia_amazonica/uso_de_drones_auxilia_no_monitoramento_de_areas_remotas_da_amazonia/. Acesso em 09 junho 2023.



AS DUAS FLORESTAS: O BEM VIVER NA LITERATURA INDÍGENA À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL

Éder Rodrigues dos Santos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil

eder.rodrigues@ufr.br

Josué da Costa Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil

jcosta@unir.br

Introdução

Este estudo propõe compreender, a partir da literatura produzida por autores indígenas, o processo relacional entre sociedades de pequena escala e a territorialidade, considerando que “a floresta é inteligente, ela tem um pensamento”, frase enunciada sob perspectiva ontológica pelo xamã, Davi Kopenawa Yanomami, publicada no livro intitulado *A Queda do Céu* (2015). Possivelmente, assim como outros autores, intelectuais e artistas indígenas, a escrita do líder Yanomami tem permitido uma abertura para a compreensão das conexões com as territorialidades no cotidiano indígena. Metodologicamente, o tema será abordado na dimensão da Geografia Cultural¹. Diante do exposto, procura-se responder a inquietação norteadora da pesquisa: como a emergência das visões de mundo na literatura indígena, na perspectiva vernacular do Bem Viver, permite o estudo geográfico da percepção ambiental? Neste sentido, o trabalho considera inicialmente que, para os povos indígenas, a natureza está cheia de espíritos, seres que são os *verdadeiros donos* da territorialidade ameríndia, geograficidades que, desta forma, constituem-se para além dos humanos: uma *extraterritorialidade*. Nossa hipótese é de que a relação imanente entre duas variáveis: cosmologia e percepção ambiental está demonstrada em obras autorais

¹ O estudo é parte do projeto de pesquisa em nível de doutoramento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).



indígenas, pois há interesse nessa comunicação com o mundo dos não-indígenas a partir da literatura contemporânea.

Metodologia

O estudo tem como método de abordagem a fenomenologia (Husserl, 2002; 2012). Como suporte teórico, considera as noções de Bem Viver (Acosta, 2016; Krenak, 2020c) e faz uso instrumental do *perspectivismo ameríndio* (Viveiros de Castro, 1996, 2002, 2018), permitindo interpretar o texto literário e estabelecer possíveis conexões entre territorialidade e cosmologia. Enquanto método de procedimento, faz revisão bibliográfica de obras de autores indígenas adotados em disciplinas e debates no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) para a compreensão das noções vernaculares de território².

Resultados Parciais e Discussões

Os trabalhos literários indígenas analisados trazem reflexões sobre as conexões do ser humano com a natureza, construindo uma perspectiva geográfica a partir da cultura destes povos e do Bem Viver milenar, fenômeno percebido em estudos recentes sobre povos indígenas (Acosta, 2016, Krenak, 2020c) (Figura 1). Observa-se nos textos selecionados que há uma preocupação das narrativas *cosmogônicas telúricas* com o aspecto do domínio concreto do território ancestral.

A visão xamânica Yanomami descrita da obra *a Queda do Céu* (2015), permite, por exemplo, a compreensão da coexistência de duas florestas. A **primeira**, figura no campo físico, vista por todos os humanos e não-humanos [os animais]. A **segunda** (tão ou mais

² Claval (1999; 2002); Kopenawa (2015); Krenak (2018; 2019; 2020a; 2020b; 2020c); Kambeba (2020), Dorrico (2017) e; Barreto (2013; 2021). Para efeitos de análise comparada, o texto utiliza o conceito de *território* na geografia (Haesbaert, 2012).



importante que a primeira) somente é vista pelos xamãs e os Xapiri, uma vez que esta possui o espírito e a fecundidade da floresta. Para os autores indígenas, os lugares e elementos da paisagem (como vegetação, rios, montanhas, etc) tem importância ontológica, pois são espaços vividos, experienciados nessas duas dimensões (Kambeba, 2012; Barreto 2013; 2021). Tais fenômenos são encontrados nas literaturas de indígenas femininas (Figura 2).

Figura 1 – Algumas publicações de autores indígenas



Fonte: Organização dos autores (2023).

Figura 2 – A presença das mulheres na literatura indígena



Fonte: Organização dos autores (2023).



Considerações Finais

Pela literatura dada, reúne-se algumas *perspectivas indígenas* na elaboração de uma possível filosofia de seus espaços vividos, trazendo para a Geografia Cultural as Geografias do mundo indígena. O Bem Viver ameríndio é um importante campo de pesquisa para que a humanidade perceba que existem outros modelos de sociedade que pensam sua existência para além da metabolização da natureza em mercadoria. O planeta *tem vida* e, para eles, coexistem diversas *humanidades* em espacialidades hiperfísicas, decisivas nesse processo de biointeração.

Palavras-chave: Geografia Cultural; Indígenas; Fenomenologia; Perspectivismo.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BARRETO, J. P. L. **Wai-Mahsã**: peixes e humanos: Um ensaio de Antropologia Indígena. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFAM, 2013.

BARRETO, J. P. L. **Kumuã na kahtiroti-ukuse**: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento-prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFAM, 2021.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

DORRICO, J. **Literatura Indígena e seus Intelectuais no Brasil**: da autoafirmação e da autoexpressão como minoria à resistência e à luta político-culturais. Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas v.11, nº 3, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.



HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2012.

KAMBEBA, M. **Saberes da Floresta**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KRENAK, A. Ecologia política. **Revista Ethnoscintia**. v. 3 n. 2 especial, Núcleo de Cultura Indígena-NCI, Coordenação de Afirmação Cultural e Povos Indígenas, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2018.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Organização: Bruno Maia. Rio de Janeiro: Escola Parque do Rio de Janeiro, 2020c.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p.115-144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002a.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais**. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: UBU Editora, 2018.



RECURSOS TECNOLÓGICOS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA, ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL MURILO BRAGA EM PORTO VELHO - RONDÔNIA

Vitor Hugo Nascimento Pinheiro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
vhnp50@gmail.com

Catia Eliza Zuffo

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
catiazuffo@unir.br

Introdução

A política nacional de educação no Brasil tem passado por diversas transformações ao longo dos anos, particularmente, no que se refere ao uso de metodologias e novos recursos didáticos que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem na educação básica (Pessoa, 2007).

Tendo essa realidade a mente, este estudo teve como finalidade discutir o uso de recursos tecnológicos como ferramenta didática no ensino de Geografia para turmas de 2º ano do Ensino Médio, na E.E.E.F.M. Murilo Braga em Porto Velho – RO.

Metodologia

O método adotado para desenvolver a pesquisa foi o Materialismo Histórico Dialético, conforme Marx e Engels (1998), no qual a categoria de análise é o território, principal fator para compreender as constantes alterações socioespaciais que ocorrem dentro da sociedade por meio de posições e contraposições.



Adotou-se como formas de abordagem a pesquisa qualitativa, descritiva, explicativa e com estudo de caso. Como procedimentos, realizou-se levantamento bibliográfico através de fontes primárias e secundárias, a pesquisa de campo na unidade escolar, assim como a análise e a interpretação dos dados.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Murilo Braga, local da pesquisa de campo existe desde 1954, localizando-se na Avenida 7 de Setembro, é um dos destaques no atendimento aos bairros centrais da capital rondoniense. Durante a coleta de dados, a escola atendia 609 alunos no turno matutino e 572 alunos do turno vespertino (Pinheiro, 2020).

Resultados e Discussões

No Brasil, o ensino de Geografia tem sofrido mudanças desde os primeiros momentos de implantação nas grades curriculares. Somente a partir da década de 1980, as instituições começam a levar em consideração os aspectos socioculturais e socioespaciais para suas análises, visando um ensino crítico, criativo e com maior qualidade. A pesquisa realizada teve a contribuição de 41 alunos com idades entre 16 e 17 anos (Pinheiro, 2020).

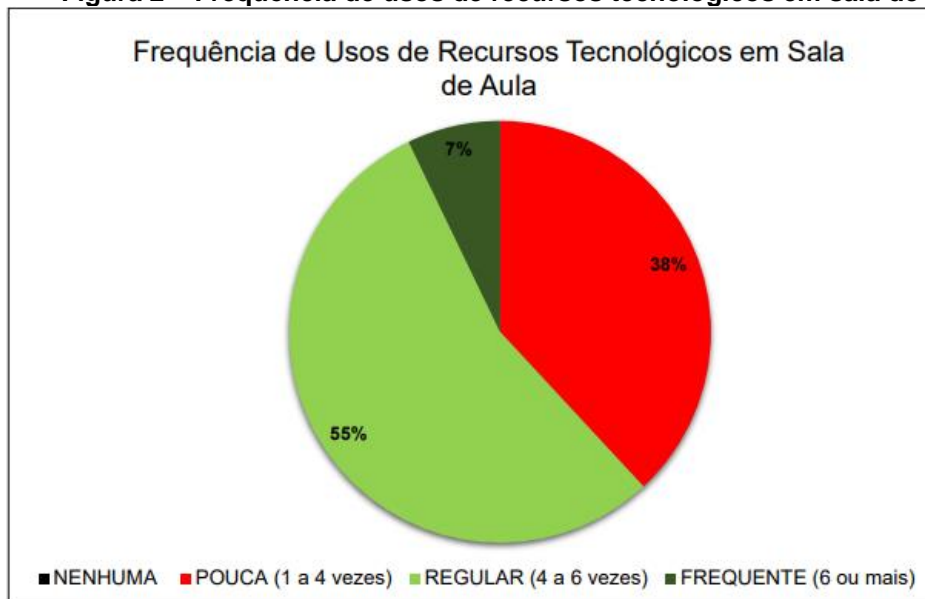
Todos disseram já ter tido aulas em que o docente utilizou recursos tecnológicos em suas aulas:

Figura 1 – Usos de recursos tecnológicos em sala de aula



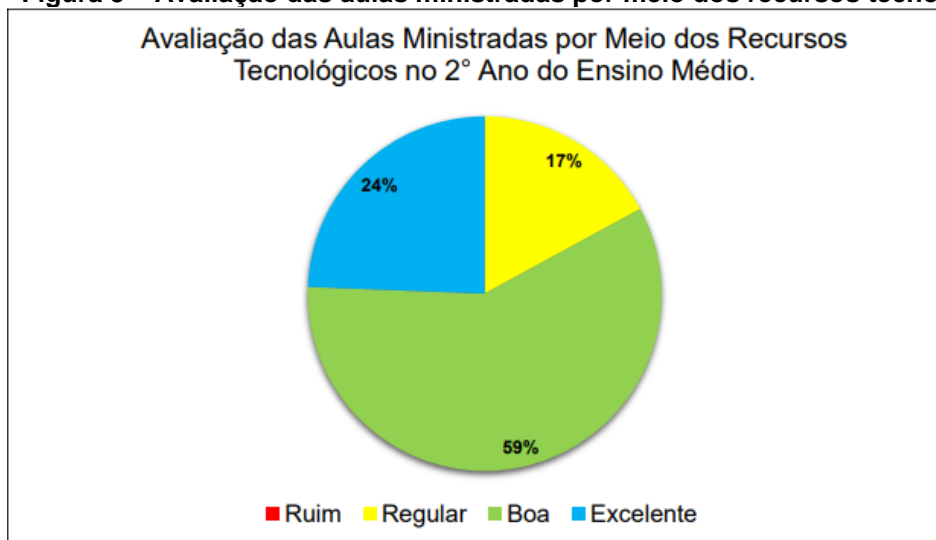
Apontou-se a seguinte frequência dessas aulas:

Figura 2 – Frequência de usos de recursos tecnológicos em sala de aula



Tais aulas tiveram a seguinte avaliação:

Figura 3 – Avaliação das aulas ministradas por meio dos recursos tecnológicos



Fonte: Dos autores (2020).

Considerações Finais

O estudo mostrou que, ao longo dos anos, surgiram muitas possibilidades que substituíram ou minimizaram os trabalhos manuais da sociedade como um todo. Um grande marco das primeiras décadas deste século foi o surgimento de ferramentas tecnológicas que contribuem de forma significativa na vida das pessoas como um todo.

Quanto aos aspectos educacionais, no Brasil, aos poucos essas ferramentas estão se concretizando nas salas de aula e nos setores administrativos das escolas, gradativamente inseridos no processo de ensino, como recursos didáticos para o professor e de aprendizagem para os alunos.

Palavras-chave: Tecnologias de Aprendizagem; Recursos Tecnológicos; Educação.



Referências

PESSOA, R. B. **Um olhar sobre a trajetória da geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, 2007.

PINHEIRO, V. H. N. **O uso de recursos tecnológicos no ensino de geografia, estudo de caso na Escola Murilo Braga em Porto Velho – RO.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia), Universidade Federal de Rondônia, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista.** São Paulo: Bom Tempo Editorial, 1998.



SINISTROS DE TRÂNSITO NAS PRINCIPAIS VIAS DE PORTO VELHO EM 2020 E 2021

Gregori Henrique Lima Pinto

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
gregorihenrique.15@gmail.com

Catia Eliza Zuffo

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
catiazuffo@unir.br

Iremar Lima Torres

Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (DETRAN)
iremartorres@gmail.com

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a ocorrência de acidentes de trânsito nos anos de 2020 e 2021, nas principais vias da capital rondoniense (Pinto, 2023), demonstrando por cálculos estatísticos a densidade linear dos sinistros, criando um indicador para esses eventos no período e área objeto do estudo, elaborando gráficos e tabelas gerados pela densidade linear, na forma de *ranking* entre os trechos com maior incidência e por fim produzir mapas temáticos das vias com maior índice de acidentes.

Para formular esse indicador, faremos uso da densidade linear como sendo a quantidade de sinistros divididos por km das vias:

$$\text{Densidade Linear} = \frac{\text{Quantidade de Sinistros}}{\text{KM}}$$



Metodologia

Este trabalho aplica o método de Libalt (1971), com os níveis compilatório, correlativo, semântico e normativo, relevantes para a pesquisa geográfica.

A fonte de dados que possibilitaram a aplicação da fórmula da densidade linear foi coletada no Anuário de Sinistros de Trânsito do Departamento de Trânsito de Rondônia (DETRAN/RO) disponibilizado pela Coordenadoria de Registro Nacional de Acidentes de Trânsito (RENAEST/RO), na cidade de Porto Velho/RO dos anos de 2020 e 2021 (Pinto, 2023).

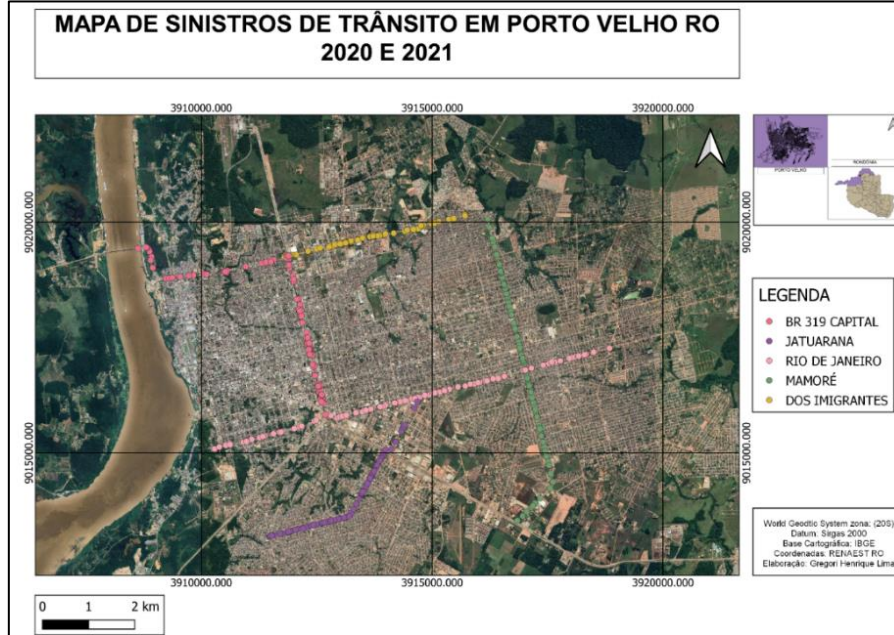
Resultados e Discussões

Os dados coletados e aplicados na pesquisa resultaram em um mapa dos pontos dos sinistros (Figura 1) e mapa de calor da BR 319 – perímetro urbano em Porto Velho (Figura 2), um *ranking* (Figura 3), para isso selecionou-se 15 vias e destas, apresentam-se as cinco primeiras colocações e tabela comparativa das vias (Tabela 1), demonstrando o grau de incidência de sinistros de trânsito, colaborando para uma melhor compreensão de quais seriam as áreas mais afetadas por essas incidências automobilísticas.

Para isso, selecionou-se as 15 vias com maior número desses sinistros de trânsito, gerando assim um resultado conclusivo através dos cálculos, com o seguinte resultado de sinistros/km: Rodovia BR 319, Avenida Jatuarana, Avenida dos Imigrantes, Avenida Mamoré e Avenida Rio de Janeiro.

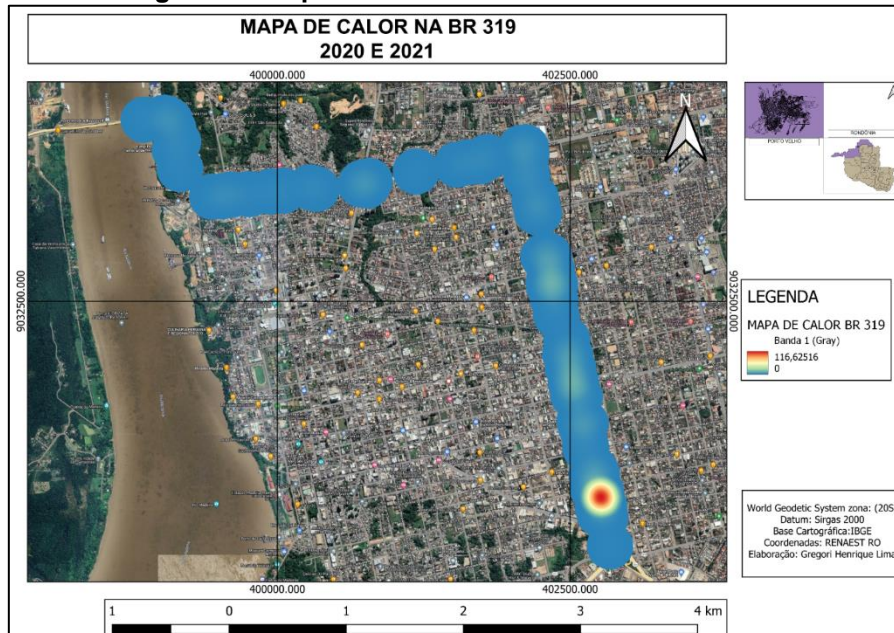


Figura 1 – Mapa de Sinistros de Trânsito em Porto Velho em 2020 e 2021



Fonte: Dos autores (2021).

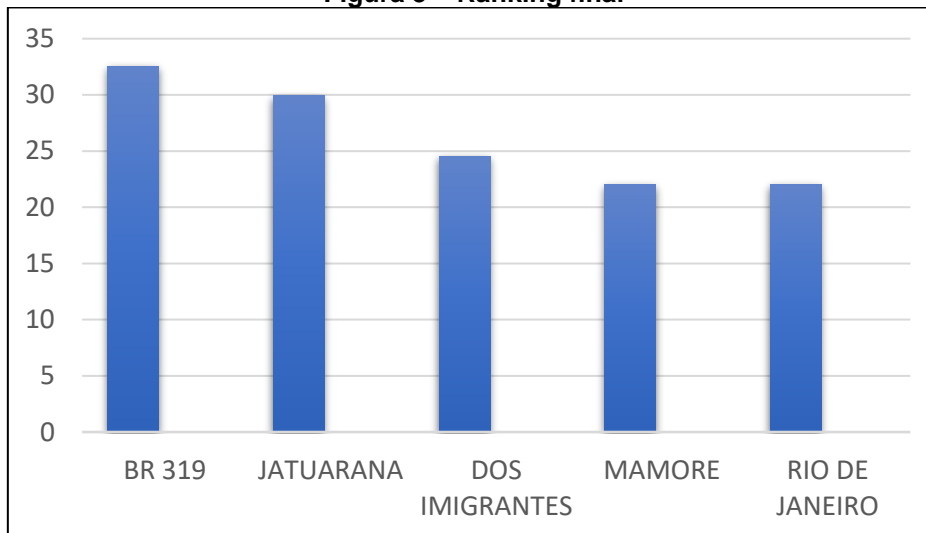
Figura 2 – Mapa de Calor na BR 319 em 2020 e 2021



Fonte: Dos autores (2021).



Figura 3 – Ranking final



Fonte: Dos autores (2021).

Tabela 1 – Comparação das vias com maior densidade linear

Via	Sinistros/Quilometros	Ranking
BR 319	32,56	1°
Jatuarana	29,93	2°
Dos Imigrantes	24,55	3°
Mamoré	22,06	4°
Rio de Janeiro	22,03	5°

Fonte: Pinto (2023).

Quando ocorrem referências de sinistros de trânsito por vias, visando identificar quais são as vias mais endêmicas, para eventuais intervenções, usa-se, quase sempre a quantidade absoluta de sinistros de trânsito, no entanto é preciso considerar que as vias possuem comprimentos diferentes, portanto uma via que tem maior quantidade de sinistros necessariamente não é mais violenta. Porém quando aplicamos a densidade linear, deixamos as vias com o mesmo tamanho e neste cenário temos a verdadeira incidência de sinistros e, por conseguinte conseguiremos identificar a mais endêmica.



Sendo importante para o desenvolvimento do trabalho, dando uma visão mais detalhada e estatística das vias estudadas que mais chamassem atenção dentro do trânsito de Porto Velho/RO, com possibilidade de futuros estudos para essa mesma demanda, visando a geração de novas cartas imagens e mapas de calor com o passar dos anos.

Os resultados apresentados no tratamento de dados demonstraram que a via com elevado índice de sinistros de trânsito no período analisado é a Rodovia BR 319 (no trecho urbano da capital rondoniense), seguida pela Av. Jatuarana, Av. dos Imigrantes, Av. Mamoré e Av. Rio de Janeiro, sendo que essas vias tem uma grande movimentação independentemente do horário do tráfego, pois elas dão acesso a diferentes zonas da cidade, sendo elas residenciais, comerciais e escolares, entre outras.

Considerações Finais

Sugere-se ao poder público competente, priorizar ações estruturais e educativas nas vias identificadas com os maiores índices de sinistros de trânsito em Porto Velho/RO, visando diminuir perdas materiais, custos com a saúde, segurança e qualidade de vida dos munícipes e, de modo especial, minimizar as possíveis perdas de entes queridos, propiciando deslocamentos com maior segurança viária dos usuários do sistema de tráfego.

Palavras-chave: Sinistro de Trânsito; Segurança no Trânsito; Rondônia.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10.697:** Pesquisa de Acidente de Trânsito. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2018.

Disponível em:

<https://www.abramet.com.br/repo/public/commons/ABNT%20NBR10697%202020%20Acidentes%20de%20Transito%20Terminologia.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.



LIBAULT, A. Os quatro níveis da pesquisa geográfica. *In: Métodos em Questão* nº 1. São Paulo, SP: IGEOG-USP, 1971.

FERREIRA, D. L.; BERNADINO, A. R. Caracterização da Evolução dos Acidentes de Trânsito em Uberlândia. *In: FERREIRA, D. L.; BERNADINO, A. R. Acidentes de Trânsito em Uberlândia: Ensaio da Epidemiologia e da Geografia*. Uberlândia, MG: ALINE, 2006. p.42 – 67.

PINTO, G. H. L. **Sinistros de Trânsito nas principais vias de Porto Velho em 2020 e 2021**. 2023. Projeto de TCC (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, 2023.



A GEODIVERSIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CBH-RSMVDG-RO

Grasiela Rocha Torres Goveia

Karipunas – Associação Ecológica da Amazônia, Brasil
grasiela.torres@gmail.com

Catia Eliza Zuffo

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
catiazuffo@unir.br

Ingrid Gabrieli Melo de Souza

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
ingridgeografia2017@gmail.com

Introdução

Este estudo tem por objetivo descrever a geodiversidade das quatro bacias contíguas, denominadas de Rio São Miguel, Rio Cautário, Rio Cautarinho e Rio São Domingos (Rondônia, 2022) que formam a área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios São Miguel – Vale do Guaporé/RO (CBH-RSMVDG-RO), instituído através do Decreto nº 19.057 de 31-07-2014 (Rondônia, 2014) e Zuffo (2014), visando contribuir para a gestão dos recursos naturais deste território.

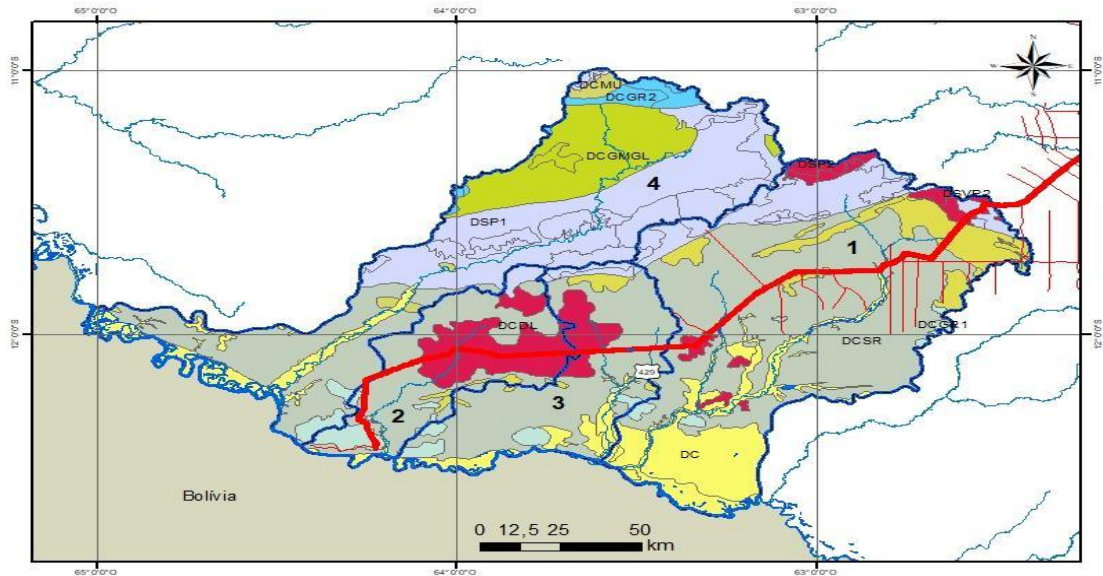
Metodologia

A pesquisa bibliográfica e documental, conforme Gil (2002), foi aplicada neste estudo.

Resultados e Discussões

Na área de atuação do CBH-RSMVDG-RO (Figura 1), foram identificados os seguintes domínios geológico-ambientais, conforme Adamy (2010):

Figura 1 – Geodiversidade na área de atuação do CBH-RSMVDG-RO



Legenda Geodiversidade

Código domínio

- DC - Domínio dos sedimentos cenozoicos inconsolidados ou pouco consolidados, depositados em meio aquoso
- DCDL - Domínio das coberturas cenozoicas detritolateríticas
- DCGMGL - Domínio de complexos granitognaisse migmatíticos e granulitos
- DCGR1 - Domínio de complexos granitoides deformados
- DCGR2 - Domínio de complexos granitoides
- DCMU - Domínio de corpos máfico-ultramáficos básicas e ultrabásicas alcalinas e vulcanismo
- DCSR - Domínio dos sedimentos indiferenciados cenozoicos
- DSP2 - Domínio das coberturas sedimentares proterozoicas dobradas
- DSVP2 - Domínio de seqüências vulcanossedimentares proterozoicas dobradas e metamorfizadas
- DSP1 - Domínio das coberturas sedimentares proterozoicas

Convenções cartográficas

- 429 BR-429
 - Rodovias
 - Drenagem
- Bacias hidrográficas que compõem o CBH-RSMVDG-RO**
- 1 - Rio São Miguel
 - 2 - Rio São Domingos
 - 3 - Rio Cautarinho
 - 4 - Rio Cautário
 - Bolívia
- Fontes:
SEDAM: Bacias hidrográficas de Rondônia, 2002;
IBGE: Municípios, 2022;
CENSIPAM: Malha viária, 2010;
CPRM: Geodiversidade do estado de Rondônia, 2010.
- Organizado:
Desenhista cartográfico: Grasiela R. T. Goveia
05/2023

Fonte: Goveia (2023).

(DC): Esse domínio é constituído por terrenos geológicos de idade quaternária, representados por sedimentos depositados pelo sistema atual de drenagem. São áreas em processo construtivo, ocupando terrenos baixos que estão associados a fenômenos como erosão e transporte de sedimentos e subsequente deposição em sistemas de drenagem (Adamy, 2010, p.199-200).



(DCSR): Nesse domínio – Sedimentos Retrabalhados de Outras Rochas (DCSR) –, de ampla distribuição no estado de Rondônia, com as maiores extensões localizadas próximo à margem direita de grandes rios, como Madeira, Guaporé e Machado (Adamy, 2010, p.212), sobre os quais se desenvolve uma cobertura de solos indiscriminados. Em geral, a espessura estimada é inferior a 40 m.

(DCDL): Constituem coberturas aflorantes em quase todo o estado de Rondônia, resultantes de intemperismo químico atuando de forma indiscriminada em litologias distintas em idade e gênese (Adamy, 2010, p.214). As melhores exposições ocorrem no município de Porto Velho bem como no Vale do Guaporé, formando tabuleiros e baixos platôs que se destacam no relevo regional.

(DSP1): Ocupa extensas porções da região centro-sudoeste, além de áreas menores nos demais quadrantes do estado. As unidades geológicas constituintes desse domínio foram depositadas entre o final do Mesoproterozoico e início do Neoproterozoico (Formação Palmeiral) e Mesoproterozoico médio (Formação Dardanelos), sendo representadas por sedimentos de ambiente fluvial entrelaçado em clima semiárido.

(DCGR1): É constituído por corpos ígneos intrusivos, predominantemente de idade mesoproterozoica, estendendo-se até o Neoproterozoico (Adamy, 2010, p.246). São pouco ou não deformados, representados por rochas graníticas. Distribui-se por quase todo o estado, ocorrendo como áreas de relevo acidentado, de declives pronunciados que restringem seu uso e ocupação para atividades mais extensivistas.

(DCMU): Representa uma série de corpos ígneos intrusivos, predominantemente de idade mesoproterozoica, pouco deformados, constituídos por rochas de composição máfico-ultramáfica e distribuídos, preferencialmente, na porção sul do estado. A intrusão mais jovem corresponde à Formação Nova Floresta, do Neoproterozoico, que bordeja o flanco norte da Chapada dos Pacaás Novos (Adamy, 2010, p. 255).

(DSP2): Esse domínio é formado por terrenos sedimentares antigos, submetidos às condições de dobramento e metamorfismo de baixo a médio grau, correspondendo à Formação Terra Boa, de idade mesoproterozoica (Adamy, 2010, p.262). Apresentam relevo



de configuração variável, onde formas aplainadas são passíveis de uso e ocupação para atividades agropecuárias.

(DSVP2): É um domínio importante no estado, de idade mesoproterozoica a paleoproterozoica, de baixo a alto grau de metamorfismo. Compreendem rochas psamopelíticas intercaladas com metavulcânicas e rochas de precipitação química, além de formações ferríferas (Adamy, 2010, p.269).

(DCGR2): Esse domínio é constituído por corpos ígneos intrusivos, de idade mesoproterozoica, deformados, representados por rochas graníticas de diferentes composições químicas e mineralógicas. Esse domínio é de grande importância econômica para Rondônia (Adamy, 2010, p.278), por sua potencialidade mineral, com ocorrências de cassiterita, e, sobretudo, o recente aproveitamento geoeconômico para rochas ornamentais, presentes em diversas áreas de relevante interesse mineral.

(DCGMGL): É uma associação heterogênea de rochas, representadas por várias unidades geológicas, datadas do Mesoproterozoico ao Paleoproterozoico, com algumas das rochas mais antigas do estado de Rondônia, como ortognaisses, paragnaisses e anfibolitos. Apresentam ampla distribuição na metade superior do estado, com relevo diversificado, predominando formas suavizadas, em decorrência do longo período de erosão e aplainamento a que foram submetidas (Adamy, 2010, p.291).

Considerações Finais

Conhecer as características e potencialidades dos recursos naturais através da ótica da geodiversidade pode subsidiar tanto o planejamento quanto a gestão do território, preferencialmente em bases sustentáveis, auxiliando no direcionamento de ações estruturais e não estruturais. As primeiras por exemplo, envolvem obras de infraestrutura, necessárias em áreas com processo de expansão da ocupação antrópica, como é o caso do entorno da BR 429 no Vale do Guaporé em Rondônia, conseqüentemente de diversas atividades econômicas em diferentes frentes, como a agrícola, a mineral e do turismo,



porém salienta-se que ações não-estruturais como as relativas à educação ambiental, seja formal (nos diferentes níveis de ensino e em instituições próprias) ou informal e não formal, promovidas fora do ambiente escolar e para um público heterogêneo, seja através de eventos diversos ou pelos meios de comunicação, com o propósito de conscientização podem contribuir para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente.

O CBH-RSMVDG-RO tem um papel importante neste contexto à medida que seu colegiado seja composto de maneira diversificada entre os segmentos do poder público, da sociedade civil e dos usuários de recursos hídricos que atuam nas bacias contíguas que compõem este CBH, como tenham apoio oficial para ações que visem minimizar as degradações e contaminações que por ventura estejam ocorrendo.

Palavras-chave: Geodiversidade; Geografia; Rondônia.

Referências

- ADAMY, A. **Geodiversidade do estado de Rondônia**. Porto Velho: CPRM, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Malhas territoriais – Malhas Municipais Escala: 1:250.000**. Rio de Janeiro: DGC, 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Centro Regional de Porto Velho – Malha viária escala: 1:20.000**. Porto Velho: Censipam, 2010.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- RONDÔNIA. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (SEDAM). **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho: SEDAM, 2002.
- RONDÔNIA. Governo do Estado. Decreto n. 19.057, de 31 de julho de 2014. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios São Miguel – Vale do Guaporé - CBH-RSMVDG-RO e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, n. 2510. Porto Velho, 31.07.2014, p.3.
- ZUFFO, C. E. **Mapa das áreas aprovadas em fevereiro de 2014 dos comitês de bacias hidrográficas no estado de Rondônia**. Porto Velho, 2014.



“MULHERES DESOBEDIENTES”, CRÍTICA AO LIMITE DAS ESPACIALIDADES VIVIDAS POR MULHERES: UMA REFLEXÃO ARTÍSTICA

Jéssica Ribeiro Sousa

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
jessicarpediem@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
gracinhageo@hotmail.com

Introdução

Dentre os conceitos do que podemos entender sobre o que determina a experiência de um ser no espaço, podemos citar a classe social, raça e o gênero. Em uma sociedade dominada por homens, que teve seus papéis definidos por homens machistas, os papéis reservados para as mulheres foram por vezes os inferiores, “os lugares privados” e invisibilizados. Sendo assim, as experiências sociais das mulheres foram e são de certa forma limitadas, não só socialmente como fisicamente.

Além disso, em uma sociedade que oprime mulheres através da normalização de violências como o assédio, que em diversos cenários é considerado “normal” por parte das pessoas, os espaços físicos não são vivenciados de maneira igual entre homens e mulheres. Sendo assim, essa pesquisa trata da importância da arte como reivindicadora desses espaços, podendo a arte ser instrumento da política do feminismo. Seguindo esse pensamento, a arte é instrumento de reflexão e promove experiências estéticas que comunicam algo.

Assim sendo, através da arte com viés feminista é possível diálogos políticos em prol da visibilidade para os problemas de gênero que impactam e determinam negativamente a vida mulheres.



Metodologia

O método dessa pesquisa parte da observação da arte como um fenômeno que surge através de mulheres artistas que em suas experiências de vida, ou vivências que observam nas injustiças com base em seu gênero, sentem a necessidade de utilizar a arte como um viés sensível e político, em prol de trazer reflexões de impacto na sociedade. Bachelard fala que a imagem poética é “A imagem poética é uma emergência da linguagem, está sempre um pouco acima da linguagem significante” (Bachelard, 2008, p. 09). Nesse sentido, podemos associar a arte como a imagem poética que emerge das artistas, no entanto essas imagens não são necessariamente imagens como uma pintura, mas também pode ser traduzida como outras linguagens artísticas que não utilizam materialidades, como a performance.

As artes que estão nessa pesquisa ainda em construção, são artes de mulheres feministas, e é preciso olhar elas através da fenomenologia, que é a ciência por onde se é possível analisar ou observar um fenômeno. Segundo Matarésio (2000), o fenômeno pode ser entendido como qualquer coisa que apareça, seja ela externa, interna ou visceral quer pertença a um sonho ou uma ideia geral e abstrata da ciência. Assim, podemos compreender a arte de artistas feministas, como artes que emergem de dentro para fora, mas que também “nascem” de fora dentro, através das experiências vividas na experiência corpórea.

Resultados Parciais e Discussões

A geógrafa Doreen Massey afirma a problemática que impacta nas vivências espaciais das mulheres: “junto con otros factores asociados, como nuestros grados de movilidad - se estructuran recurrentemente sobre la base del género” (Massey, 1974, p. 40) Assim, entendemos a necessidade de incluir gênero nas pesquisas geográficas. “Uma das expressões do feminismo é a condução de pesquisas acadêmicas que reconheçam e



explorem os motivos e implicações do fato de que as vidas das mulheres são qualitativamente diferentes das vidas dos homens. No entanto, o grau em que a geografia permanece intocada pelo feminismo é notável, e a escassez de atenção voltada às questões das mulheres assola, explícita ou implicitamente, todos os ramos da geografia humana” (Monk; Hanson, p. 32).

Nesse sentido, é preciso que não só que a geografia explore as diferenças entre a vida dos homens e das mulheres, como que esse tema se torne alvo de frequentes discussões que impactem positivamente na vida delas. Não é de hoje que a arte vem sendo utilizada como instrumento de validação do feminismo em prol das ameaças vividas frequentemente por mulheres. A arte contemporânea tem como uma de suas características trazer reflexões políticas e por isso tem sido uma aliada de pautas feministas e geográficas. O filósofo John Dewey fala sobre a arte como experiência, nesse sentido a arte não é apenas um objeto, mas torna-se o caminho para uma reflexão conceitual e estética. Na visão de Dewey, não só a criação artística é estética, mas também o é pensamento. “O pensador tem seu momento estético”, diz ele, “quando suas ideias deixam de ser meras ideias e se transformam nos significados coletivos dos objetos” (Dewey, 2010, p. 16). Nesse sentido, podemos entender que o pensamento de quem observa uma obra de arte faz parte do sentido e da experiência com a arte.

Figura 1 – Arte com os dizeres “uma costela não consegue pensar”



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).



Seguindo esse pensamento, podemos afirmar que através de uma obra de arte podemos fazer reflexões e ter experiências pessoais, que envolvem o que cada um pode inspirar dentro de seu pensamento sensível e íntimo. É com base nesse pensamento que obras de arte como pinturas quando experienciadas trazem identificação, sentimento de justiça entre outros. Na coleção de obras “mulheres desobedientes” de autoria de Jéssica Ribeiro podemos trazer reflexões sobre problemas de gênero nas espacialidades.

Na imagem temos a frase “Uma costela não consegue pensar”, essa frase faz referência ao versículo bíblico que conta a história de Adão e Eva, tendo Eva sua origem da costela de Adão. A crítica baseia-se no fato de que uma costela não é um corpo inteiro, sendo assim não possui cérebro para que pense ou tenha autonomia. Esse pensamento em seu simbolismo propaga que mulheres são incompletas e submissas, necessitando de um homem ou filhos para terem sentido em suas vidas. A frase escrita elucidada a mensagem da pintura, porém seus elementos, texturas e objetos permitem que o telespectador tenha outras experiências com a pintura, partindo do seu próprio pensamento.

Considerações Finais

Nessa pesquisa trazemos elos que ainda são desafiadores dentro da ciência geográfica, visto que a arte ainda é entendida como muito subjetiva e oposta a ciência, enquanto o assunto gênero não é frequentemente debatido como deveria ser. “A ciência moderna, inicialmente, pisa firme no solo duro do paradigma positivista, fazendo levantar no ar a poeira de um saber que tem linguagem árida; já a arte, por sua vez, mais livre e despreziosa, percorre um caminho de solo gramado e florido, onde dança, deita e rola neste chão cálido sem precisar explicar porque o faz.” (Ferreirinha, 2022, p. 69). Nesse sentido, é preciso que haja um desprendimento da ideia de que a arte não é relevante para a ciência, como se em sua existência não tivesse sentido, como evidenciamos nessa pesquisa.



Dessa forma, seguimos a ideia de que a arte não é oposta à ciência geográfica, mas sim que ela se torna uma aliada para a geografia humana, partindo da ideia de que ela nasce do íntimo dos indivíduos. A geografia humana necessita também ser uma geografia feminista e que não seja parcial, trazendo visibilidade para os problemas enfrentados por mulheres, que são por vezes negligenciados. Dessa mesma forma, temos a arte feminista como instrumento de luta das mulheres.

Palavras-chave: Arte Feminista; Gênero; Geografia feminista.

Referências

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MASSEY, D. Espacio, Lugar y género. *In*: MASSEY, D. **Space, Place and Gender**. Trad. Gloria Elena Bernal. Cambridge: Polity Press, 1974.

MATARÉSIO, L. **Mulheres no e em movimento: uma abordagem geosociossemiótica da presença feminina no movimento dos atingidos por barragens em Rondônia (MAB-RO)**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

MONK, J; HANSON, S. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. *In*: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. (Orgs.). **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016. p. 31-48.

FERREIRINHA, M. O paradigma da ciência moderna e o diálogo entre Geografia, Arte e Literatura. **Revista da ANPEGE**, v. 18, nº 35, 2022. DOI 10.5418/ra2022.v18i35.15174.



GEOGRAFIA REGIONAL E A QUESTÃO DO DIREITO À MORADIA

Milena de Oliveira Conceição

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
millenapvh2000@live.com

Rodrigo Almeida Tereza

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
rodrigoalmeida146@gmail.com

Raiane Florentino

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
raiane.florentino@unir.br

Introdução

O projeto de pesquisa tem como objetivo central a elaboração de um atlas digital das ocupações em Porto Velho-RO, através da colaboração ativa dos moradores na produção de cartografias. O atlas compreenderá informações detalhadas sobre as comunidades, abordando aspectos quantitativos e qualitativos, origens demográficas e atividades produtivas. Além disso, o projeto busca mapear o acesso da população a serviços públicos fundamentais, como educação, transporte e saúde, que estão intrinsecamente ligados ao direito à moradia e aos direitos humanos básicos.

Uma dimensão crucial deste projeto é a identificação de organizações de economia solidária e/ou popular, por meio de entrevistas e visitas de campo. Paralelamente, serão realizadas ações de formação cidadã, com foco na transmissão de conceitos-chave da Geografia Regional, como região, território, territorialização e lugar. A produção das cartografias culminará na criação de um atlas das ocupações, cuja abordagem será voltada para a cartografia social. Outro ponto de destaque é o fortalecimento das comunidades participantes, com a finalidade de promover sua coesão em torno do direito à moradia como princípio comum. As atividades formativas serão organizadas em módulos, ocorrendo simultaneamente à construção do atlas. Isso proporcionará a consolidação do



conhecimento adquirido e ampliará a visibilidade dos direitos, atividades produtivas e traços culturais dos moradores das ocupações.

Esses imigrantes se somam à população brasileira que se encontra em uma forte situação de crise econômica e social. Como afirma Ribeiro (2004) e Rolnik (1997), um dos maiores problemas urbanos é a questão da carência habitacional, que atinge nitidamente e fatalmente uma expressiva camada da população brasileira. Isso é fruto do mercado imobiliário que exclui essa população do acesso à moradia e acentua o povoamento de locais marginalizados na cidade.

Acselrad (2008) argumenta que a cartografia social é uma ferramenta importante para os movimentos sociais, pois permite que eles documentem as condições de moradia dos grupos vulneráveis, identifiquem os obstáculos ao direito à moradia e mobilizem a opinião pública em torno da questão da moradia.

As disputas cartográficas podem ser observadas em diferentes contextos, como na luta pela regularização fundiária de assentamentos informais, na contestação de projetos de urbanização ou na defesa de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais (Acselrad, 2008, p. 22).

O resultado deste trabalho será a produção de um atlas digital acessível, que será disponibilizado gratuitamente por meio da plataforma de pesquisa do nosso grupo. Este atlas desempenhará um papel essencial na ampliação da compreensão das complexas dinâmicas socioespaciais presentes nas ocupações em Porto Velho-RO. Com a disseminação do atlas, espera-se proporcionar visibilidade tanto ao glossário quanto às cartografias, promovendo o reconhecimento das comunidades em situação de ocupação, suas atividades produtivas e identidades. A produção deste atlas também será integrada ao conteúdo de um livro a ser apresentado em evento acadêmico, contribuindo para o debate sobre questões habitacionais e direitos humanos.



Metodologia

Coleta de Informações: coletou-se informações sobre as ocupações em Porto Velho-RO, incluindo dados sobre a população e atividades. Também buscou-se entender a interação da comunidade com movimentos, como a Central dos Movimentos Populares (CMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). **Entrevistas e Visitas:** realizaram-se conversas e visitas na comunidade para interagir com os moradores das ocupações. Visitou-se as residências para compreender as situações e dificuldades da comunidade. Foi estabelecido um compromisso por escrito para formalizar nossa intenção de colaborar. **Compreensão dos Desafios:** Foram analisadas as informações coletadas para identificar os problemas enfrentados pelos moradores. Abordaram-se questões como violência doméstica, conflitos territoriais, especulação imobiliária e questões de saúde. **Desenvolvimento de Glossário e Conceitos-Chave:** Foi proposto à comunidade a criação de um glossário de termos usados por eles e entender sua perspectiva sobre o local onde vivem. Isso nos auxiliará a compreender sua visão. **Mapeamento Participativo:** Trabalhou-se com os moradores para criar mapas. Eles nos mostrarão onde estão escolas, postos de saúde e outros lugares importantes. A abordagem de mapeamento reflete as relações entre esses lugares. **Oficinas de Formação:** Ainda não foram realizadas, mas a ideia é que sejam conduzidas para transmitir noções importantes sobre lugares e territórios. Isso capacitará os participantes a entender e contribuir para o atlas.

Resultados Parciais e Discussões

Embora tenha-se feito progressos significativos, é importante reconhecer os obstáculos que foram encontrados no desenrolar do projeto. As tensões entre moradores brasileiros e venezuelanos, centradas na disputa por terras, impactaram adversamente o

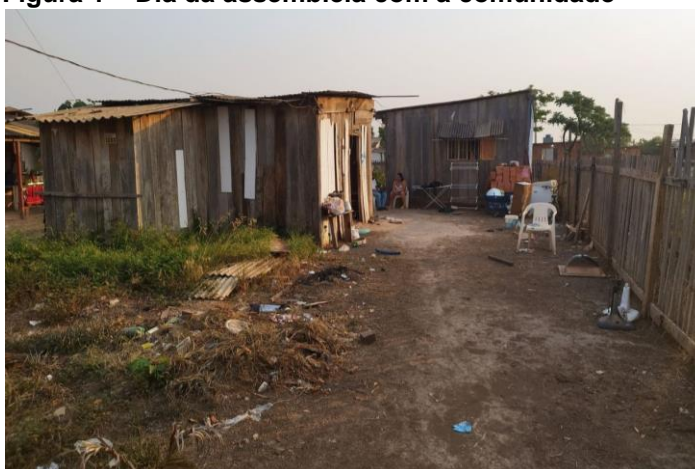


andamento do projeto. Esses conflitos influenciaram as relações interpessoais e afetaram a harmonia dentro da comunidade.

É importante ressaltar as conquistas que alcançamos até o momento. Participamos de eventos enriquecedores, como a interação com crianças da comunidade, assembleias comunitárias, festividades e encontros para planejar um centro comunitário. Essas experiências fortaleceram os laços com a comunidade e ampliaram a rede de contatos com outras comunidades em situações semelhantes. Exploramos também a possibilidade de estabelecer uma horta comunitária como forma de promover a segurança alimentar e coesão social. Além disso, reconheceu-se a importância de haver espaços de lazer como meio de proporcionar momentos de descontração e fomentar interações saudáveis.

Embora o projeto não tenha alcançado todas as metas propostas, devido aos desafios mencionados, acredita-se que as experiências vivenciadas e os aprendizados adquiridos ao longo deste processo servirão como base sólida para pensar o futuro da comunidade. Este percurso incentivou a compreensão das complexidades das questões habitacionais, dos direitos humanos e das relações comunitárias, e espera-se que essas lições orientem esforços futuros em prol das comunidades.

Figura 1 – Dia da assembleia com a comunidade



Fonte: Dos autores (2022).



Figura 2 – Local das principais reuniões e eventos na comunidade



Fonte: Dos autores (2022).

Considerações Finais

Após a realização de várias visitas de campo, com um enfoque especial na Comunidade Miraflores em Porto Velho, identificou-se que a maioria das famílias que ali residem são provenientes de outras nações, sendo a Venezuela a origem mais comum.

Durante a primeira etapa do projeto, ao coletar informações sobre o perfil demográfico dos moradores, tornou-se claro que muitos desses indivíduos haviam migrado para o Brasil com a expectativa de conquistar melhores condições de vida, uma perspectiva que estava alinhada com as promessas do governo federal naquela época. No entanto, ao final do projeto, constatou-se que essa promessa não se concretizou para muitas dessas famílias, resultando em uma realidade de vulnerabilidade social e econômica que contrasta com as esperanças iniciais. Como resultado, ao compartilhar essas observações através do trabalho em questão, espera-se contribuir para uma discussão mais ampla sobre políticas e estratégias que possam auxiliar essas comunidades a alcançar um futuro mais sustentável e justo.



Palavras-chave: Economia solidária; Geografia Regional; Cartografia Social; Direito à moradia.

Referências

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

BRASIL. **Direito à Moradia Adequada**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

RIBEIRO, L. C. de Q. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n.2, p.43-45, abril/junho 2004.

ROLNIK, R. Prefácio. In: ALFONSIN, B. de M. (Org.). **Direito à Moradia: instrumentos e experiências de regulação fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1997.



AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS NO SETOR PÚBLICO

Clebson Vasconcelos Pinheiro

Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil
clebson.arquiteto@gmail.com

Introdução

O principal argumento acerca do custo-benefício da Locação do Imóvel para o estado visa que o mérito do contrato em questão, é pela ocorrência do ato econômico dentro do princípio da eficiência e economicidade (Constituição Federal, art. 37, caput). Será adotada a seleção da proposta a ser discutida dentro da Lei nº 14.133/2021, art. 18º, inciso VIII, que todo administrador público fica obrigado a considerar.

Metodologia

Os métodos e técnicas utilizadas constam nas Normas da ABNT NBR 14.653-1/2001, ABNT NBR 14.653-2/2011 e outros complementos permitidos em Normas para complementos, citados neste resumo. Todas as análises são baseadas em informações atuais de oferta e demanda, conforme item 8.2.1 da NBR 14.653-1, a conceituação do método é a seguinte: identificar o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra. O objetivo é definir diretrizes para avaliação de imóveis e atividades associadas com fins determinar de medidas a serem tomadas pelas partes interessadas em relação ao imóvel.

Resultados Parciais e Discussões

Dados com suas características relevantes para composição do valor, tratados em bases estatísticas próprias da engenharia de avaliações específica para o mercado imobiliário. Busca-se o tratamento por fatores de homogeneização e o número de variáveis



independentes dos imóveis para comparação com o imóvel avaliando, e minimizado na seleção criteriosa, neste modelo de regressão linear que será usado para cálculo do valor de Locação, equalizando fatores pela homogeneização com os coeficientes empíricos, resultado de observações do autor do laudo, corrigindo diferenças dos dados pesquisados. O resultado desta avaliação está condicionado às premissas e cenários específicos mencionados neste resumo.

Tabela 1 – Amostras da pesquisa mercadológica

Imóveis	R\$	m ²	Valor do Imóvel / Área	Média/PU
Nº Amostras	Valor Imóvel	Área	PU/m ²	Validação
1	R\$25.000,00	1614,51	15,48	2,60
2	R\$25.000,00	1400,00	17,86	2,25
3	R\$18.000,00	800,00	22,50	1,79
4	R\$25.000,00	720,00	34,72	1,16
5	R\$36.000,00	900,00	40,00	1,00
6	R\$9.000,00	210,00	42,86	0,94
7	R\$11.000,00	250,00	44,00	0,91
8	R\$12.000,00	210,38	57,04	0,70

Fonte: Do autor (2023).

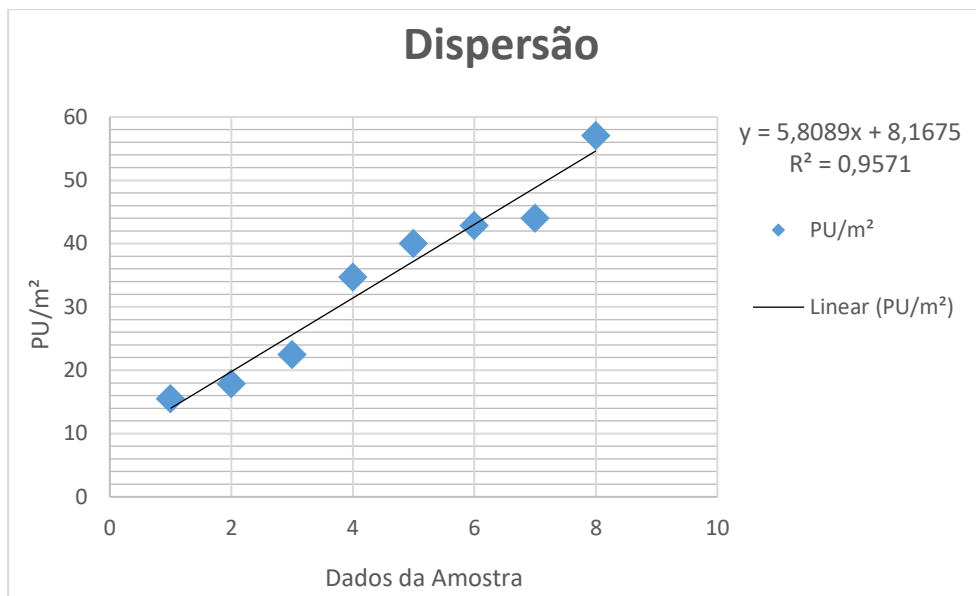
A pesquisa mercadológica realizada pelo avaliador, busca por amostras comparativas, próximo às características do imóvel avaliando. Para obtermos a média do preço unitário

(PU/m²). Média PU/m² = **40,1865**

Com base nos parâmetros especificados pelas tabelas 3 e 4 da ABNT, NBR 14653-2, embora tenhamos alcançado 8 pontos e atendido as exigências da norma no Grau II Busca-se o grau de fundamentação e grau de precisão.



Gráfico 1 – Dispersão das Amostras



Fonte: Do autor (2023).

Tabela 2 – Grau de Precisão

GRAU DE PRECISÃO (%)		
Amplitude do intervalo de confiança de 80% em torno da estimativa de tendência central		
I	VERDADEIRO	para intervalos ≤ 50%
II	VERDADEIRO	para intervalos ≤ 40%
III	VERDADEIRO	para intervalos ≤ 30%

Fonte: Do autor (2023).

Tabela 3 – Desvio Padrão das Amostras e Raiz

	Desvio Padrão	Raiz (08)	FATOR	Grau de Precisão (%)
1,42	11,39	2,828427125	5,717	
Mínimo	Média	Máximo	Amplitude	28,45%
34,4693	40,1865	45,9037	11,4344	

Fonte: Do autor (2023).

Os resultados dependem das características do mercado e das amostras coletadas, pois estão diretamente relacionados com a amplitude do intervalo de confiança em torno do



valor central das estimativas: $28,45\% \leq 30\%$, o que faz este laudo apresentar o Grau de Precisão III.

Considerações Finais

Neste sentido para as edificações foi utilizado o Método Evolutivo (Método de Reprodução) usando o CUB – SINDUSCON/RO DE JULHO/2023 – COMERCIAL (Projetos - Padrão Comercial Salas – CSL 8 / 1.910,57) com a inclusão de BDI. Considerando a idade média aparente de 15 anos, correspondente a 25,00% (Reparos Simples) considerando a vida útil de 60 anos para edificações em alvenaria. Portanto, para laudo do Edifício será adotada a depreciação pela Tabela de Ross-Heidecke constante no laudo de avaliação.

Tabela 4 – Cálculo de Locação do imóvel

VALOR DE LOCAÇÃO (VI)
Fórmula Locação:
Área do Imóvel x Média (PU) x Fq x (Fator Localização na Quadra) x Depreciação
Cálculo Locação:
$521,15 \times 40,1865 \times 1,00 \times 0,685$
Valor Total Locação
R\$ 14.346,09

(Quatorze Mil Trezentos e Quarenta e Seis Reais e Nove Centavos).

Fonte: Do autor (2023).



Tabela 4 – Faixa de Arbitramento de Locação

SEDEC - Locação Almojarifado		
Valor Mínimo:	Valor Médio x 0,85	R\$ 12.194,18
Valor. Médio:	Valor Médio x 1,00	R\$ 14.346,09
Valor. Máximo:	Valor Médio x 1,15	R\$ 16.498,00

Fonte: Do autor (2023).

Nesta estimativa de valor de mercado foi adotado o valor de intervalo médio para o valor de locação da edificação.

Palavras-chave: Laudo Técnico; Avaliação de Imóveis; Imóveis Urbanos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14.653-1 – Itens 7.4.2 e 7.4.3; - NBR 14.653-2 – Itens 8.2.1.2 e 8.2.1.3.2.** São Paulo: ABNT, 2019.

PIETRO, Maria; JUNIOR, Wallace. **Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo – Vol. 1.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022.

POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio; ZOCKUN, Maurício. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada Lei 14.133/21.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais 2022.



AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS COM O USO DA METODOLOGIA BIM

Clebson Vasconcelos Pinheiro

Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil
clebson.arquiteto@gmail.com

Introdução

O Mercado Imobiliário atualmente compreende a oferta e negociação através da transação de um terreno, bem como de qualquer benfeitoria construído neste ou que subsequentemente venha a ser construído no terreno adquirido, sendo o bem (terreno ou terreno mais construção) designado por imóvel.

As entidades atuantes no mercado podem ser, entre outros, as imobiliárias ou fundos de investimento imobiliário, que operam na mediação de venda ou arrendamento de diversos tipos de imóveis, bem como procedem à administração de imóveis arrendados, as instituições bancárias que concedem créditos hipotecários e créditos de risco, advogados especializados em direito imobiliário, órgãos públicos, como secretaria de estado de patrimônio e regularização fundiária, envolvidos no registo de imóveis, laudos mercadológicos e na manutenção do cadastro predial e notários que formalizam juridicamente a vontade das partes envolvidas numa compra/venda de imóvel.

Os imóveis residenciais englobam as moradias, os apartamentos e os condomínios, enquanto que os não residenciais dizem respeito a escritórios e edifícios de negócios, fábricas, armazéns, hotéis e propriedades institucionais, como por exemplo hospitais e universidades, unidades prisionais, delegacias entre outros (Bruggerman; Fisher, 2001).

Metodologia

O método proposto remete o uso da parametrização do cálculo do valor do imóvel patrimonial tributável de qualquer tipologia de imóvel, a partir da modelagem digital em



software BIM, já criado ou previamente elaborado para fins distintos. Esta proposta consiste num processo, envolvendo várias etapas de parametrização, sendo uma delas desenvolver uma tabela de forma automatizada, com os requisitos atribuindo geometrias dos elementos e coeficientes vinculando às fórmulas de avaliações e pesquisas mercadológicas do imóvel avaliando. No processo para aplicação do método proposto é necessário seguir alguns passos, que pretendemos demonstrar como se desenvolverá o método.

O primeiro passo será necessário elaborar uma modelagem BIM (figura 1), imprescindível, para investigação e teste da funcionalidade do método. Como também uso de critérios projetuais para uma edificação unifamiliar, ou qualquer tipologia escolhida. As definições e suas normas urbanísticas, como também leis municipais, estaduais e normas da ABNT. NBR 14653-1 Avaliação de bens parte 1(um), Procedimentos gerais e NBR 14653-2 Avaliação de bens – Parte 2 (dois) Imóveis.

Figura 1 – Modelo Digital Edificação Unifamiliar



Fonte: Do autor (2023).

Nessa pesquisa adotou-se os parâmetros do Município de Porto Velho – RO. Esta primeira etapa consiste em definir as áreas dos ambientes, vinculando ao cálculo o que resultará na extração de dados do modelo, incluídos numa tabela no próprio software de modelagem; assim é possível a criação de tabelas parametrizadas e automatizadas diretamente a partir do modelo que, em caso de alterações no modelo, os dados da tabela modificam-se automaticamente; O segundo passo é calcular as áreas, após gerar a tabela



das áreas a partir do modelo digital BIM, será realizado um processo de cálculos simples, em função das definições e extrações de áreas vinculadas aos ambientes do modelo digital BIM, para que se torne possível obter todos os componentes da área A; deste modo é possível a obtenção do valor da Área (A) em função de todos os elementos vinculados no modelo e os parâmetros associados no cálculo, como por exemplo o coeficiente de ajustamento de áreas; O terceiro passo – Inserir os coeficientes - Os coeficientes da fórmula de cálculo do valor patrimonial tributário, que até o momento não existem no modelo digital do imóvel, precisam ser inseridos na tabela, manualmente ou através de um módulo de extensão (plugin); A colocação dos coeficientes manualmente e diretamente na tabela, requer a consulta e/ou outra legislação municipal onde os mesmos são definidos. O quarto passo – Calcular o valor Patrimonial Tributário do imóvel - O último passo é o simples cálculo do valor patrimonial tributável de acordo com a fórmula; assim, o método proposto permite o cálculo a partir de qualquer modelo digital BIM e de uma forma automática.

Neste contexto considera-se que o método desenvolvido garante que o cálculo do valor patrimonial tributável de qualquer imóvel do Estado de Rondônia a partir do modelo digital tridimensional modelado em BIM, de uma forma geral seja mais ágil e fácil, que permite avaliar os imóveis urbanos, através dos laudos técnicos e ter maior assertividade, evitando-se os erros que ocorrem no método tradicional.

Resultados Parciais e Discussões

Valor Patrimonial Tributário

O valor patrimonial de um imóvel, calculado de acordo com o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), não tem apenas o objetivo do cálculo para efeitos de cobrança do imposto sobre o património, sendo já utilizado em diversas outras situações. A determinação do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos para habitação, comércio, indústria e serviços, resulta da seguinte expressão:

$$V_t = V_c \times A \times C_a \times C_l \times C_q \times C_v$$



onde:

V_t=Valor Tributário; **V_c**=Valor base dos prédios edificados (valor por m²); **A**=Área bruta de construção mais a área excedente de implantação; **Ca**=Coeficiente de afetação; **Cl**=Coeficiente de localização; **Cq**=Coeficiente de qualidade e conforto; **Cv**=Coeficiente de vetustez (idade). Estes fatores de caracterização do imóvel para efeito do cálculo do seu valor patrimonial Tributário do, estão devidamente definidos e os seus valores determinados na legislação devendo o cálculo conduzir a um valor aproximado o mais possível do valor de mercado (Couto, 2007).

Metodologia BIM

Para realizar-se a modelagem, elegeu-se o software Revit arquitetura do fabricante Autodesk e a versão educacional, este por sua vez usufrui da tecnologia BIM, pois se trata da ferramenta para auxílio de projeto no setor da indústria de Arquitetura, Engenharia, Construção e Operação (AECO).

Conforme contextualizado por Menezes (2011), a Modelagem da Informação na Construção (ou como preconizado pela ABNT (2009), Modelagem da Informação da Construção), tradução para o termo Building Information Modeling (BIM) é uma filosofia e ao mesmo tempo um processo de trabalho onde arquitetos, engenheiros e construtores (AECO), planejam e criam modelos virtuais integrados a um banco de dados com informações como: subsídios para orçamentação, previsão das fases de construção, características de materiais, entre outras atividades (Eastman *et al.*, 2014).

Figura 2 – Ciclo da vida das edificações.



Fonte: GDP (2023).

Considerações Finais

O resumo proposto teve por objetivo a apresentação de uma proposta preliminar de método para incorporação das metodologias BIM na avaliação patrimonial de imóveis, ainda em desenvolvimento no âmbito de uma dissertação de mestrado. De fato, o método proposto apresenta vantagem para o cálculo expedito do valor patrimonial tributário para qualquer imóvel existente e/ou projeto a ser desenvolvido tendo em conta os diversos fatores que geralmente influenciam o valor de um imóvel: i) localização (incluindo o piso, a vista, orientação solar e acessibilidades); ii) terreno; iii) tipologia e disposição do imóvel; iv) qualidade da construção; v) acabamentos e equipamentos disponíveis; vi) data de construção; vii) estado de conservação; viii) mercado (a procura e a oferta); ix) existência de estacionamento, piscina, elevador, espaços verdes.



Palavras-chave: Laudo; Avaliação; Imóveis; Metodologia; BIM.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14653-1 – Avaliação de bens – Parte 1: Procedimentos gerais; - NBR 14653-2 – Avaliação de bens – Parte 2: Imóveis.** ABNT, 2009.

EASTMAN, C. *et al.* **Manual de BIM:** um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores. Tradução de Cervantes Gonçalves Ayres Filho *et al.* Porto Alegre: Bookman Editora Ltda, 2014. 503 p.

BRUGGERMAN, W.; FISHER, J. **Real Estate Finance and Investments.** New York: McGraw-Hill Irwin, 2001.

COUTO, P. **Avaliação Patrimonial de imóveis para habitação.** 2007. Tese (Doutorado em Engenharia) - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2007.

MENEZES, G. L. B. B. de. Breve histórico de implantação da plataforma BIM. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, [s. l.], ano 2011, v. 18, ed. 22, p. 153-171, 2011.



PINTURA CORPORAL “GRAFISMO” E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL PARA O POVO INDÍGENA KAXARARI

Janaína de Souza Nascimento
EEEFM São Luiz, Brasil
jannainanascimento@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
mgsnsilva@unir.br

Tainá Trindade Pinheiro
Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
taina-unir@hotmail.com

Introdução

A presente pesquisa nasceu de uma parceria entre a Organização das Famílias Indígenas Kaibu Kaxarari OFIKK e a equipe de docentes e discentes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero-GEPEGÊNERO e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Culturas e Modos de Vidas Amazônicas – GEPCULTURA.

A proposta desta pesquisa foi estudar os aspectos relacionados à cultura do povo indígena Kaxarari, a partir da perspectiva das pinturas corporais, que é de grande relevância para o conhecimento científico geográfico. Desse modo, a problemática da pesquisa foi averiguar como as pinturas corporais são compreendidas por homens, mulheres e pela juventude indígena e qual a sua importância para a cultura do Povo Kaxarari. Sendo o objetivo geral: Identificar como as pinturas corporais são compreendidas por homens, mulheres e pela juventude indígena e a sua importância para a cultura do Povo Kaxarari de acordo com os clãs. E os específicos: 1. Identificar os tipos de pinturas corporais “grafismo” e seus significados para o Povo Kaxarari de acordo com os clãs. 2. Identificar como são repassados os ensinamentos sobre as pinturas corporais “grafismo”. 2. Verificar



as percepções de homens, mulheres e juventude sobre as pinturas corporais “grafismo” .3. Produzir artigos científicos a partir dos resultados da pesquisa.

As primeiras reflexões nos levaram a compreender que os povos indígenas são considerados historicamente os primeiros componentes da cena da diversidade social e cultural brasileira, apesar disto as consequências do colonialismo para o modo de vida e a cultura dos povos indígenas foram (e ainda são) devastadoras. Foi a partir da intrusão do colonizador que o modo de produção nativo fundamentado na diversidade das roças de subsistência foi forçado a ceder lugar para o modo de produção capitalista pautado na monocultura (Shiva, 1991). Considerando que os indígenas foram considerados por muito tempo como selvagens, o colonialismo também explorou o trabalho indígena como desdobramento da exploração da natureza.

Segundo Shiva (1991), antes da intrusão dos colonizadores, o trabalho da mulher no campo era diversificado, descentralizado e sustentável. A mudança do modo de produção agrícola para o sistema de monocultura representou o modelo de privatização dos lucros exploração ambiental do colonialismo. Aos poucos a população indígena perdeu o direito à terra e a autonomia alimentar.

As consequências da colonialidade também estão presentes nas relações sociais do passado e do presente, pois ainda hoje a população indígena sofre com a exploração e a exclusão que teve sua origem nos primórdios da colonização brasileira. De acordo com Segato (2014) com a intrusão colonial, qualquer identidade diferente, se não marginalizada, deveria ser convertida. Logo, a cultura e o modo de vida das populações indígenas foram submetidos às condições de marginalização, invisibilização e constantes tentativas de apagamento e silenciamento que vão desde a conversão religiosa à proibição de falar a língua nativa na presença do colonizador.

A TIK possui uma área total de 145.889 quilômetros entre a divisa dos Estados de Rondônia e Amazonas (Instituto Socioambiental – ISA 2019). Os kaxarari como tantos outros nomes utilizados para designar os povos indígenas da Amazônia ocidental. Pertencem à família pano é uma atribuição oriunda do contato interétnico semelhante ao



idioma falado por outras etnias que vivem no Acre, a aldeia Barrinha é a mais próxima localizada a 40 km e a aldeia Marmelinho a 80 km do Distrito de Extrema – RO. Que nos primeiros períodos era apenas aldeia Azul e aldeia Barrinha antiga, foi a partir delas que iniciou a formação das outras aldeias, a formação de clãs Kaibú e Yamaku.

Metodologia

A pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa por meio do trabalho de campo que ocorreu no período de 24 a 27 de maio de 2023 na aldeia Marmelinho. Saímos no dia 24 de maio de 2023 por volta das 9h com destino a Terra Indígena Kaxarari na Aldeia Marmelinho.

Chegamos na entrada da linha para a aldeia às 16h20, pequenas partes da estrada estava boa sem buracos e sem lama, mas quando entramos mais para interior da floresta, a estrada não estava em boas condições, com buracos e muita lama, mais adentro nos encontramos dois moradores da aldeia, eles foram os nossos guias até a aldeia. Até que atolamos às 17h27, descemos do ônibus e empurramos e continuamos. E seguimos viagem até que às 18h30 atolou pela terceira vez e não teve jeito de empurrar devido a lama muito grudenta, por sorte um técnico da FUNAI amarrou uma corda e tentou rebocar o nosso veículo, conseguimos puxá-la um pouco acima mas o resto da estrada estava com difícil acesso a caminhonete da FUNAI conseguiria chegar até Aldeia, então pegamos as nossas coisas que estava na Van colocamos na caminhonete e seguimos de pé. Já era noite quando chegarmos à aldeia Marmelinho, por volta das 19h35, nos organizamos na escola da Aldeia, alguns indígenas estavam esperando a equipe na escola, nos acomodamos nas duas salas de aula da escola uma indígena que estava nos esperando ficou responsável pela preparação da nossa alimentação.

Nos reunimos na grande maloca coberta de palha, com a presença de alguns líderes e alguns moradores, onde fomos apresentados para a comunidade, nesse sentido foram dadas as boas-vindas. Terminadas as apresentações, voltamos para o nosso



alojamento/escola para as nossas refeições e tomar banho. No dia seguinte, dia 25, acordamos às 6h00, andamos pela aldeia, perto da grande maloca de palha, ainda não tinha moradores acordados, às 7h00 foi servido o café da manhã, já havia movimentação de moradores e já havia alguns líderes se reunindo na maloca de palha para os trabalhos.

Resultados

A partir das conversas e algumas entrevistas, foi relatado pelos indígenas, principalmente pelos mais velhos, que um dos aspectos da cultura do povo Kaxarari é a pintura corporal (grafismo) que segundo eles e elas, significam mais que um desenho é a valorização de uma história única, essa cultura tem alguns fatores que estão enfraquecendo na comunidade, que é a questão dos clãs. Cada clã tem uma pintura, cor, desenhos e significados diferentes. E, nesse sentido, nem sempre esses conhecimentos são repassados para as gerações. Esse ponto negativo, relatada por uma liderança indígena que é filho de pajé, do clã txakuby que segundo ele, não tem mais suas pinturas, pois se perdeu na memória e não foi aprendido os traços do grafismo. Segundo ele há muito conhecimento sobre o grafismo que nem sempre a juventude tem buscado aprender como é o caso do grafismo, além do mais a cultura dos não indígenas está muito presente não só com a juventude, mas também com todo o povo.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Grafismo Indígena; Arte Indígena.

Referências

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas no Brasil: Kaxarari**. Brasília-DF, 2009.

SHIVA, V. **The violence of the green revolution: third world agriculture, ecology and politics**. London: Third World Network and ZED Books, 1991.



A IMPORTÂNCIA DO COCAR PARA O POVO INDÍGENA KAXARARI E SUAS REPRESENTAÇÕES

Jardel Gabriel Domingos

EEEFM São Luiz, Brasil
jardelgabriel052gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
mgsnsilva@unir.br

Tainá Trindade Pinheiro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
Taina-unir@hotmail.com

Introdução

A proposta desta pesquisa foi estudar os aspectos relacionados à cultura dos povos indígenas Kaxarari, a partir da perspectiva da importância do cocar, para a população indígenas. Pois reconhecemos que viabilizar esse conhecimento sobre o cocar é reconhecer os simbolismos desse povo e suas vivências. Pois o cocar é muito além do que um acessório, mas está repleto de simbolismo, dessa maneira, buscamos saber qual o significado do cocar para o povo Kaxarari e também sobre o processo de confecção desse objeto indígena.

Sendo o objetivo geral identificar o significado do cocar para o povo Kaxarari, e os objetivos específicos: identificar os tipos de cocar e seus significados no povo Kaxarari, verificar a representatividade do cocar para a juventude do povo Kaxarari, identificar como é o processo de confecção do cocar e produzir artigos científicos a partir dos resultados da pesquisa.

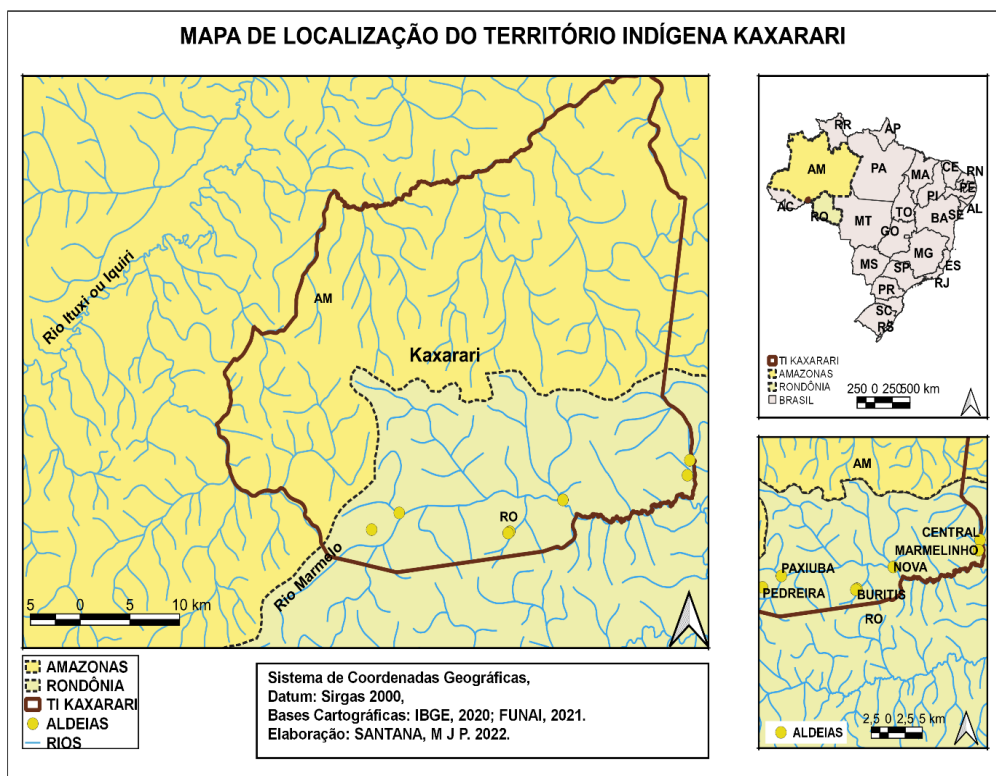
Essa pesquisa foi realizada na Terra indígena Kaxarari, que está localizada na Amazônia Legal brasileira, nas proximidades dos distritos de Nova Califórnia e Extrema nas divisas dos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, homologada pelo decreto s/nº de



13/08/92. O território está localizado nas proximidades da rodovia federal BR-364, em uma faixa territorial de conflitos conhecida como “arco do desmatamento”.

Segundo o Instituto Socioambiental – ISA (2009), o processo de demarcação da Terra Indígena Kaxarari definiu a extensão atual de 145.889 hectares. Porém desde a década de 1980 os Kaxarari começaram a reivindicar uma parte importante do território tradicional que fora excluída e apropriada por uma empreiteira.

Figura 1: Mapa de Localização da Terra Indígena Kaxarari



Fonte: Santana (2022).

A TIK possui uma área total de 145.889 quilômetros entre a divisa dos Estados de Rondônia e Amazonas (Instituto Socioambiental – ISA 2019). Os Kaxarari como tantos outros nomes utilizados para designar os povos indígenas da Amazônia ocidental. Pertencem à família pano é uma atribuição oriunda do contato interétnico semelhante ao idioma falado por outras etnias que vivem no Acre, a aldeia Barrinha é a mais próxima



localizada a 40 km e a aldeia Marmelinho a 80 km do Distrito de Extrema – RO. Que nos primeiros períodos era apenas aldeia Azul e aldeia Barrinha antiga, foi a partir delas que iniciou a formação das outras aldeias, a formação de clãs Kaibú e Yamaku.

Metodologia

A metodologia teve uma abordagem qualitativa através do trabalho de campo, o que ocorreu no dia seguinte à semana de geografia do ano de 2023, que inclusive na oportunidade foi de muito aprendizado, troca de experiências com os acadêmicos. Particpei de um minicurso sobre grafismo indígena que foi bem interessante pois tratou da cultura dos povos. conheci o campus unir de Rondônia ganhamos uns cadernos e um crachá bem legais participamos de várias apresentações sobre os povos indígenas e descobrimos que alguns agronegócios prejudicam os territórios indígenas ao ponto de tomarem alguns territórios indígenas para agropecuárias.

Nosso campo deu início no dia 16 de novembro da UNIR centro para pegar um ônibus, chegamos na estrada de chão não sei outras pessoas, mas eu estava ansioso para chegar e ver como são suas atividade e culturas deles. No meio do caminho atolamos e descemos para empurrar pois a estrada esta muita crítica não sei como eles conseguem chegar até a cidade mais próxima de tão ruim está a estrada a gente percebe que esses povos estão sendo esquecido já pela estrada que está bem ruim para eles irem para as cidades em casos de emergência por exemplo.

Ao chegar, comecei as anotações no meu caderno, e junto a professora Tainá da minha escola, fizemos algumas perguntas para quem estava no barracão de palha, onde eles se reúnem para socializarem.



Resultados Finais

Durante os dias que passamos lá, percebi que os jovens indígenas não se preocupam muito com celular, passam o dia conversando entre si e fazendo suas atividades. Também percebi que eles falam pouco, e não nos perguntam nada. Quanto me aproximei para conversar, foram bem-educados, seu Miguel, seu Domingos, seu Américo, dona Rita, dona Zilma, me falaram coisas importantes.

Na entrevista com seu Domingos, ele me falou da importância do cocar para o povo Kaxarari e que é feita pela pena dos pássaros como as araras, papagaios e outros. Mais não é pena de qualquer pássaro, as penas tem que ser de acordo para quem vai usar o cocar. Tem penas que só quem usa é o cacique, o líder do povo.

Na conversa com a dona Zilma me disse que o cocar pode ser vendido, essa passa ser só um acessório pois quem está comprando não entende ou não é indígena. As Lideranças falaram que ao usarem, usam para se apresentar enquanto liderança. Também podem ser usados em dias festivos, para representar a cultura e fortalecer os símbolos das músicas e das danças.

Por fim, o cocar merece atenção na pesquisa, pois são parte da cultura de um povo.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Cocar; Cultura Indígena.

Referências

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas no Brasil: Kaxarari**. Brasília-DF, 2009.



TECNOLOGIA NAS ÁREAS RURAIS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA E DE GÊNERO

Tainá Trindade Pinheiro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
tainageounir@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
mgsnsilva@unir.br

Introdução

A sociedade atual é a da informação e não podemos negar a suas características tecnológicas, a rapidez com que a informação se expande, as negociações financeiras mais rápidas do que nunca, as mudanças impactantes nos modelos de produção, a aceleração e exigência de conhecimento técnico e inovador pelo sistema capitalista. O capitalismo dentre as três fases: comercial, industrial e financeira. Na terceira fase prevalecem todas as características agregadas e avançadas, tendo na vertente rentista sua atuação mais avassaladora.

Milton Santos (2008) em sua obra *Por uma outra globalização*, analisa e traz críticas sobre a globalização e questões como as que o homem e a mulher das classes trabalhadoras rurais e urbanas vivenciam os aspectos mais intensos e até perversos espalhados em quase todos os lugares do mundo, reflexo dessa globalização exclusivista das classes de domínio do poder econômico nas mais diversas formas e com a intenção de apropriar-se cada vez mais das riquezas.

Logo, compreendemos que essa globalização que é impulsionada pelos avanços tecnológicos, de técnicas de trabalho, da mecanização, do manuseio de ferramentas digitais, da internet entre outros, embora vista como recheadas de inovações, nos apresenta uma característica antiga de hierarquia e exclusão constante que nos subordina e, em várias vezes, de formas subjetivas, reproduzindo e fortalecendo as características coloniais, sendo marcas/referências e práticas deixadas pela colonização que hierarquiza classes, cultura, raça, gênero entre outros que chamamos de colonialidades.



Maria Lugones (2014), enfatiza que a “colonialidade” é um processo amplo e, sendo um dos eixos do sistema de poder que como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, ao trabalho e a subjetividade/intersubjetividade e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Assim a visão descolonial, envolve a resistência sobre toda forma de dominação. Lugones ainda propõem uma metodologia de descolonização e um feminismo de resistência sob as múltiplas formas de opressões produzidas e propõe a descolonização do poder, do saber, do ser e de gênero.

Quando observamos a área rural, a tecnologia nesses espaços se destaca muito mais pelas intervenções nas atividades de produção agrícola e pecuária, apresentando a propaganda de desenvolvimento local, mediada pela mecanização, ligadas ao aprimoramento das atividades agrícolas, das técnicas, robóticas, irrigação automatizadas, entre tantas outras abordagens que apontam para o desenvolvimento local, social e econômico. As questões de gênero nesses espaços têm aspectos específicos para a mulher rural como a divisão sexual dos trabalhos na agricultura, na pesca, as relações políticas das associações locais, os acessos às políticas públicas, entre outros.

No contexto do campo e discussões do espaço rural, a mulher historicamente teve sua participação social e econômica invisibilizada e também no que se refere ao acesso às políticas públicas e ao trabalho. O seu trabalho era visto como “ajuda”, por não caracterizar o fator de retorno financeiro, marcado pelas estruturas coloniais e patriarcais. Essas especificidades foram analisadas por Ester Rossini (1998), que evidenciou em seus estudos o trabalho da mulher rural e os enfrentamentos de gênero nesse espaço identificando os silenciamentos do fator trabalho no cotidiano das mulheres.

Rossini (2014), identificou que com a mecanização no trabalho agrícola, as mulheres foram condicionadas a novos enfrentamentos, agora de cunho técnico, buscando por espaços de visibilidade e inclusão. Estudos desenvolvidos pelo grupo de estudos GEPGÊNERO, em uma pesquisas dos últimos dez anos, sinalizam que as mulheres rurais vivenciam enfrentamentos com a chegada da tecnologia, principalmente ligadas aos



processos de trabalho, as formas de reorganização da divisão dos trabalhos que envolvam mecanização; de serem ainda direcionadas muito mais para trabalhos manuais; os direcionamentos de cursos de formação para manuseio de técnicas ainda são prioridades dos homens; e as dificuldades de acessar políticas públicas.

Doreen Massey (2008), constrói o conceito de espaço múltiplo que é dotado por trajetórias múltiplas e plurais, que dão sentido às análises dos fenômenos sociais não de forma universalizada, mas considera-se as subjetividades e diferentes perspectivas. Nesse sentido entendemos que o fenômeno da tecnologia não deve ser visto, como homogêneo, mas que deve ser questionado e analisado de forma que possa ser criado espaços de voz para diferentes grupos ou parcelas da sociedade em suas especificidades e subjetividades.

Nesse contexto nossa intenção é de analisar os recentes impactos dos avanços da tecnologia como a mecanização, ferramentas digitais, utensílios, ferramentas de trabalho, internet, entre outras nas áreas rurais ribeirinhas, no que tange aos processos de transformações do modo de trabalho, das relações sociais, aspectos culturais e perceptivos a fim de desconstruir a universalidade e generificação reconhecendo a multiplicidade e as subjetividades das mulheres frente aos avanços das tecnologias nas áreas rurais ribeirinhas da Amazônia.

Metodologia

Nessa proposta, o método fenomenológico nos possibilita analisar o fenômeno da tecnologia e dialogar com as perspectivas dos sujeitos, sobretudo das mulheres. Nessas, buscamos a compreensão de suas percepções, experiências, saberes, conhecimentos, enfrentamentos, políticas, visão de mundo sobre os processos de contínuas alterações de seu espaço. O método se apresenta como um caminho a ser percorrido durante a pesquisa. Expõe as perspectivas políticas e científicas do/a pesquisador/a, traz a bagagem ética a qual o pesquisador se apresenta no mundo e com a qual quer dialogar com os sujeitos sociais. As metodologias são as estratégias ou ferramentas utilizadas para a



formação e organização do banco de dados. Dessa forma, tomamos como metodologias as seguintes ferramentas: os mapas mentais, os grupos focais e as Rodas de conversas.

Resultados Parciais

Compreendemos a partir da revisão bibliográfica que há distinção entre técnica e tecnologia, para isso, técnica é o uso que se faz de instrumentos, de ferramentas o que implica a habilidade e a inteligência humana. E a tecnologia vai além da técnica, implicando o uso de conhecimento seja, ele milenar, empírico, científico, da ciência moderna, mas que construa um conjunto de técnicas. Nesse sentido a técnica antecede a tecnologia, pois desde os primórdios da humanidade, técnicas foram pensadas e desenvolvidas para em princípio a própria sobrevivência, e continua fazendo parte da nossa existência e do nosso movimentar.

Essa pesquisa está em andamento, e já é possível trazer que os impactos da tecnologia nas áreas rurais vão além do que possa ser visto pela perspectiva da universalidade. Mas sob a perspectiva da multiplicidade do espaço, apresenta reflexos diversos e subjetivos de percepções individuais e coletivas. Pensar não tão somente no objeto em si mas na presença dele e em suas projeções de mudanças que vão além de sua funcionalidade, pois movimenta de larga escala toda uma estrutura de vida, de pensar, de um grupo social, e ainda que os impactos ocorrem em perspectivas diferenciadas entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Tecnologia; Cultura; Estudos de Gênero; Geografia Rural.

Referências

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Tradução de Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3. setembro-dezembro/2014.

MASSEY, Doreen. **Filosofia e Poética da Espacialidade: algumas considerações**.



GEOgraphia, 2004. MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (2008).

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: a modernidade tecnológica na agroindústria canaveira na macroárea de Ribeirão Preto (SP) – 1977-2013**. Trabalho apresentado para ABEP, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**, Hucitec, São Paulo, 1994. (4ª edição: 1998)



GÊNERO E ÁGUA: COMO A FALTA DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO EVIDENCIAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Emily Soares dos Santos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
emilyjuh22@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
mgsnsilva@unir.br

Introdução

A relação água e gênero vêm crescendo a cada dia, reconhecendo que as mulheres são importantes na participação de recurso, na qual a falta do acesso à água e saneamento traz problemas a todos, afetando mais as mulheres. A falta de água e saneamento diminui a qualidade de vida das mulheres como: a renda familiar, saúde e educação. Sem acesso a água são elas que vão em busca desse recurso.

Silva (2022, p. 48) diz que “a falta de acesso adequado à água e esgotamento sanitário implica em consequências não só na saúde das mulheres e meninas, como também tem reflexos nas questões econômicas e sociais”. A pesquisa sobre gênero e água se dá pelo fato de vermos que as mulheres ainda são as responsáveis por esse bem dentro de casa, pois as tarefas domésticas ainda são realizadas por elas e que a falta de saneamento prejudica toda uma jornada dessas mulheres.

A escolha de realizar a pesquisa com as mulheres do bairro Jardim Santana, em Porto Velho (RO), se justificou pelo fato de que não há distribuição de água encanada no bairro, fazendo com que as pessoas busquem água potável em um ponto de distribuição, no qual foi possível observar que a coleta é feita, geralmente, por mulheres. A partir disso veio a pergunta: Como as mulheres do bairro Jardim Santana são impactadas pela falta do saneamento básico?

O objetivo geral que foi evidenciar as experiências e os desafios que elas sofrem com a falta de água dentro de suas residências e a precariedade do saneamento básico.



Metodologia

Através da busca por resposta este estudo foi embasado no método fenomenológico, que, para Relph (1979), tem a ver com os princípios e origens do significado e da experiência. Assim sendo, realizando uma pesquisa direta entre as pessoas e o espaço vivido, permitindo uma compreensão sobre estes relatos vividos no espaço e tempo fazendo uma descrição clara da experiência e de como ela é realmente para cada indivíduo.

Para o estudo mais detalhado foi utilizada a metodologia qualitativa, buscando interpretar esses processos com as mulheres de uma forma mais contextualizada. De acordo com Pessoa e Crusoé (2022), a abordagem qualitativa apresenta aspectos subjetivos do comportamento e dos fenômenos sociais que proporcionam conhecimentos da realidade. Para esta pesquisa foi utilizado os instrumentos de pesquisa: Entrevista; Técnica de Observação Participante; Pesquisa bibliográfica e documental. Foram elaboradas perguntas simples para a compreensão das pesquisadas, totalizando 23 respondentes. A entrevista se deu de forma individual com essas mulheres, as respostas foram registradas por escrito.

Entre suas respostas iam sendo levantadas outras perguntas para uma melhor compressão de suas histórias, foi realizado o acompanhamento de suas buscas pela água, local de distribuição e participação de suas rotinas. Com a técnica de observação participante foi possível ter contato com o dia a dia dessas moradoras, sendo fundamental para o conhecimento do seu cotidiano e de como elas fazem para ter água, e os cuidados com o saneamento.

Resultados Finais e Discussões

A falta de água dentro das residências ainda é uma realidade para as famílias do bairro, sendo as mulheres as principais responsáveis por buscar a água no ponto de distribuição. Em um estudo feito por Pontes (2013) no semiárido, as mulheres são as responsáveis pelas tarefas domésticas e por garantirem a água do dia a dia. Fato também observado nesta pesquisa do Bairro Jardim Santana. Como mostra a figura abaixo:

Figura 1 – Moradora coletando água



Fonte: Das autoras (2023).

Essas moradoras vão a locais que estão disponíveis para que elas possam pegar água para beber, algumas percorrem um caminho distante de suas casas para pegá-la. Dentro do bairro tem um ponto de distribuição de água, é nesse ponto que se concentra quase todo o bairro para buscar água, tendo também em algumas ruas vizinhos que colocam torneiras para fora para que os outros moradores possam consumir, esses poços artesianos que alguns moradores possuem é o que faz algumas mulheres diminuir seu tempo para coleta de água potável. Essa busca por água acaba tomando um tempo que poderia mudar o rumo dessas mulheres para outras atividades, como diz Silva (2022) que “ao se contabilizar o tempo gasto em buscar, carregar e purificar água terá uma somatória



que poderia ser trocada por atividades geradoras de renda, atividades de lazer ou busca por educação”.

O saneamento básico precário ainda é realidade no bairro Jardim Santana. Dentro do campo foi observada essa falta de infraestrutura, começando pelas ruas e pela falta de água. Nas ruas, observou-se bueiros transbordando e dificultando os moradores a andarem pelas ruas, ficando expostos a doenças. A falta de infraestrutura acaba deixando consequências nessas mulheres, pois quando são afetadas ou algum membro da família a ausência no trabalho e nos estudos recaem sobre elas, os problemas de saúde são frequentes nas moradoras, nas crianças e idosas, as quais ficam vulneráveis para usufruir totalmente de seus direitos. São muitos os obstáculos que essas mulheres enfrentam dentro do bairro, o Jardim Santana tem as dificuldades no quadro de vias, o que dificulta a coleta de lixo e limpeza das ruas. A falta de planejamento adequado no bairro acaba ocasionando uma série de fatos que não prejudica só os atuais moradores mais as futuras gerações que ali se encontram também.

Considerações Finais

Durante a pesquisa, foi possível obter as histórias de vida das mulheres do bairro em relação à água e saneamento do bairro, sendo evidentes suas dificuldades para a coleta de água e garantir uma qualidade de vida de direito conquistada para todos.

Foi possível elucidar a relação direta entre essas mulheres é a coleta da água, essencial para se ter uma vida digna. A falta de saneamento prejudica toda a família, mas as mulheres são diretamente afetadas por precisarem dispor de tempo extra para garantir que tenha água potável em casa, tornando cultural essas relações em que a desigualdade é evidente para elas. Nos relatos feito pelas mulheres do bairro, foi possível observar que a carência do saneamento as deixa vulneráveis para uma questão igualitária, já que esses trabalhos de armazenar, coletar e fazer uma distribuição justa dentro de casa recai sobre elas, ou seja, mulheres e meninas acabam ficando “presas” a uma rotina, sem perspectivas



de saída para ampliar seus campos de conhecimento. Sendo assim, sugere-se estudos futuros nessa abordagem, evidenciando os impactos e as desigualdades de gênero.

A compreensão das vivências dessas mulheres é necessária para que haja uma melhoria em relação às políticas públicas, fazendo com que elas possam exercer sua cidadania de forma digna. É preciso que esse assunto seja pautado dentro das escolas e das comunidades, criando grupos que façam a diferença nos seus meios de convivência.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Água; Saneamento Básico; Desigualdade de Gênero.

Referências

NEVES-SILVA, P. Direitos Humanos à água e ao esgotamento sanitário: em busca da equidade de gênero. MATOS, F.; CARRIERI, A. de P. (Orgs.). **Água e Gênero: Perspectiva e experiências**. Ituiutaba; MG: Editora Barlavento, 2022. P. 48-82.

PESSOA, Z. S.; CRUSOÉ, N. M C. **A técnica de análise de conteúdo na pesquisa qualitativa**: práticas de formação continuada para as coordenadoras pedagógicas do município de Cordeiros-Bahia, **Momentos: diálogos em educação**, v. 31, n. 03, p. 161-178, set./dez. 2022.

PONTES, E. A estreita relação entre mulher e água no semiárido: o caso do programa de um milhão de cisternas rurais. **Revista Latino-Americano de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, 2013.

RELPH, E. C. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Brasília: CAPES, 1979.



INVASÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS: ESTUDO DE CASO NO PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ-MIRIM

Léia Alves Pereira

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
leiaalves2839@gmail.com

Introdução

A preservação da biodiversidade e dos ecossistemas é um dos maiores desafios da sociedade contemporânea. No entanto, essa preservação é frequentemente ameaçada pela invasão de áreas protegidas, que pode ter impactos negativos significativos na fauna, flora, recursos hídricos e nas comunidades locais que dependem desses recursos. O Parque Estadual de Guajará-mirim, localizado no estado de Rondônia, é uma das áreas protegidas que vem sofrendo com a invasão e ocupação irregular de suas terras.

Este resumo expandido teve como objetivo analisar a invasão de áreas protegidas, com foco no estudo de caso do Parque Estadual de Guajará-mirim. Foram investigadas as principais causas e consequências dessa invasão, bem como serão propostas ações mitigadoras para combater esse problema. A pesquisa teve como base a revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso, com a coleta de dados por meio de entrevistas, observação e análise.

Espera-se que os resultados obtidos neste estudo contribuam para o entendimento dos desafios enfrentados na gestão de áreas protegidas e possam servir de subsídio para a implementação de ações mitigadoras mais eficazes e sustentáveis para combater a invasão de áreas protegidas, em especial no Parque Estadual de Guajará-mirim.

A invasão de áreas de conservação ambiental é um problema que tem se tornado cada vez mais frequente em todo o mundo. Essas áreas são importantes para a preservação da biodiversidade e para a proteção dos ecossistemas naturais, e a invasão



humana pode ter consequências graves para a vida selvagem e para o meio ambiente como um todo.

Metodologia

Para a elaboração do presente resumo expandido foi realizado o levantamento de dados pertinentes à execução do trabalho, que se encontram nas páginas de sites governamentais, sendo que no primeiro momento a pesquisa realizou-se no site da SEDAM-CUC e, posteriormente, no site do SNUC. Os dados de desmatamento foram obtidos do *site* Unidades de Conservação no Brasil no endereço eletrônico: <https://uc.socioambiental.org/arp/830>, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão federal responsável pela Gestão Federal do Meio Ambiente.

Buscou-se, também, a realização de consultas em bibliografias que amparassem e sustentassem este estudo, de forma a torná-lo consistente.

Entrevistas foram realizadas em conjunto com os Gestores da Unidade e demais agentes ambientais atuantes na região, a fim de se conhecer a realidade local, para então avaliar a progressão de desmatamento identificada e correlacioná-lo com essa realidade. O local da entrevista foi a sede da SEDAM, localizada na Av. Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 2º andar, Bairro Pedrinhas 361, Porto Velho – RO. O período das entrevistas ocorreu entre os dias 11 a 15 do mês de julho de 2023.

Resultados Finais e Discussões

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, definindo Unidade de Conservação – UC como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos



de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção.

Segundo o código Florestal § 2º Para os efeitos deste Código, entende-se por: II - área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

Para os autores (Guerra; Coelho, 2012), as Unidades de Conservação, como dadas outras bases territoriais, constituem formas difíceis de relações entre grupos sociais, territórios e ambientes, cujas estratégias, social, dinâmica e criativamente reelaborada ou renovada, podem acarretar, ou não, possibilidades de resistência à destruição dos ecossistemas naturais ameaçados.

Dessa forma, como é estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, sobre as Zonas de Amortecimento, no seu artigo 49, parágrafo único, a área de uma Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada Zona Rural, para os efeitos legais. A Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente não podem ser transformadas em Zona urbana, sendo este o caso do Parque Estadual de Guajará-mirim.

O Parque Estadual de Guajará-mirim – PEGM, criado através do Decreto Estadual nº 4.575, de 23 de março de 1990, possui uma área de 216.568,00 hectares (2.165,78 km²) e está inserido no Bioma Amazônico, com áreas de savana e de floresta ombrófila. Abrange os municípios de Guajará-mirim, Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia e Buritis, Estado de Rondônia (UC. socioambiental), além de fazer parte do grupo de Unidades de Proteção Integral, estando sob a administração da SEDAM/RO, por intermédio da SEDAM-CUC.

O PEGM contribui para a conservação e preservação das nascentes de importantes mananciais hídrico, como o Rio Ouro Preto e o Rio Jaci Paraná, dois dos principais tributários da margem direita do Rio Madeira. Possuem espécies da fauna e flora raras,



endêmicas, vulneráveis e ameaçadas de extinção, além de belezas cênicas proporcionadas por cachoeiras e vistas panorâmicas, vegetação em ambiente natural e trilhas para caminhadas no meio da floresta (SEDAM-CUC).

Além disso, o PEGM corresponde a uma das Unidades de Conservação mais ameaçadas dentro do Estado de Rondônia. Tal situação se deve ao fato de o Parque possuir um dos ecossistemas mais ricos em recursos ambientais e ainda íntegros do Estado, quando comparado à outras áreas (SEDAM-CUC). Dentre os principais ilícitos ambientais que ali acontecem, podemos destacar o desmatamento, incêndio florestal, corte lesivo, caça, pesca ilegal, grilagem de terra, abertura de estradas cortando toda a extensão da UC, invasão de fazendeiros, tráfico de drogas, transporte de gado que fica no entorno do PEGM, entre outros.

Diante disso, o desmatamento vem crescendo consideravelmente e causando um desequilíbrio significativo na biodiversidade, recursos hídricos, fauna e flora. É importante destacar que desde a sua criação, o Parque sempre esteve sujeito à forte pressão e ameaça de criminosos ambientais.

Considerações Finais

Para Ferreira e Pascuchi (2009) as Zonas de Amortecimento vão além de apenas conservar os recursos naturais, elas, de outro modo, conciliam a conservação e a geração de benefícios sociais, servindo como local para a transferência das necessidades das populações tradicionais que habitam o interior e o entorno da Unidade de Conservação.

A exploração desordenada causa degradação, que por sua vez, apresenta-se como uma mudança artificial, um estrago na qualidade do ambiente ou uma redução da cobertura natural, com alterações na fauna e flora. As causas dessa degradação estão sempre vinculadas às ações antrópicas, mas podendo decorrer também dos processos naturais. Tendo este último, como resultados, apenas mudanças naturais, do que propriamente a



degradação do ambiente, como é, quando causada pelo homem sem o devido cuidado na utilização dos recursos naturais (Cordovil, 2010).

Palavras-chave: Área Protegida; Preservação; Unidade de Conservação.

Referências

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9985&ano=2000&ato=77ck3aq1kMNpWTfc9> Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm Acesso em: 20 fev. 2023.

CORDOVIL, V. R. S. **A situação das unidades de conservação em Rondônia: O caso Cujubim.** Porto Velho. PPGG/UNIR, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia.

FERREIRA, G. L. B; PASCUCHI, P. M. **Zona de amortecimento:** A proteção ao entorno das Unidades de Conservação. *In:* Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 63, abr 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/> Acesso em: 22 fev. 2023.

GUERRA, J. T.; COELLHO, M. C. N. **Unidades de Conservação:** Abordagens e Características Geográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

RONDÔNIA. **Decreto Estadual nº 4.575,** de 23 de março de 1990. **Cria, nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova do Mamoré, Estado de Rondônia, o PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ-MIRIM, e dá outras providências.** Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F0D00374.pdf> Acesso em: 20 fev. 2023.



ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS COM O AVANÇO DA OCUPAÇÃO NÃO PLANEJADA DA URBANIZAÇÃO NO BAIRRO ESPERANÇA DA COMUNIDADE

Tainária Almeida Pereira

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
tainariaalmeida@gmail.com

Siane Cristhina Pedroso Guimarães

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
sianecpg@gmail.com

Introdução

Esta pesquisa retrata a ocupação e a importância de um planejamento urbano, que tem por objetivo planejar, organizar a sociedade para um desenvolvimento urbano adequado, visto que a falta deste acarreta alguns impactos, justificando a forma de como o bairro Esperança da Comunidade, em Porto Velho (RO) se desenvolveu pelo modelo de construção espacial. Dessa forma, este estudo tem como objetivo de realizar uma análise dos impactos socioambientais causados pelo avanço da ocupação no bairro Esperança da Comunidade, no período de 1990 a 2023.

De acordo com o plano diretor de Porto Velho (1990), podemos destacar que o seu principal objetivo é promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, na qual os seguintes objetivos e diretrizes são: políticos, estratégicos, sociais e físico-territoriais, e se referem ao uso e ocupação do solo urbano, a localização de equipamentos e de serviços urbanos e ao sistema viário.

O planejamento urbano e os impactos socioambientais no bairro Esperança da Comunidade estão intimamente ligados, pois a área foi ocupada de uma forma não planejada, ocasionando problemas socioambientais evidentes a olho nú, tanto na temática ambiental quanto social. Dessa forma, pensar em um desenvolvimento de qualidade sobre uma área que se desenvolveu sem uma preocupação prévia com a sua infraestrutura, requer parâmetros legais de planejamento urbano, bem como políticas públicas voltadas



para o bem estar da população que visem soluções eficientes. O saneamento básico é de suma importância, no entanto, a ocupação no bairro ocorreu sem o saneamento pois não foi realizado corretamente o tratamento de esgoto e a distribuição de água potável. Em relação ao meio ambiente, tem-se o forte avanço dos impactos antrópicos no igarapé Esperança da Comunidade, assim como a degradação da Área de Preservação Permanente (APP). Segundo a Lei nº 12.651/12, essas áreas tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a biodiversidade e a proteção do solo para assegurar o bem estar das populações humanas.

Outros fatores relacionados aos impactos socioambientais na área de estudo advindos da ocupação não planejada é a mobilidade urbana, a poluição por gases poluentes e a poluição sonora, visto que as ruas/avenidas são estreitas e mal estruturadas, transporte público com superlotação, e a falta de manutenção das paradas para aguardar o coletivo, deixando a população sem proteção da chuva e sol. Quanto à educação vale destacar a falta de creches e a falta de divulgação de vagas no âmbito escolar. Por fim, a ausência da segurança pública, que evidencia ainda mais a vulnerabilidade social dos moradores. Neste contexto, Silva (2016), indaga:

Todos esses fatores levam a crer que esses motivos fizeram com que os bairros da zona leste sejam, hoje, os menos estruturados e mal planejados. Sendo importante destacar que muitos bairros dessa localidade se formaram a partir de 'invasões', ou seja, de forma desordenada no que compete ao planejamento (Silva, 2016, p.50).

De acordo com Meira (2018, p.18), durante as ocupações, a preocupação com o meio ambiente está cada vez mais evidente, pois com as modificações que áreas vêm tomando, os impactos vêm aparecendo com mais frequência.

Metodologia

Este estudo utilizou métodos qualitativos e quantitativos, uma vez que busca a compreensão do espaço como um todo, o que nos permitiu usar a aplicação de questionários para a obtenção de dados socioambientais da área de estudo, e por seguinte



A desigualdade social torna-se visível na área, pelo fato de algumas famílias se encontrarem em locais de ocupações irregulares, como as margens do igarapé e em Áreas de Preservação Permanente (APPs). No contexto ambiental, a falta de saneamento básico acaba afetando os afluentes que passa pelo bairro, causando assoreamento e aterramento, impedindo que o igarapé faça seu curso natural. A falta de saneamento pode contribuir para a contaminação dos poços amazônicos por conta de dejetos despejados de forma inadequada nos igarapés e, a falta de planejamento topográfico de algumas ruas do bairro por conta das alagações causadas pelas chuvas torrenciais.

Considerações Finais

A ocupação no bairro Esperança da Comunidade não ocorreu de forma planejada, o que ocasionou impactos socioambientais, visto que as infraestruturas necessárias para um bairro planejado não foram construídas de forma adequada, exceto as escolas e o posto de saúde. A falta de planejamento na área ainda acarreta uma extensa dificuldade com a mobilidade urbana, poluição visual, depredação das áreas de lazer etc.

O saneamento básico tem relação direta com a saúde, pois com a falta da sua implementação ocasiona doenças infecciosas, afetando a saúde da população. As poucas galerias existentes não comportam as águas da chuva, pois são pequenas e não suportam a sua força, ocasionando alagações em algumas ruas.

A falta de segurança pública entra na pauta, por apresentar um déficit nas políticas públicas que agravam a segurança na área, ou seja, os moradores acabam por ficar refém na própria casa. O poder público, na tentativa de levar melhorias a qualidade de vida da população vem instalando “totens” monitoramento, sendo um destes instalados na Praça do Esperança da Comunidade.

Os impactos ambientais no igarapé Esperança da Comunidade, que passa pelo bairro, se agravam à medida que a população joga lixo diretamente sobre seu leito, realiza encanações para dentro do igarapé, ocasionando o assoreamento, levando à extinção da fauna e flora existentes na área.



Palavras-chave: Área de Proteção Permanente; Impactos Socioambientais; Ocupação Territorial; Planejamento Urbano; Saneamento Básico.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.** Institui o Código Florestal. Brasília: Presidência da República, 2012.

FERREIRA, P. F. M. **Diagnóstico dos Impactos Socioambientais urbanos em Itacaré – BA.** 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas Instituto de Geociências, Campinas- SP, 2011.

MEIRA, M. A. et al. **Impactos da impermeabilização do solo urbano: uma análise no Bairro Palmeira Imperial em Campina Grande-PB.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

RONDÔNIA. **Lei nº 933 de 19 de dezembro de 1990.** Institui o Plano Diretor de Porto Velho. Porto Velho: Prefeitura Municipal, 1990.

SILVA, H. R. O. da. **Mapeamento e análise dos impactos socioambientais na bacia do igarapé tancredo neves zona leste de Porto Velho-RO.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.



ISBN: 978-65-00-83024-8

QR



9 786500 830248